

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL E REGIONAL

ALANILDO GOMES GUIMARÃES

**DINÂMICA AGRÍCOLA DA SOJA NO CERRADO DA MICRORREGIÃO DE
CHAPADINHA-MA: sua inserção no município de Anapurus**

São Luís

2012

ALANILDO GOMES GUIMARÃES

**DINÂMICA AGRÍCOLA DA SOJA NO CERRADO DA MICRORREGIÃO DE
CHAPADINHA-MA: sua inserção no município de Anapurus**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Socioespacial e
Regional da Universidade Estadual do
Maranhão para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Costa
da Silva

São Luís

2012

GUIMARÃES, Alanildo Gomes.

Dinâmica Agrícola da Soja no Cerrado da microrregião de Chapadinha-MA: sua inserção no município de Anapurus./ Alanildo Gomes Guimarães. – São Luís, 2012.

129 fls.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. São Luís, 2012.

Orientador: Alessandro Costa da Silva.

1. Fronteira Agrícola. 2. Cerrado Leste Maranhense. 3. Alterações socioespaciais.

CDU:

**DINÂMICA AGRÍCOLA DA SOJA NO CERRADO DA MICRORREGIÃO DE
CHAPADINHA-MA: sua inserção no município de Anapurus**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Socioespacial e
Regional da Universidade Estadual do
Maranhão para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Costa
da Silva

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alessandro Costa da Silva (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Altamiro Souza de Lima Ferraz Júnior

Universidade Estadual do Maranhão

Precisamos esquecer da “ideologia modernizadora” e construir uma realidade na qual a agricultura deve ser enfocada sob um olhar que não se volte prioritariamente para a reprodução do capital, mas para o social (Rosane Balsan)

AGRADECIMENTOS

Durante toda a trajetória que culminou com a conclusão desta pesquisa, se houve momentos de insegurança e equilíbrio, tristeza e euforia, medo e confiança, somente com a contribuição de algumas instituições e de todos vocês, cada um a seu modo, consegui passar por mais esse importante ciclo da minha vida, meu muito e sincero obrigado:

A Deus, fonte e inspiração da vida, senhor dos Homens, pelos momentos de luz e por ter me permitido alcançar essa vitória.

A meus pais, Abdias e Das Dores, por me darem todas as oportunidades de estudar, que ousaram ao sair de Mata Roma e sonhar com uma educação melhor para todos os filhos.

A minha noiva, Alana Caroline, por existir.

A meu irmão Alan por ter me ajudado com todos os contatos dos entrevistados em Anapurus, você foi muito importante.

A meu irmão Alisson, pelo trabalho na parte gráfica, impressão, encadernação e pelo apoio moral.

A Universidade Estadual do Maranhão, por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR), que possibilitou a criação deste imprescindível curso de mestrado a sociedade maranhense.

Ao meu orientador, professor Dr. Alessandro Costa da Silva, pela inspiradora e presente orientação em todos os momentos, meu muito obrigado professor, você foi brilhante.

Ao professor Dr. José Sampaio de Mattos Júnior, por sua qualificada participação na banca examinadora, por suas fundamentais aulas durante o mestrado e pelas importantes contribuições. Meu agradecimento especial.

Ao professor Dr. Altamiro Souza de Lima Ferraz Júnior da Universidade Estadual do Maranhão, por suas valiosas críticas e sugestões a este trabalho e pela pronta recepção em nos atender.

A professora Dr.^a Zulene Muniz Barbosa, coordenadora deste PPDSR, por sua vitoriosa administração e pela amizade.

A todos os professores do PPDSR, em especial aqueles cuja área de atuação do conhecimento se associava mais ao nosso objeto de estudo:

professor Dr. José Sampaio de Mattos Júnior, professora Dr^a. Zulene Muniz Barbosa, professora Dr^a. Íris Maria Ribeiro Porto, professora Dr^a. Carla Pereira, professor Dr. José Henrique de Paula Borralho e professora Dr^a. Franci Gomes Cardoso, todos (as) me ajudaram muito na realização desta dissertação.

As secretárias do PPDSR, Gracimila e Elizete, sempre preocupadas em nos ajudar no que foi preciso e pela amizade.

Ao Departamento Acadêmico de Ciências Humanas e Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), campus Monte Castelo, pelo total e irrestrito apoio para cursar o mestrado. Em especial aos amigos José Edilson do Nascimento e Francisco de Assis Jansen da Costa, colegas da Geografia que “seguraram as pontas” quando foi preciso.

A todos os meus alunos e alunas do IFMA, principalmente as turmas que ministrei aula entre 2010 e 2012, pela compreensão e apoio. Valeu muito pelos “vai lá professor, estamos torcendo por você”. A vocês, que direta ou indiretamente, são o motivo desta permanente busca didático-pedagógica e de conhecimento, espero não decepcioná-los.

Aos amigos Gledson Júnior, Wellingtonho, Fernando César, Gilvan Azevedo, Katiusk Kelline, Máiron Sampaio, Filárdes Freitas e Arnaldo Júnior por me apoiarem em todos os momentos, vocês são os “nossos”.

Aos meus estimados colegas e companheiros (as) de jornada desta 1^a (primeira) turma do curso de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA: Hierlen Matos (grande companheira), Valderiza Barros (abençoada), Teodora Torres, Desni Lopes, Rogério Pinto, Carmem Barroso, Andrea Silva, Renata Rabêlo, Saulo Carneiro, Leandro Freitas, Nilce Ferreira (guerreira), Jhonny Silva, Gyordanna Patrícia, Adriana Maria e Jane Cavalcante. Foi extremamente enriquecedor conviver com todos (as) vocês.

RESUMO

Este estudo versa sobre o processo de expansão da fronteira agrícola no leste do estado do Maranhão, especificamente no município de Anapurus, a partir da incorporação dessa área para a monocultura da soja. O principal objetivo foi analisar este processo sob a ótica da fronteira agrícola capitalista e do desenvolvimento do território. O estudo se fundamenta no materialismo histórico dialético. No primeiro momento destacamos a relação entre agricultura e desenvolvimento, discutindo de que forma ambos se inter-relacionam. Nosso interesse foi compreender se a cultura da soja na região citada provocou ou não um contexto de desenvolvimento local e regional do ponto de vista das transformações socioespaciais. Em seguida, analisamos como esta realidade se configurou em uma nova fronteira agrícola a partir da incorporação produtiva de novas áreas para cultivo da oleaginosa e suas consequências enquanto modernização da base técnica produtiva. Por fim, discutimos a reavaliação da identidade territorial daquela região, comumente identificada como Baixo Parnaíba Maranhense, mas político-administrativa e naturalmente constituída como sendo microrregião de Chapadinha, e como este sentimento é uma maneira de se posicionar politicamente frente a expansão desta atividade capitalista. Consideramos que a soja é a cultura mobilizadora da expansão da fronteira agrícola no leste maranhense, com modernização da base técnico-produtiva e causando alterações socioespaciais que não levaram desenvolvimento a região.

Palavras-chave: Fronteira agrícola. Cerrado leste maranhense. Alterações socioespaciais.

ABSTRACT

This study is about the process of expansion of the agricultural frontier in the east of Maranhão state, specifically in the municipality of Anapurus, from the incorporation of this area on the monoculture of soya. The main objective was to analyze this process under the view of the capitalist agricultural frontier and of the development of the territory. The study is based on the dialectical historical materialism. At the first moment, we pointed out the relation between agriculture and development, discussing the ways they both interrelate. Our interest was to understand if the cultivation of soya in the region mentioned previously caused or nota context of local and regional development on the point of view of socio-spatial transformations. Next, we analyzed how this reality was set in a new agricultural frontier from the productive incorporation of new areas for cultivation of soya and its consequence while modernization of productive technical basis. At last, we discussed the revalorization of the territorial identity of that region, usually identified as Baixo Parnaíba Maranhense, but political-administrative and naturally known as Chapadinha micro-region and how this feeling is a way of situating politically up against the expansion of this capitalist activity. We consider soya as the mobilizing culture for the expansion of the agricultural frontier in eastern Maranhão, with modernization of technical productive basis that caused socio-spatial modifications which did not lead to the development of the region.

Key-words: Agricultural frontier. Eastern Maranhão Cerrado. Socio-spatial changes.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição espacial da soja na microrregião de Chapadinha	18
Mapa 2 – Identificação dos Territórios Rurais do Estado do Maranhão	52
Mapa 3 – Municípios que compõem o Território Rural do Baixo Parnaíba	53
Mapa 4 – Localização do município de Anapurus	73
Mapa 5 - Classes de solos do Maranhão	77
Mapa 6 – Localização das bacias hidrográficas do Maranhão	100
Mapa 7 – Municípios da região de planejamento do Alto Munim	102
Mapa 8 – Divisão municipal: municípios da região de Chapadinha	103

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Demanda social no Território Rural do Baixo Parnaíba	54
Tabela 2 – Indicadores socioeconômicos básicos dos municípios do Território Rural do Baixo Parnaíba	55
Foto 1 – Fachada da Faculdade do Baixo Parnaíba em Chapadinha-MA	99
Foto 2 – Aviso de propriedade particular na entrada de uma fazenda de soja em Anapurus	111
Foto 3 – Local de comercialização e armazenamento (silos) de soja no município de Anapurus	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da quantidade produzida (t) de soja em Anapurus e nos demais municípios da microrregião de Chapadinha entre 2001 e 2010	56
Gráfico 2 – Evolução da área plantada (ha) de soja no Maranhão no período entre 2001 e 2010	63
Gráfico 3 – Evolução da quantidade produzida (t) de soja no Maranhão no período entre 2001 e 2010	63
Gráfico 4 – Evolução da quantidade produzida (t) no grupo dos maiores produtores de soja do Norte/Nordeste, conhecido como MAPITIBA, entre 2001 e 2010	64
Gráfico 5 – Evolução da população em Anapurus conforme os censos demográficos de 1970 a 2010	74
Gráfico 6 – Distribuição da população por área rural e urbana em Anapurus	74
Gráfico 7 – Composição da população de Anapurus segundo sexo e idade	75
Gráfico 8 – Evolução da área plantada (ha) de soja em Anapurus e nos demais municípios da microrregião de Chapadinha entre 2001 e 2010	78
Gráfico 9 – Evolução da área colhida (ha) de soja em Anapurus e nos demais municípios da microrregião de Chapadinha entre 2001 e 2010	79
Gráfico 10 – Variação do valor da produção (em mil reais) de soja em Anapurus e nos demais municípios da microrregião de Chapadinha entre 2001 e 2010	79
Gráfico 11 – Composição do Produto Interno Bruto em Anapurus (2011) segundo os setores da economia	82
Gráfico 12 – Participação dos setores econômicos no PIB de Anapurus para o ano de 2001	83
Gráfico 13 – Participação dos setores econômicos no PIB de Anapurus para o ano de 2008	83

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MAPA – Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento

IPEA – Instituto Pesquisas Econômicas Aplicadas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

FDBP - Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba Maranhense

FAO/ONU – Organização da Nações Unidas para Agricultura

PIB – Produto Interno Bruto

CAI – Complexo Agroindustrial

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão

OMC – Organização Mundial do Comércio

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

TEC – Tarifa Externa Comum

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PIB – Produto Interno Bruto

ICMS – Imposto Cobrado sobre Mercadorias e Serviços

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

SAGRIMA – Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão

PAM – Produção Agrícola Municipal

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOCENTRO - Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes

PPA - Planejamento Plurianual

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

GEPLAN – Gerência de Planejamento

APREMA – Associação de Proteção ao Riacho Estrela e Meio Ambiente

SUMÁRIO

	p.
LISTA DE MAPAS	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE SIGLAS	12
1. INTRODUÇÃO	16
2. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO: inter-relações e (des) construção	27
2.1 Evolução histórica da agricultura e crítica ao desenvolvimento	27
2.2 A evolução da modernização da agricultura no Brasil	38
2.3 O território no centro do desenvolvimento territorial rural	47
2.4 Breve cronologia sobre a sojicultura	61
3. O PROCESSO DE EXPANSÃO DA SOJA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA-MA: o caso do município de Anapurus	68
3.1 Caracterização e histórico-regional de Anapurus	68
3.2 O contexto desenvolvimentista da soja no cerrado da microrregião de Chapadinha-MA	81
3.3 Uma nova fronteira agrícola capitalista: a produção de soja em Anapurus entre 2001 e 2010	89
4. A IDENTIDADE TERRITORIAL EM ANAPURUS: entre Baixo Parnaíba Maranhense e Chapadinha	99
4.1 Situando a questão (Contexto político-administrativo)	99

4.2 A identidade regional de Anapurus na perspectiva geográfica	104
4.3 Soja e (re) valorização da identidade regional em Anapurus	108
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	123

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, em nível de Mestrado, dedica-se ao estudo da expansão da fronteira agrícola a partir da cultura da soja no leste do estado do Maranhão. Apresentamos uma contextualização das principais implicações produtivo-econômicas e socioespaciais decorrentes da modernização da agricultura nesta parte do estado.

O trabalho foca esta dinâmica agrícola maranhense ocorrida entre 2001 e 2010 na microrregião de Chapadinha, em especial no município de Anapurus. O período escolhido é em virtude de ser nesta primeira década deste século que a cultura da soja avançou de forma significativa e acelerada na região. Assim também, o foco em Anapurus é por ser um município estratégico neste processo do ponto de vista dos indicadores da produção sojícola e de suas consequências.

Apresentamos, portanto, uma análise da expansão territorial da agricultura da soja no cerrado leste maranhense, identificada como uma nova fronteira agrícola no estado. A agricultura, sabemos, sempre teve papel preponderante no contexto econômico da humanidade em geral e do Brasil em particular. Dentro da evolução histórica da economia brasileira, a produção agrícola esteve e continua por muito tempo no centro das exportações e mais recentemente transformou-se em geradora de importantes recursos para a política de modernização do país.

O Brasil é um dos maiores produtores agrícolas mundiais, liderando, inclusive, em várias culturas a exemplo da soja e do café. Naturalmente, esta participação do país na agricultura mundial repercute em alterações na dinâmica produtiva, na expansão e incorporação de novas áreas, no aumento da produtividade, no incremento econômico, na realidade do pessoal ocupado e no contexto fundiário, dentre outros.

Dessa forma, diversos estudos acadêmicos, dentre outros, tem dado relevante destaque no debate acerca do entendimento de processos relacionados à dinâmica da agricultura segundo seus antecedentes, essência e conseqüências.

Assim, conforme nos alerta Santos (1986, p. 213), numa abordagem prospectiva, cabe sim ao geógrafo ser um dos profissionais vinculados ao estudo,

à discussão e à efetivação de projetos de desenvolvimento ao dizer que “Uma ciência do homem deve cuidar do futuro não como um mero exercício acadêmico, mas para dominá-lo. Ela deve tentar dominar o futuro para o Homem, isto é, para todos os homens e não só para um pequeno número deles”

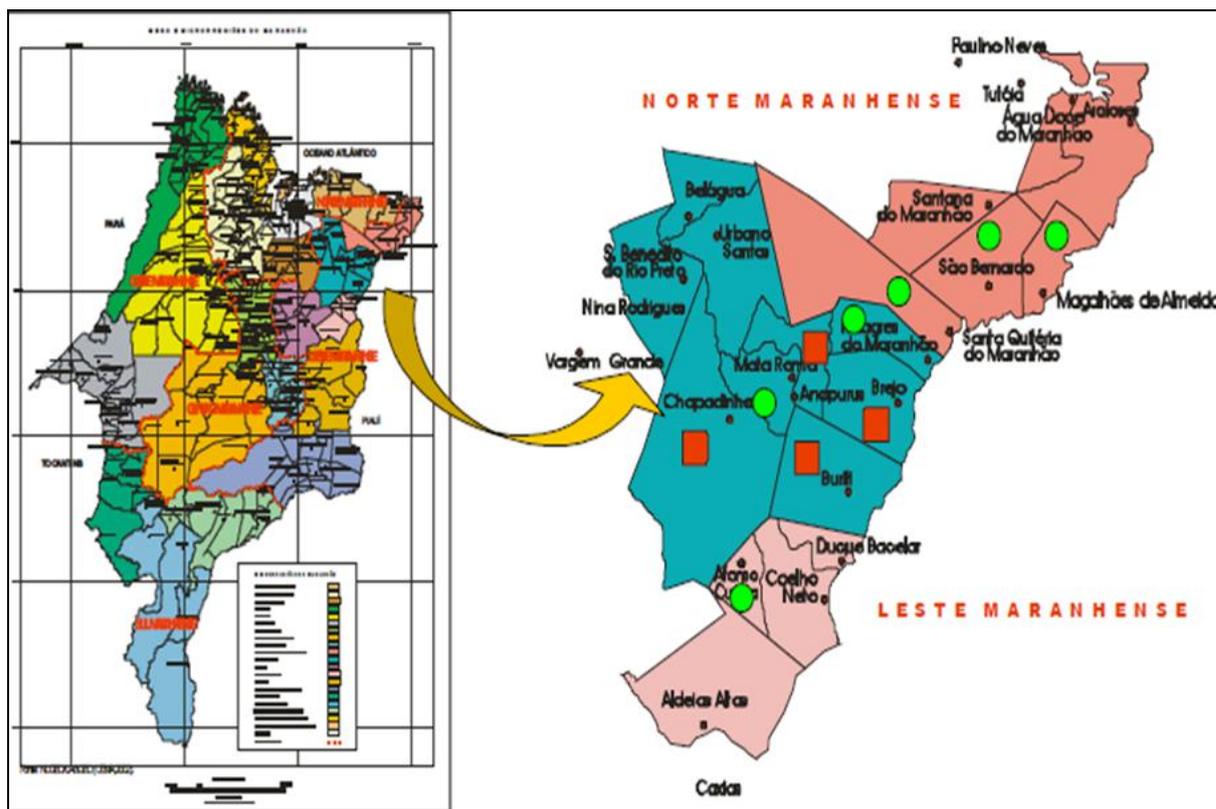
Tal visão prospectiva certamente não é exclusividade dos cientistas sociais, trata-se de uma preocupação eminentemente de cidadania, que deve estar presente em qualquer pessoa. No entanto, os profissionais em questão têm a identidade legítima e construída de propor reflexões de desenvolvimento estabelecendo bases sociais, culturais, ambientais e, certamente político-econômicas do ponto de vista de um desenvolvimento territorial.

A fronteira agropecuária é um dos principais elementos que compõem a questão agrária brasileira na atualidade. No Brasil, historicamente a ocupação de novas áreas ao longo do seu território tem como característica a intensificação das atividades agropecuárias. A expansão da soja na região de Anapurus é uma situação emblemática para analisar essas questões, pois têm importantes dimensões, das quais destacamos a socioespacial e a econômico-produtiva, focos de nosso estudo.

É histórico que a base econômico-agrária nessa região sempre esteve associada com a produção de arroz, criação de animais e coleta de frutos, e isso perdurou durante séculos. Entretanto uma nova realidade se apresenta nos últimos anos. A mundialização econômica inseriu este espaço como ator da dinâmica produtiva do agronegócio da soja no leste do estado do Maranhão. Conforme revela Santos (2008, p. 243), “[...] os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios.”

A região em estudo (mapa 1) vive hoje uma nova realidade com a chegada de agricultores do sul do país carregados de informações, equipamentos e técnicas modernas, transformando terras, antes improdutivas, em excelentes áreas de produção agrícola. No caso de Anapurus, o plantio da soja avança a passos largos, tanto no que se refere a expansão geográfica quanto a tecnologia, produção e exportação. Uma localização estratégica, a 260 quilômetros do Porto do Itaqui, na capital do estado, reunindo as condições necessárias ao desenvolvimento de uma nova fronteira econômica: o leste do estado do Maranhão.

Mapa 1 – Distribuição espacial da soja na microrregião de Chapadinha.



Fonte: NUGEO-UEMA/2008

As repercussões desse avanço se constituem na modernização da base produtiva da região, no incremento econômico e em questões sociais como a relação de mão de obra empregada e a incorporação de terras. A sociedade civil procura assumir postura neste processo, por isto também discutimos a ação do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba, movimento que reúne os diversos grupos sociais da região, inaugurando uma mobilização importante nesse sentido.

Nesse caminho, fundamentamos nossa pesquisa em categorias analíticas que a nosso ver possibilitam uma análise completa, porém, não esgotante é claro, de nosso problema de estudo. Sendo assim, elegemos, para fins de orientação teórica, as categorias desenvolvimento, modernização agrícola, fronteira agrícola, território e territorialidade.

Traduzimos nossa problematização e expectativa na compreensão desse universo, nas seguintes questões norteadoras da pesquisa:

- ✓ Por que esta dinâmica agrícola da soja na referida região é considerada a nova fronteira agrícola do Maranhão.

- ✓ A expansão da soja provoca um contexto de desenvolvimento territorial na microrregião de Chapadinha, em especial no município de Anapurus?
- ✓ Qual é e como se construiu a identidade territorial em Anapurus diante do avanço da soja no município (entre microrregião do Baixo Parnaíba e microrregião de Chapadinha)?

A reflexão acerca dos conceitos de território e territorialidade se faz fundamental, para além de debates e preocupações eminentemente políticas e ideológicas, mas para que possamos avançar na apreensão dos processos geográficos e sociológicos, ou melhor, de suas múltiplas formas, faces, conteúdos e contradições.

A configuração territorial é uma das categorias analíticas do espaço geográfico segundo a proposta de Santos (2008). Ela é parte dos sistemas de objetos que compõem o espaço geográfico de forma indissociável dos sistemas de ações. Os objetos da configuração territorial podem ser naturais (sujeitos a transformações pela ação humana) ou artificiais (criados pelo homem), sendo os últimos cada vez mais importantes.

Nesse sentido, entendemos o território aqui como o resultado do processo de territorialização, ou seja, o homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através de suas atividades cotidianas, seja no campo seja na cidade. Ele constitui um lugar de vida. Este processo é condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações diárias que efetivamos, materiais, no trabalho, na família, na igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico. O desenvolvimento desses conceitos é didaticamente apontado por Saquet (2004, p.125-126):

Sucintamente, após ser apontado e trabalhado por Friedrich Ratzel, o conceito de território renasce de forma renovada [contemplando o movimento, contradições, relações de poder, identidades, redes de circulação e comunicação etc., diferentemente da abordagem, por exemplo, de Ratzel (1990 e 1990a), por mais importante que esta seja ao pensamento geográfico] na filosofia e em estudos de ciências sociais, a partir de obras como a de Dematteis (1963), Deleuze e Guattari (1972/76), Gottmann (1952, 1973), Raffestin e Guichonnet (1974), Vagaggini e Dematteis (1975), Bagnasco (1977), Raffestin (1993/1980), Sack (1986), entre outras. [...] Uma discussão que começa a re-aparecer na geografia e se fortalece, lentamente, também na sociologia. Neste contexto, o conceito de território é tratado, ora pelo viés da filosofia, ora da geografia ou da sociologia.

Por sua vez, a territorialidade é uma estratégia de dominação através de alguma autoridade que controla atividades, recursos e indivíduos. Haesbaert (2004) entende a territorialidade, desta forma, como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. Explicita ainda que:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, envolvendo diferentes lugares, setores e pessoas. Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. (HAESBAERT, 2004, p. 56)

Diante do exposto, as seguintes hipóteses nortearam nosso trabalho:

- ✓ A dinâmica agrícola da soja na microrregião de Chapadinha se constitui numa fronteira agrícola capitalista. Trata-se de um processo de integração deste espaço geográfico à economia nacional e global, por meio da expansão territorial da agricultura;
- ✓ A expansão da fronteira agrícola nesta microrregião, especialmente em Anapurus, caracteriza um processo de reordenamento territorial com implicações econômicas, produtivas e sociais;
- ✓ Os movimentos sociais da região vêm assumindo seu papel de enfrentamento diante dos efeitos gerados;
- ✓ A construção da identidade local neste território, especialmente em Anapurus, historicamente identificada como sendo do Baixo Parnaíba, é fruto de estratégia administrativa política para obtenção de recursos públicos estaduais e federais. Além disso, trata-se ainda de uma mobilização para reavaliação desta identidade diante da atividade capitalista da soja. .

Continuando neste entendimento, defendemos ser perspicaz analisar as diferentes aptidões econômicas, sejam estas locais, regionais e/ou nacionais, capazes de promover uma situação permanente e não apenas pontual para o desenvolvimento socioespacial e regional de cada lugar.

Assim também, nosso interesse pelo objeto de estudo surgiu com a nossa vivência e convivência no espaço da microrregião de Chapadinha. Enquanto adolescente, residindo no município de Mata Roma, distante 6 (seis)

quilômetros de Anapurus, e também integrante da microrregião de Chapadinha, nos acostumamos com uma paisagem peculiar no campo marcada apenas pelo cultivo de alimentos básicos e da pequena criação de animais.

Porém há agora uma nova dinâmica. Percebendo o avanço desta atividade econômica e suas diversas implicações, através, por exemplo, de iniciativas de universidades públicas no sentido de fomentar estudos científicos sobre este processo em andamento, nos deparamos quase que com uma necessidade acadêmica e, reconhecemos, de caráter pessoal.

Pesquisar a dinâmica deste processo socioespacial e econômico-produtivo nesta região constitui, a nosso ver, um tema relevante. Não pela sua ausência, pois há importantes trabalhos referentes a esta dinâmica, mas entendemos que nossa pesquisa caminha no sentido de tentar contribuir e construir conhecimento colaborando para o debate desta questão no campo das Ciências Sociais em geral e, em particular, em nossa Geografia.

Além disso, com os resultados deste estudo, poderemos registrar e levar ao conhecimento social como o contexto em questão é um grande desafio, fundamentalmente do Estado, nesta dinâmica econômica regional do Maranhão. Aliar aptidões produtivas, interesses capitalistas, da sociedade civil e a atuação do Estado certamente é um processo desafiador, porém necessário.

Neste sentido, como objetivo geral deste trabalho, procuramos analisar a expansão da soja no cerrado da microrregião de Chapadinha, sob a ótica da fronteira agrícola capitalista e do desenvolvimento do território no município de Anapurus. Assim também, alcançar os objetivos específicos é condição essencial neste entendimento, sejam eles:

- ✓ Estabelecer a relação entre desenvolvimento e agricultura na microrregião de Chapadinha, especialmente em Anapurus;
- ✓ Caracterizar a expansão da fronteira enquanto incorporação territorial da agricultura e as repercussões socioespaciais e econômico-produtivas;
- ✓ Identificar a construção da identidade do território no município de Anapurus.

Referente a metodologia, optamos pelo materialismo histórico dialético como marco metodológico que orientou nossa pesquisa. Isso se explica, pois se trata de um estudo que envolve o contraditório, alicerçado nas conflitualidades inerentes a este processo. Assim, o método dialético, enquanto interpretação dinâmica e totalizante da realidade, ao debater os fatos considerados dentro de

um contexto social, político, econômico nos pareceu o mais apropriado (NASCIMENTO, 2002 e GONÇALVES, 2005).

Assim também, para as considerações formuladas e apresentadas no presente trabalho, considerando que o mesmo trata-se de uma pesquisa social, optamos pela pesquisa qualitativa. Isto porque trabalhamos com análise de dados e suas interpretações, como também com referenciais bibliográficos e observações empíricas em todas as suas características, que nem sempre podem ser simplesmente mensurados. Além disso, na pesquisa qualitativa, o trabalho de campo é considerado essencial, considerando-se é claro a base teórica e a prática operacional, conforme destaca Souza (2010, p. 63):

Pela sua importância, o trabalho de campo deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais. Isto é, não se pode pensar num trabalho de campo neutro. A forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem observados, coletados e compreendidos como o modo como vai recolhê-los. Esse cuidado é necessário porque o campo da pesquisa social não é transparente e tanto o pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem no conhecimento da realidade. Essa interferência faz parte da própria natureza da pesquisa social que nunca é neutra.

Sendo assim, destacamos as seguintes bases que nortearam metodologicamente nossa prática:

- ✓ O trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica, fundamentada metodologicamente em Gil (2002);
- ✓ Inicialmente fizemos todo um levantamento de dados secundários, através de estudos acadêmicos e outros sobre a temática. Além disso, foi importante a base de conhecimentos e informações obtidas em locais como o IBGE, EMBRAPA-COCAIS, SAGRIMA, FETAEMA, bibliotecas centrais de UFMA e UEMA, e setoriais do Programa de Políticas Públicas, de Ciências Sociais e de Sustentabilidade de Ecossistemas da UFMA e de Agroecologia da UEMA. Também obtivemos dados em *sítios* de internet de instituições relacionadas ao tema, a exemplo do IBGE, do MDA, MAPA, do IPEA, do INCRA, da SAGRIMA, SEDAGRO, da SDT, dentre outros;
- ✓ Como instrumento técnico, referente à coleta de dados primários, utilizamos via formulários, a entrevista de forma estruturada e semi-estruturada para os representantes dos seguintes setores: a) Secretaria Municipal de Agricultura de

Anapurus; b) Associação dos Produtores de Soja do Meio Norte(APROSOJA/MN); c) dos comerciantes de Anapurus; d) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapurus e; e) Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba Maranhense(FDBP);

✓ De posse desse material já coletado, demos o tratamento formal de pesquisa, transcrevendo as entrevistas, interpretando dados, catalogando referências tentando assimilar o real conteúdo das falas dos sujeitos na busca da interpretação de seus significados;

✓ Destacamos as significações e os conteúdos que se adequaram ao desenvolvimento da pesquisa, pusemos em ordem as informações que estavam presentes em nossos pressupostos estabelecendo comparações com o que observávamos, de forma a dar coerência ao resultado que aqui apresentamos;

✓ Procuramos construir a dialética relação entre capital e sociedade, analisando o contexto local e relacionando-o ao nacional e ao global.

✓ Nos dois momentos do trabalho de campo, contamos com o seguinte suporte técnico: a) no aspecto operacional, contamos com o uso de GPS, câmera digital e gravador de voz. b) no aspecto humano, contamos com o apoio do senhor Alan Guimarães, funcionário terceirizado do município de Anapurus. Além deste foi importante a participação de Arthur Monteles Filho, morador da cidade e aluno do 2º ano do ensino médio no Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio – CEEFM, Dr. José Maria Cabral Marques, em Anapurus, escola de caráter público estadual.

Para alcançar nossos anseios e as propostas que expomos até aqui, estruturamos nossa dissertação em três capítulos que são assim constituídos:

O primeiro capítulo, denominado **AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO: inter-relações e (des) construção**, debate uma compreensão acerca da relação entre Agricultura e Desenvolvimento.

É o capítulo mais extenso, mas nem por isto o mais cansativo. Interessou-nos associar este debate a expansão da fronteira agrícola capitalista na microrregião de Chapadinha, sob a crítica do discurso e da prática desenvolvimentista.

O fizemos por entender que, entre todos os temas que constituem a Geografia do (sub) Desenvolvimento a questão agrária é um dos mais relevantes e transcendentos (WETTSTEIN, 1997). Discutimos aqui diversas implicações

socioeconômicas derivadas das rápidas e complexas transformações da produção agrícola, implantadas no campo, e os interesses dominantes do estilo de desenvolvimento presente.

Conforme nos alerta Sen (2000), o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão da liberdade das pessoas, discutindo as implicações dessa abordagem para a análise de políticas e para a compreensão das relações econômicas, políticas e sociais.

Assim, este capítulo é subdividido em:

a) Evolução histórica da agricultura e crítica ao desenvolvimento; b) A evolução da modernização da agricultura no Brasil; c) O território no centro do desenvolvimento territorial rural; d) Breve cronologia sobre a sojicultura.

Na compreensão das questões aqui estudadas, foram extremamente fundamentais e enriquecedoras as contribuições de diversos autores.

Destacamos, portanto, os estudos de Abramovay (1998), Balsan (2006), Brum (1993,2008), Cleps Jr (2010), Delgado (1985), Favareto (2010), Fernandes (2008), Furtado (2000), Gómez (2006,2007), Harvey (2006), Heck (2008), Hespanhol (2007, 2008, 2009), Holanda (2008), Kageyama e Rehdler (1993), Locatel (2009), Maluf (2011), Milani (2007), Moreira (1990), Müller (1989), Nunes (2007), Oliveira (2002, 2004), Saquet (2011), Schneider e Tartaruga (2005), Silva, (1981, 1991, 1997, 2000, 2010), Singer (1982), Teixeira (2005) e Wettstein (1997).

O segundo capítulo, intitulado **O PROCESSO DE EXPANSÃO DA SOJA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA-MA: o caso do município de Anapurus**, apresenta a dinâmica produtiva da monocultura da soja na microrregião em estudo.

Na delimitação da área de nossa pesquisa, optamos pelo município de Anapurus principalmente pelos seguintes e determinantes motivos.

- Anapurus foi a porta de entrada dos sojicultores gaúchos no leste do estado do Maranhão, e especificamente na microrregião de Chapadinha, conforme estudos de Maristela de Paula Andrade (1995), Marcelo Sampaio Carneiro (2008), Rafael Bezerra Gaspar (2010), dentre outros.
- é município sede da APROSOJA/MN (Associação dos Produtores de Soja do Meio Norte), organização que congrega os produtores da região.

- está entre os municípios produtores de soja com maior área plantada na microrregião.

São apresentados os indicadores agrícolas relacionados a esta dinâmica: área plantada, área colhida, quantidade produzida, produtividade, principais equipamentos e técnicas utilizadas pelos sojicultores, etc. Almejamos assim, compreender por quais motivos esta região do Maranhão se tornou um novo pólo agrícola do estado além das implicações socioespaciais e econômico-produtivas.

Ressaltamos que o foco do estudo é o município de Anapurus, contudo, ao longo do estudo sempre propomos uma análise holística da microrregião de Chapadinha segundo os aspectos de cada capítulo.

Além disso, baseamos ainda nossa escolha em um caráter geográfico – territorial, seja ele: a identidade territorial de um município com uma microrregião (Baixo Parnaíba Maranhense) da qual não faz parte e de que forma o universo da soja perpassa por essa questão. O capítulo é subdividido em: a) Caracterização e histórico-regional de Anapurus; b) O contexto desenvolvimentista da soja no cerrado da microrregião de Chapadinha-MA; c) Uma nova fronteira agrícola capitalista: a expansão da soja em Anapurus entre 2001 e 2010.

Além das já lembradas, destacamos neste capítulo as ricas contribuições de Andrade (1995), Bacelar (2008), Carneiro (2008), Fernandes (2008), Ferreira, A. (2008), Ferreira, M. (2008, 2010), Holanda (2008), Malerba (2009), Martins (1996, 1997), Santos (1997, 2007), Schlesinger *et al.* (2008), Silva, C. (2007), Wettstein (1997) e Silva, (2000, 2010).

No terceiro e último capítulo, **A IDENTIDADE TERRITORIAL EM ANAPURUS: entre Baixo Parnaíba Maranhense e Chapadinha**, apresentamos uma análise que busca compreender a construção social de uma identidade do território local.

Explicamos: do ponto de vista dos elementos do quadro natural, especialmente da Bacia Hidrográfica que banha os municípios da microrregião de Chapadinha, seria mais adequado identificá-la como uma região da Bacia do Rio Munim. Entretanto, o município de Anapurus, foco deste estudo, é comumente identificado e conhecido como sendo integrante da microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense. Investigamos assim os motivos que levam a este

comportamento, suas práticas e consequências tentando relacionar esta realidade a dinâmica da soja presente no município.

Inicialmente a seguinte hipótese orientou nossa verificação: a construção desta identidade territorial se relaciona a um contexto de cunho político-econômico. Todavia, aprofundando a análise da questão percebemos que este comportamento também perpassa pelo sentimento de reafirmação e revalorização da identidade local frente a modernização agrícola provocada pela atividade da soja.

Foram importantes neste entendimento as categorias identidade regional, território e territorialidade possibilitando uma compreensão do aspecto levantado ao longo do capítulo, seja ele: a construção de uma identidade territorial local. Assim também, as entrevistas, formulários e questionários com moradores, autoridades políticas, representantes de órgãos públicos, empresários, neste estudo foram de grande relevância. Sendo assim, o capítulo é subdividido em: a) Situando a questão (Contexto político-administrativo); b) A identidade regional de Anapurus na perspectiva geográfica; c) Soja e (re) valorização da identidade regional em Anapurus.

Aqui foram importantes as contribuições de Bhabha (1998), Bourdieu (2000), Cardoso (2001), Carvalho [200-], Chelotti (2010), Claval (1999), Cordova [200-], Eder (2008), Feitosa e Trovão (2006), Haesbaert (2001), Moreira (2001), Pollice (2010), Roca e Oliveira (2010), Silva, (2001), dentre outros.

2. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO: inter-relações e (des) construção

2.1 Evolução histórica da agricultura e crítica ao desenvolvimento

O debate acerca da importância da agricultura para o desenvolvimento dos países tem merecido significativo destaque, tornando-se assim tema de ampla discussão. Por se tratar de uma atividade econômica bastante lucrativa, mostra-se ser de grande relevância para as economias nacionais.

Nesta perspectiva, entendemos que Agricultura e Desenvolvimento estão fortemente inter-relacionados. Assim, apresentamos aqui uma trajetória da evolução da agricultura bem como uma análise referente à crítica a idéia de desenvolvimento para chegarmos a uma compreensão mais completa desta aproximação.

A agricultura, sabemos, é uma das mais antigas atividades do homem. Ao longo da história, seu desenvolvimento causou mudanças fundamentais na organização social do modo de vida, base para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico conhecido hoje. Para fins de delimitação ao nosso estudo, focaremos a evolução da atividade agrícola a partir da chamada Agricultura Moderna.

Evidentemente, o expressivo progresso técnico da agricultura resulta de um longo processo histórico que pode ser dividido em fases, conforme nos apresentam didaticamente Locatelli e Hespanhol (2009, p.118):

A primeira é anterior à Revolução Industrial, que retrocede até o neolítico e é caracterizada, em seu início, por um lento avanço agrícola, que terminou com a Revolução Agrícola do século XVIII. Na segunda fase, muito mais curta, com apenas dois séculos de duração, o progresso técnico geral afetou de forma mais rápida o processo produtivo agrícola e culminou na segunda revolução agrícola, ocorrida no final do século XIX e início do século XX. Essa fase representou novos e espetaculares avanços no processo produtivo agrícola e redundou na chamada Revolução Verde, a partir dos anos 1950, por meio da qual foi inaugurada a terceira fase do progresso técnico na agricultura. A Revolução Verde representou um grande salto no desenvolvimento tecnológico da agropecuária, com criação e incorporação de técnicas, como os cultivos hidropônicos, a engenharia genética, a biotecnologia, que resulta de um processo de convergência tecnológica.

Podemos considerar que o primeiro grande avanço tecnológico nas atividades agropecuárias se deu internamente no mesmo processo da Primeira

Revolução Industrial, no século XVIII na Inglaterra e nos demais países da Europa. Os mesmos países que se industrializaram nesse período foram os mesmos a modernizarem os seus sistemas de cultivo, elevando seus índices de produção e produtividade. A acelerada migração para as cidades, resultado deste processo, ajudou a reduzir a quantidade de pessoas empregadas nas atividades agrícolas.

Neste sentido, tornou-se natural que a Revolução Industrial, aliada a intensa urbanização causada por ela, exigisse uma Revolução Agrícola capaz de ampliar o fornecimento de matérias-primas à indústria e a produção de alimentos, necessária ao abastecimento de uma população que se urbanizava.

Neste caminho da evolução da agricultura, o século XX, principalmente a partir da sua segunda metade, foi um marco. Isto porque os países desenvolvidos criaram a estratégia de elevar a produção agrícola introduzindo um conjunto de técnicas mais apropriadas ao cultivo, a exemplo da mecanização, do uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, além da utilização de sementes de alto rendimento.

Concebido nos Estados Unidos, esse processo que depois seria conhecido como Revolução Verde, pode ser dividido em três fases. Primeiramente foi a implantação deste processo em países do chamado Terceiro Mundo, a exemplo de Brasil e México, nas Américas do Sul e do Norte, respectivamente, assim como em países asiáticos, a exemplo de Filipinas e Indonésia. O segundo momento é marcado pelo rápido avanço de técnicas modernas utilizadas por empresas, levadas para o resto do mundo como uma agricultura massificada. Por sua vez, a terceira fase, a que vivemos hoje, é marcada pela presença de grandes empresas do ramo da biotecnologia e da nanotecnologia que desenvolvem experimentos tecnológicos com a utilização do material biológico de plantas e animais, ou seja, os organismos geneticamente modificados, ou simplesmente, transgênicos (NUNES, 2007).

O nascimento da agricultura moderna, durante os séculos XVIII e XIX, provocando um intenso processo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, chamada hoje de Revolução Agrícola, foi determinante na decomposição das bases do feudalismo e no processo progressivo de advento do capitalismo. Naturalmente, este desenrolar aconteceu segundo um extenso processo histórico e trouxe uma série de transformações.

Este percurso, que durou séculos, aproximou a agricultura da pecuária, tornando-as pouco a pouco complementares. Este alicerce das sociedades europeias, posteriormente expandido ao restante do mundo, provocou um dos mais importantes saltos de qualidade da civilização humana: o fim da escassez crônica de alimentos.

O aumento das relações de comércio e acumulação de capital acabou com a agricultura se voltando cada vez mais para a produção de um excedente comercializável. Isto estava relacionado ao fim dos feudos, ao início da era mercantilista e de novas práticas agrícolas tais como o sistema de produção sem pousio, a exploração contínua do solo e a multiplicação de culturas.

Assim, inicia-se entre os séculos XVI e XIX, a Primeira Revolução Agrícola, ocorrida na Europa, concomitantemente a Revolução Industrial, que atingiu principalmente os Países Baixos, a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Suíça, a Áustria, a Boêmia, a Itália, Espanha e Portugal. Brum e Heck (2008, p. 47) apontam didaticamente o avanço desta Primeira Revolução Agrícola:

A primeira revolução agrícola foi, com efeito, um vasto movimento de desenvolvimento que trouxe consigo uma duplicação da produção e da produtividade agrícolas. E mesmo que a melhoria da alimentação camponesa tenha absorvido uma parte dessas sementes, acontece que cerca da metade da produção agrícola total podia constituir, de ora em diante, um excedente comercializável. A revolução agrícola apenas podia, por isso, se desenvolver plenamente na condição desse excedente encontrar efetivamente uma procura solvável adequada, que proviesse de uma população não agrícola tão importante como a própria produção agrícola.

Como consequência há a duplicação da produção e da produtividade do trabalho agrícola, o que possibilitou uma melhoria na qualidade da alimentação humana e também a geração de excedentes comercializáveis. Estes últimos, por sua vez, acabaram permitindo um desenvolvimento industrial e urbano sem precedentes, fornecendo os meios necessários para que a Revolução Industrial acontecesse. A geração de renda adicional promovida pela Revolução Agrícola alavancava a Revolução Industrial. Caminha-se num esforço de se atribuir à agricultura o papel primordial da geração de riqueza.

Podemos assim, segundo Brum (2008), Locatelli e Hespanhol(2009), elencar as principais alterações provocadas por esta Primeira Revolução Agrícola e sua evolução: a) a utilização de novas máquinas e equipamentos que permitiu

reduzir a força de trabalho empregada na atividade, sendo grande parte deslocada sem escolha para a industrialização e a urbanização; b) a geração de crises de superprodução. As duas grandes guerras aumentaram a demanda por alimentos e também colocou em discussão o modelo agrícola adotado até então. O mercado estava saturado devido à grande concentração de renda fato que também atingiu o setor primário; c) o surgimento do protecionismo comercial, começando pelos Estados Unidos da América (EUA), com forte atuação do Estado protegendo os produtores da queda de preços.

Em seguida, desenvolve-se a Segunda Revolução Agrícola, também conhecida como Revolução Verde, encampada pelo agrônomo americano Norman Borlaug. Neste momento, entre 1950 e 1970, a produção de alimentos nos países capitalistas desenvolvidos dobrava, ao mesmo tempo em que o pessoal ocupado na agricultura diminuía drasticamente. Destaque para a incorporação de novas técnicas de produção, motorização, mecanização, utilização de produtos químicos e tratamento dos solos.

Naturalmente, esse desenvolvimento implicou na redução da força de trabalho empregada na atividade agrícola, na migração desta população para as cidades (trabalhar nas indústrias), no aumento da produção, na queda nos preços e na exclusão dos agricultores que não conseguiam se adaptar a tal sistema. É fato que houve aumento na geração de renda, contudo com o fato de ficar extremamente concentrada nos grupos dos grandes produtores e das grandes empresas do setor agrícola.

Nestes aspectos, este modelo, já a partir da década de 1970, passou a apresentar sinais de esgotamento, identificados no surgimento de problemas ambientais, econômicos e sociais. Sendo assim, a biotecnologia, já no fim do século XX, torna-se a nova tendência do processo de modernização da atividade agrícola mundial.

Aliado a isso, a relação do setor agrícola com os setores comercial e industrial, e mesmo a sua subordinação a eles, são as bases para o surgimento de um novo processo identificado como o *agribusiness* ou agronegócio. Cleps Júnior (2010), nos esclarece que o *agribusiness* foi o nome criado para explicar o processo de subordinação e as relações da agricultura com setores industriais e comerciais. O termo, ainda segundo o autor, define-se como a soma total de todas as operações envolvidas na manufatura e na distribuição de suprimentos

agrícolas; de operações de produção no campo; e de armazenamento, de processamento e de distribuição dos produtos agrícolas, bem como dos itens produzidos.

O nome (*agribusiness*) cresceu por causa da acelerada mudança da agricultura na maior parte dos países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, nas décadas seguintes a Segunda Grande Guerra. O setor agrícola estava se transformando num componente (embora o maior) de um sistema que ligava cada vez mais as operações com as indústrias e comerciantes de todas as partes do país. Naturalmente, este processo traria uma série de conseqüências, fazendo *jus* ao título de “Revolução Agrícola”.

O papel dos insumos adquiridos (fora da fazenda) era muito menor na agricultura pré-industrial e, apesar dos avanços significativos na mecanização e da introdução de fertilizantes artificiais durante o século XIX, permaneceu modesto até 1940. Depois da Segunda Guerra Mundial, contudo, houve um aumento extraordinário no uso de fertilizantes químicos, tratores e equipamentos, além da adoção de insumos comprados de empresas agropecuárias; todos esses fatores foram causa e efeito da prosperidade e da expansão da agricultura. A integração da produção agrícola com outros setores da economia tornou-se igualmente significativa para o campo-indústria. (CLEPS JUNIOR, 2010, p. 40-41)

Trata-se, portanto, de um termo surgido para dar conta das relações mais estreitas entre o campo e a indústria, como destaca Silva (1991, p. 23), ao dizer que “a idéia de ‘*agribusiness*’, não apenas ressalta os vínculos intersetoriais existentes, como coloca a produção agrícola, como parte de um sistema de ‘*commodities*’ muito mais amplo, enfatizando as suas relações com o mundo dos grandes negócios.”

Ora, notório é, que o discurso da Revolução Verde fundamentava-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola através da substituição dos moldes de produção locais ou tradicionais. Tal substituição seria por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas, com variedades vegetais geneticamente melhoradas, mais exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder, irrigação e a mecanização.

Inegavelmente, pelo menos no que se refere ao aumento da produção total da agricultura, ela foi, sem dúvida, um sucesso. A produção alimentar dobrou e a disponibilidade de alimento por habitante aumentou consideravelmente

ensaiando que o problema da fome no mundo seria superado pelas novas descobertas.

Numa velocidade impressionante, a Revolução se alastrou por diversos países, contudo, a euforia das grandes safras propiciada pelo padrão tecnológico daria lugar a preocupações relacionadas principalmente aos impactos ambientais e aos socioespaciais, foco de nosso estudo. Originada com a “bandeira” do combate a fome e a miséria dos países mais pobres, por meio da introdução de técnicas mais modernas de cultivo, seus efeitos acabaram sendo outros, bem menos nobres, digamos.

Se por um lado a agricultura se modernizou em alguns países subdesenvolvidos, a Revolução Verde aumentou ainda mais a dependência em relação aos países mais ricos já detentores das novas tecnologias aplicadas ao cultivo de novas sementes além de serem fornecedores dos insumos necessários a viabilização da produção. Um aspecto importante é que vários gêneros agrícolas contemplados pela Revolução Verde somente tinham sua produção viabilizada se realizada em grande escala, em grandes propriedades agrícolas.

Ora, foi inevitável portanto a exclusão de muitos pequenos proprietários ligados à agricultura comercial que não tinham condições de usar essas novas tecnologias, abandonando suas atividades e vendendo suas propriedades. Até a principal promessa da Revolução Verde, de acabar com a fome, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, (FAO, 2009) não se concretizou. Segundo a organização, neste início de século, 852 milhões de pessoas viviam em estado de fome crônica ou de subnutrição, sendo que 815 milhões nos países subdesenvolvidos.

Fato é que a Revolução Verde originou tecnologias que atingem maior eficiência na produção agrícola, entretanto, vários problemas sociais não foram solucionados, como é o caso da fome mundial, além da expulsão do pequeno produtor de sua propriedade. O espaço rural de vários países se modernizou. A mecanização agrícola, o uso da biotecnologia, de sistemas de estocagem e escoamento da produção tornaram a agropecuária mais produtiva e competitiva.

Os investimentos e o controle da produção agrícola por grandes empresas disseminou a utilização de produtos apropriados à correção do solo, de adubos químicos, de agrotóxicos, de rações, de sementes geneticamente

modificadas, etc. Por outro lado, diversas regiões do mundo vivem as tragédias da subnutrição e da fome (BALSAN, 2006).

Como grande “mérito”, podemos reconhecer que a Revolução proporcionou o desenvolvimento de tecnologias que atingem maior eficiência na produção agrícola e aumentam significativamente, como nunca dantes visto, a produção de alimentos. Entretanto, com a lástima da fome mundial ainda não solucionada, o discurso humanitário de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome nos países em desenvolvimento é desqualificado e mesmo desbancado.

Buscando um entendimento, parece consenso entre os diversos autores que analisam as conseqüências a Revolução Verde, especialmente em sua terceira fase, apontando que este processo consolida um modelo de produção que gera maior desigualdade no interior dos países, marcada pelos latifúndios, pelos monocultivos e pelo uso de insumos químicos.

Voltando nossas atenções para a relação Agricultura e Desenvolvimento, é conhecido que a primeira teve, ao longo da história, papel fundamental no desenvolvimento dos países, servindo, por exemplo, de suporte para o desenvolvimento da indústria e dos serviços conforme aponta Furtado (2000, p. 221):

O grau de monetização e comercialização do conjunto das atividades econômicas, o sistema de crédito, a repartição da renda, o tamanho da família e a natureza das relações familiares, o grau de urbanização e a forma dos aglomerados urbanos, a mobilidade social e a forma de estruturação do sistema de poder, enfim, tudo está ligado ao regime de propriedade dos recursos naturais (terra e água) e à forma de apropriação do excedente agrícola que não é consumido diretamente nas unidades produtivas.

Na maior parte dos países desenvolvidos, atualmente, em torno de 10% do seu Produto Interno Bruto tem origem na atividade agrícola, enquanto nos chamados países em desenvolvimento este percentual atinge em média 30% a 40% de toda a riqueza produzida.

Isto não significa que países desenvolvidos não tenham expressiva produção agrícola, os Estados Unidos da América, por exemplo, são os maiores produtores mundiais de soja e milho, dentre outros produtos primários.

Mesmo que a agricultura responda por um pequeno percentual do Produto Interno Bruto (PIB) dos países desenvolvidos, a União Europeia e os Estados Unidos não abrem mão dos subsídios à agricultura em virtude da pressão política do setor, considerado estratégico à segurança nacional além de contribuir para movimentar outros setores da economia. Para isso, aplicam tarifas e cotas de importação, as chamadas medidas protecionistas (NUNES, 2007).

Além disso, e destacamos aqui um aspecto primordial, há hoje uma competitividade internacional da agricultura na busca por novas áreas de fronteira agrícola em diversos lugares do mundo. Nos países em desenvolvimento, a exemplo do nosso, isso se identifica pela participação e atuação de empresas transnacionais em diferentes regiões do país.

No entendimento proposto por Brum e Heck (2008), trata-se de entender que o desenvolvimento é resultante de processos dinâmicos que condicionam tal realidade, de acordo com as especificidades regionais, fato que deve ser considerado nas políticas públicas:

Não se trata de opor desenvolvimento local e desenvolvimento nacional e nem de desconhecer as condicionantes resultantes de políticas nacionais e de forças inerentes ao funcionamento do sistema econômico global. Trata-se de melhor entender que há processos dinâmicos de desenvolvimento a partir de forças internas das regiões e de seus sistemas de produção e que tais forças precisam ser conhecidas e estimuladas. Nesta perspectiva as políticas regionais devem focar menos a empresa enquanto tal e mais o sistema territorial de produção, bem como os mecanismos endógenos capazes de criar a sinergia e as inter-relações entre os atores com vistas a estimular as capacidades de inovação e adaptação. (BRUM e HECK, 2008, p. 56)

Nas críticas às teorias de Schultz (1989 apud Abramovay 1998) há uma premissa que contrapõe tal entendimento. Para ele, não se pode aprimorar ou melhorar a agricultura tradicional com base nos fatores que ela costumeiramente emprega. O que caracterizaria os países pobres não seria a má utilização dos fatores existentes, mas sim a sua baixa produtividade.

Cria-se, portanto, uma distinção entre os países pelo fato de este ou aquele possuir sua base econômica mais voltada e dependente da agricultura, o que se torna critério de determinação de desenvolvimento dos países. Sabemos, todavia, que os países que tiveram êxito na obtenção de altos índices de produção e produtividade agrícola o conseguiram ao incorporar novas tecnologias

e, assim, aumentaram suas áreas cultiváveis, tornando-se mais eficientes e conseguindo o almejado crescimento econômico.

Consideramos também, que a produção de alimentos é fundamental para a manutenção de uma nação, “mas por tratar-se de produtos de baixo valor agregado, não é capaz, por si só, de tornar uma nação rica” (BRUM e HECK, 2008, p. 55). Entendemos ainda que esta dinâmica de penetração do capitalismo na agricultura teve o poder de modificar a rudimentar produção camponesa significando um processo vertical de diferenciação social. Por outro lado, a compreensão do conceito de desenvolvimento, tão alardeado ao longo dos anos, em suas mais variadas formas e discursos, nos leva a fazer aqui uma discussão crítica sobre tal categoria. Ora, que desenvolvimento é este? como ele se constitui e para quem ele se direciona?

O significado do desenvolvimento é carregado de contradições. Para Singer (1982) como quase todos os temas controvertidos, o do desenvolvimento se caracteriza pela ausência de uma conceituação universalmente aceita. As críticas ao conceito de desenvolvimento fazem referência principalmente ao discurso e a prática estabelecida em sua constituição:

O discurso e a prática do desenvolvimento se apresentam como a tentativa planejada racionalmente de melhorar a qualidade de vida da população. Com esse axioma como ponto de partida, o desenvolvimento se erige em empreendimento legítimo, desejado e promovido desde todos os âmbitos da sociedade. Quem poderia estar contra uma melhora na qualidade de vida da população? No entanto, apesar da auréola de prestígio que o circunda, o desenvolvimento proporciona realmente o que promete? (GÓMEZ, 2007. p.39)

Em outro estudo, Gómez (2006, p. 40) apresenta como uma corrente chamada pós-desenvolvimento que agrupa um conjunto de diversos autores que compartilham uma crítica contundente dirigida ao desenvolvimento. Esta corrente, originada na década de 1980 e consolidada na década de 1990, “articula uma crítica que se diferencia de outras correntes teóricas, no campo da teoria do desenvolvimento, por sua rejeição absoluta ao desenvolvimento”.

Trata-se de uma crítica profunda no momento em que busca desqualificar o que se chama desenvolvimento exibindo sua inconformidade e a necessidade de definitivamente superá-lo. Nesta visão, o desenvolvimento é mostrado como historicamente construído e racionalmente exótico para a maior

parte da humanidade, apesar de sua pretensão de universalidade. Brandão (2007, p. 200) contribui nessa crítica ao relatar que as forças analíticas e do discurso conservador devem ser defrontadas por uma interpretação crítica, reconhecendo que “quando se fala de desenvolvimento, no adequado sentido de ‘alargamento dos horizontes de possibilidades’, se está falando necessariamente na construção de ações e políticas públicas”.

Ao analisarmos a dinâmica do desenvolvimento, a partir dos anos 1950, podemos constatar uma sucessão de ajustes nos discursos e nas práticas como resposta aos sucessivos fracassos nos resultados, às contínuas críticas enfrentadas ou às necessárias adaptações ao contexto socioeconômico e político cambiante. Certamente, entendemos, o desenvolvimento realiza bem a função de seu idealizador, o capitalismo. Ressaltamos, obviamente, que a crítica estabelecida pela corrente pós-desenvolvimentista trata-se de uma provocação, contundente a nosso ver, a todo o aparato desenvolvimentista.

Busca-se desconstruir as bases e fundamentos que o sustenta, seus discurso e práticas, revelando com realce suas perversas contradições, erros e estratégias de dominação. Trata-se, portanto de uma crítica demolidora e, certamente passível do contraditório. Destacamos ainda, que no discurso e na prática do desenvolvimento, são incorporados cada vez mais uma linguagem, algumas estratégias e até certos instrumentos de caráter espacial, aproximando o debate de nosso estudo, sob o ponto de vista do território, discutido no item 2.3 desta dissertação. Neste contexto, a afirmação de Milani (2007, p. 68), a nosso ver, apresenta uma análise senão conclusiva, diríamos reveladora e coerente acerca do conceito de desenvolvimento que abordamos aqui:

O desenvolvimento enquanto projeto político nasce com a modernidade e se expande graças aos vetores pretensamente universais do projeto moderno, os modelos de Estado, de Nação, de articulação entre o público e o privado, da cooperação internacional, de gestão das relações econômicas, entre outros. Ao revestir-se dessa pretensa universalidade, o desenvolvimento e suas variações (desenvolvimento humano, social, sustentável, territorial, etc.) tendem a desconsiderar as múltiplas escalas geográficas, os tempos históricos e as diversas dimensões de análise.

Corroboramos com as idéias de Hespanhol (2007), ao alertar que o desenvolvimento ocorre somente quando o crescimento econômico respeita, ao mesmo tempo, os recursos naturais e quando ocorre a melhoria da qualidade de

vida da maioria da população, o que, sabemos, é muito raro. Ainda mais nos países subdesenvolvidos, nos quais as ações do Estado na correção das imperfeições geradas pelo mercado são tímidas, quando não reforçam ainda mais tais imperfeições.

Entendemos ainda, que diante do atual modelo de desenvolvimento que rege o mundo, o capitalismo, uma realidade estrutural que equilibre desenvolvimento econômico com equidade social e preservação dos recursos naturais nos parece muito distante, porém possível. A despeito da conclusão incisiva de Gómez (2007) ao dizer que, o verdadeiro desenvolvimento, aquele da melhora geral e equitativa e da redução das desigualdades é impossível dentro da realidade da sociedade capitalista na qual vivemos, temos a esperança de que uma nova realidade é sim provável.

Portanto, esta crítica feita pelo pós-desenvolvimento, pode ser promissora ao nos direcionar a partir dos estudos e das ações nas ciências sociais e humanas. Nessa linha, a exemplo da Geografia, trata-se do apontamento de um caminho para a construção de uma sociedade sem a opressão de um desenvolvimento preservador das desigualdades, utopia reiterada aqui, estratégia de controle social, enfim, um des-desenvolvimento.

A partir das questões levantadas no contexto da evolução da agricultura bem como na crítica feita ao desenvolvimento, propomos aqui o estabelecimento de uma discussão entre o debate já exposto e o enfoque para a questão agrária.

Para isto, analisamos o estudo do desenvolvimento territorial rural a partir da modernização agrícola no Brasil e no Maranhão, especialmente na microrregião de Chapadinha que abrange o município de Anapurus, foco de nossa pesquisa. O faremos em três itens: a) A evolução da modernização da agricultura no Brasil; b) O território no centro do desenvolvimento territorial rural; c) Breve cronologia sobre a sojicultura.

2.2 A evolução da modernização da agricultura no Brasil

Podemos identificar que no período correspondente ao término da Segunda Grande Guerra e os primeiros anos da década de 1950, a economia mundial apresentou acelerada e expressiva expansão. Tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos, foram efetuados significativos investimentos nas atividades produtivas. No referido período, os conhecimentos da ciência e da tecnologia passaram a ser aplicados diretamente aos processos produtivos de todos os setores, inclusive da agropecuária.

Para Hespanhol (2008), é deste movimento expansionista, marcado pelo expressivo crescimento econômico e pelo grande avanço tecnológico, que deriva a chamada modernização da agricultura registrada em diversos países. É a partir deste modelo econômico, que a União Européia, os Estados Unidos e muitos outros países, inclusive subdesenvolvidos, promoveram alterações na sua base técnica de produção e ampliaram a oferta de alimentos e matérias-primas. Para iniciarmos o debate, trazemos as valiosas contribuições de Brum (1993, p. 46-47) em uma coerente caracterização extensa e completa da chamada modernização da agricultura:

A modernização da agricultura é o processo pelo qual a base tecnológica de produção se caracteriza por uma utilização mais intensiva das máquinas e insumos modernos, assim como uma maior racionalização dos investimentos, e a utilização de métodos e de técnicas de trabalho de solo, de plantio, de colheita mais sofisticados e de sementes especializadas a base de uma importante tecnologia como é o caso do trigo e da soja. [...], o grau de modernização é avaliado pela proporção de máquinas, de equipamentos agrícolas e de insumos modernos utilizados nas propriedades rurais.

Aponta ainda as repercussões econômicas e nas relações sociais de produção da modernização agrícola e sua relação com a indústria. Esta modernização provoca modificações nas relações sociais de produção, em particular uma maior integração entre o produtor rural e a produção de mercado, mas também mudanças na racionalidade econômica dos produtores. A produção é destinada para o mercado, fato que a submete ainda mais aos agentes da comercialização. Segue-se uma transformação capitalística da agricultura, a qual leva à especialização em um ou dois produtos em cada região.

Enfim, esta modernização integra ainda mais a indústria e a agricultura, reduzindo o auto-consumo e fazendo da agricultura um ponto de ligação entre os setores a montante e a jusante do processo produtivo. Assim, a agricultura torna-se cada vez mais uma atividade de empresários. Ao mesmo tempo que ela se transforma em importante mercado para as máquinas e insumos modernos fabricados pelas indústrias (BRUM, 1993).

Para Brum e Heck(2008), este momento marca a instalação da Revolução Verde no Brasil. Isto foi registrado, marcadamente a partir da década de 1950, pelas grandes incorporações internacionais que estabeleceram campos experimentais de produção de sementes, pela substituição da agricultura tradicional por outra mais moderna o que representava a abertura de importantes negociações comerciais.

Hespanhol (2007), contribui nesse debate indicando que esta modernização no Brasil somente foi expressiva a partir da elevada oferta de crédito federal para a atividade agrícola e foi desencadeada no país nos anos 1960, tornou-se expressiva principalmente a partir da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), no ano de 1965. O governo federal forneceu crédito rural subsidiado aos médios e grandes produtores rurais para investimento, comercialização, custeio da produção realizada em bases técnicas modernas. Além disso, construiu e modernizou armazéns, apoiou a expansão do cooperativismo empresarial, criou facilidades para a instalação de indústrias químicas e mecânicas e estimulou a implantação e expansão de agroindústrias processadoras de matérias-primas provenientes do campo.

Para Delgado (1985) desenvolveu-se e modernizou-se no país um mercado voltado aos produtos industrializados de origem agropecuária, originando ao mesmo tempo um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação. Nas regiões Sul e Sudeste, onde o processo se deu com bastante rapidez, foi preponderante a transformação de latifúndios em modernas empresas rurais além de estimular a mudança da base técnica das explorações feitas nas médias e grandes propriedades rurais.

Portanto, a partir das décadas de 1950-1960, o processo da modernização vai se dar concretamente no país. Para tanto, a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos

para a agricultura foi fundamental. Em especial, a década de 1960 marcou o início de um novo modelo econômico brasileiro, substituindo o chamado modelo de substituição de importações pela modernização do setor agrário e a formação do Complexo Agroindustrial (MALERBA, 2009).

Assim também, conforme nos aponta Moreira (1990), a criação do Estatuto da Terra através da Lei 4.504 de 1964, estabeleceu como referência de rearranjo espacial, a gradual extinção do latifúndio e minifúndio, denominando assim a expressão empresa rural. Tornou-se assim, o momento no qual o processo de modernização da agricultura começara a se fortalecer e a se acelerar no país.

Neste desenrolar, a década seguinte, de 1970, registra a intensificação da relação entre agricultura e indústria. Um setor passou a depender cada vez mais do outro. As chamadas agroindústrias se modernizaram e tornaram-se bem mais exigentes nas atividades de processamento de produtos oriundos da agropecuária. Foi um passo fundamental na mudança ocorrida no processo produtivo agrário no Brasil, no sentido de modernização e reestruturação do campo relacionado a formação do chamado Complexo Agroindustrial.

Conforme nos esclarece Müller (1989, p.45), esta maior relação entre agricultura e indústria no Brasil foi exatamente o que acabou por provocar o surgimento do chamado Complexo Agroindustrial, assim caracterizado:

O complexo agroindustrial, CAI, pode ser definido, em termos formais, como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia e a assistência técnica.

Teixeira (2005) acrescenta que o avanço da tecnologia permitiu a reestruturação do sistema produtivo de ambos os setores. As formas dinâmicas e modernas de produzir se tornaram dominantes.

Sendo assim, as décadas de 1970-1980 marcam a integração indústria e agricultura no Brasil. O país se deparou com empresas e grupos econômicos que influenciaram poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercussões em suas estruturas. Assim também, a própria agricultura

se viu diante do surgimento de empresas e grupos econômicos, que com suas congêneres industriais, fazem parte do poder econômico com interesses nas atividades agrárias.

Tal contexto, praticamente exigiu que grupos relacionados às atividades rurais estabelecessem uma conexão com a indústria e seus constituintes. Além disso, a nova realidade forçou a maior participação do Estado enquanto agente do capitalismo financeiro. A relação básica ocorre via capital dos grupos rurais, do Estado e de grandes grupos internacionais, que geralmente incorporam outras atividades, além da agrícola (TEIXEIRA, 2005).

Certeza temos, que o Complexo Agroindustrial – CAI, constituído a partir da modernização da agricultura, passou a ser o maior acelerador desse processo. Ressaltamos que, mesmo que o CAI não tenha se concretizado na atividade agrícola em todo território nacional, não podemos compreender a agricultura brasileira sem considerá-lo.

Neste caminhar, a história nos apresenta uma significativa crise de superprodução do país: os altos índices de estoques de produtos agrícolas e os preços registraram acentuadas quedas, quadro agravado pela produtividade cada vez mais em ascensão. O governo atuou para manter o nível dos preços com uma receita que envolvia o estímulo as exportações, desvalorizando o câmbio, além da prática de maior discussão à época, que acabou marcando esse período: a estocagem do grande excedente produzido.

Fato é, que os diferentes cenários internacionais ao longo do tempo provocaram uma reorientação na economia do Brasil no sentido de estimular o desenvolvimento da indústria nacional. Todavia, as épocas seguintes ainda seriam marcadas por importantes momentos de instabilidade. As crises do petróleo no mundo afetaram a economia internacional com a redução do crédito e pressão sobre a inflação, tornando a produção agrícola num mecanismo de controle de preços.

Assim, são poucas as modificações registradas neste período, especialmente na década de 1980, a chamada década perdida para a economia nacional, onde as transformações se limitaram nos reflexos da modernização sobre a produção. Nas décadas seguintes, a partir de 1980, mesmo com a crise fiscal pela qual o país passou, a fronteira agrícola situada nas zonas de cerrado do Brasil central continuou em franco movimento em decorrência da expansão da

agricultura da soja e do milho, além da instalação de agroindústrias. Processo oriundo da mesma implantação do modelo predatório de exploração agropecuária já esgotado no centro-sul do país.

Ainda segundo aqueles autores, Brum e Heck (2008), sob o ponto de vista da atividade agrícola, a década seguinte, de 1990, pode ser caracterizada considerando três aspectos, sejam eles: primeiro foi a grande abertura das economias nacionais a outros mercados, o chamado liberalismo econômico, via Organização Mundial do Comércio (OMC). Como a agricultura brasileira é patrocinada em grande parte pela iniciativa privada, ela se vê obrigada a competir com outros países que ainda subsidiam grande parte do setor primário, além de protegerem seus mercados. Segundo, foi a formação do MERCOSUL, o bloco econômico inicialmente formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em 1991. A criação do mecanismo conhecido como Tarifa Externa Comum (TEC) facilitou as relações de comércio entre os países da América do Sul, permitindo ao Brasil conquistar muitos mercados nos países vizinhos. No entanto, a agricultura, ou diríamos, alguns produtos, a exemplo do trigo principalmente, passaram a enfrentar forte concorrência, já que nossos vizinhos possuem forte vocação agrícola para esta cultura.

Finalmente, registra-se a criação do Plano Real em 1994. Com o plano, o país adotou uma nova política cambial, a chamada paridade da moeda com o dólar americano. Esta prática provocou dois principais reflexos: a incorporação de novas tecnologias importadas, tornadas mais acessíveis aos produtores locais, e tornou os produtos agrícolas brasileiros menos competitivos no mercado internacional, frente a excessiva valorização da moeda recém criada.

Em 1996 um fato marcante. Segundo Hespanhol (2007) nos evidencia, sob forte pressão dos movimentos sociais e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Por meio deste programa, os produtores rurais com até quatro módulos fiscais e até dois trabalhadores contratados passaram a usufruir de tratamento diferenciado, tendo acesso ao crédito oficial a taxas de juros mais baixas do que as das modalidades convencionais de crédito, sendo utilizados, para tanto, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2010) indicam que no governo seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva, foi ampliado o volume de recursos destinado tanto a agricultura familiar quanto a agricultura empresarial. No contexto da modernização, o MAPA é que conduz a política de apoio à agricultura empresarial. A mesma é caracterizada basicamente pela oferta de crédito oficial para os médios e grandes produtores rurais a taxas de juros inferiores às vigentes no mercado financeiro. A este respeito Hespanhol (2007, p. 274) aponta as principais falhas:

O crédito rural oficial, principal instrumento utilizado para promover a modernização da agropecuária, foi altamente seletivo, pois a sua oferta se restringiu aos médios e grandes produtores. A grande maioria dos agricultores, notadamente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, cujas condições de acesso a terra eram precárias, não foi atendida pelo crédito rural oficial, tendo maiores dificuldades para alterar a base técnica da produção e permanecer no campo.

Dessa forma, parece óbvio afirmar que aumentou a concentração da posse da terra além do tamanho das propriedades. Assim também, muitos produtores, migraram para novas áreas de fronteira agrícola no Brasil, a exemplo do cerrado do Centro-Oeste e do Nordeste, como o que aconteceu no Maranhão em relação ao cultivo da soja. Isto porque, a lógica da produção monocultora permitiu a utilização em larga escala da mecanização, dando aos grandes fazendeiros uma grande e rápida redução da mão-de-obra empregada.

Naturalmente, toda essa evolução do processo de modernização da agricultura no Brasil provocou uma série de conseqüências no meio rural. Como vimos, a incorporação crescente de tecnologia ao processo produtivo agrícola alterou como nunca visto a produção de alimentos e de matérias-primas. Mas não somente nesse aspecto se dão as conseqüências.

Podemos identificar tais repercussões, orientando-nos pelas diferenças estruturais, pelo processo de espacialização, pela questão fundiária, pela expansão da fronteira agrícola, pelas dependências de sistemas econômicos não-rurais, pelos incentivos governamentais diferenciados, pela instabilidade do trabalho, pela influência dos complexos agroindustriais, pelas diferenças tecnológicas, dentre outras.

Para Balsan (2006) este novo padrão de desenvolvimento econômico tem demonstrado exclusão do homem do campo da geração de emprego,

diminuição da renda, entre outros, ocasionando conseqüentemente, desordem no espaço rural, decorrente da competitividade capitalista.

Assim, a modernização agrícola nos revela que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital. O progresso técnico não está uniformemente difundido, mas, sim, ocorre uma concentração espacial e setorial que leva Silva, (2000, p. 94) a afirmar que: “[...] não há um futuro promissor para aquelas unidades de produção que até agora não conseguiram se modernizar e que se concentram (por isso mesmo) nas regiões periféricas do País”, mostrando que o processo de modernização afeta diferentes áreas, em um espaço natural e social e em épocas históricas diversas.

O mesmo autor ainda nos alerta que as condições econômicas, sociais e políticas brasileiras indicam disparidade entre diferentes classes sociais que marginaliza diretamente as classes menos favorecidas, como os agricultores com baixo poder aquisitivo, pequenos proprietários e agricultores familiares com área restrita. Para ele, a modernização da agricultura brasileira tendeu a favorecer o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total. Ressaltando que diante da voraz concorrência capitalista dos mercados de produtos e insumos, o que solapa a capacidade de sobrevivência do pequeno produtor, forçado assim a sair da corrida, confirma-se o caráter excludente da modernização capitalista no campo, “as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade” (SILVA, 2000, p. 97).

Neste contexto, para compensar tal discriminação, as políticas alimentares procuraram diminuir os preços dos alimentos básicos, produzidos em grande parte pelos camponeses, desincentivando o investimento na agricultura e, automaticamente, prejudicando o nível de vida dos agricultores. Assim também, do ponto de vista do emprego de mão de obra, o uso de mecanização levou trabalhadores permanentes a serem dispensados porque não eram mais necessários o ano todo e o que também liberava o proprietário de pagamentos de encargos sociais. A estratégia da modernização conservadora diante da inovação tecnológica salientou as características do “modelo” agrícola brasileiro, capitalista, dependente, concentrador, dominador, exportador e excludente (BALSAN, 2006).

Concordamos com a autora quando esta diz que precisamos esquecer da “ideologia modernizadora” e construir uma realidade na qual a agricultura deve ser enfocada sob um olhar que não se volte prioritariamente para a reprodução do capital. Ora, apesar de todas as implicações deste processo de modernização, registramos ainda hoje a impressão da existência de diferentes “Brasis” na agricultura. Por um lado aqueles que detêm tecnologia de ponta em seu processo produtivo e por outro aqueles que se vêem obrigados a exercer uma prática agrícola com tecnologia totalmente defasada, inadequada e mesmo obsoleta.

Hespanhol (2008, p. 372-373) chama atenção também para o passivo ambiental causado pelo aparente sucesso da modernização da agricultura. A expansão de monoculturas e o uso indiscriminado de máquinas, implementos, fertilizantes químicos e de biocidas comprometeram a qualidade ambiental de vastas áreas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O autor aprofunda a crítica às consequências deste processo de modernização da agricultura:

Cada vez mais se passou a reconhecer que o modelo produtivista, próprio do modelo no qual se insere a agricultura moderna, não proporcionou a superação da pobreza das zonas rurais, nem proporcionou a melhoria da qualidade de vida das suas populações. A agricultura moderna também não levou a superação do problema da fome no planeta, apesar de ter havido a ampliação da oferta de alimentos, os problemas relacionados à sua distribuição perduraram e até se agravaram. Apesar da tomada de consciência em relação aos problemas ambientais e sociais gerados pela agricultura moderna, os interesses econômicos prevalecem e o modelo produtivista continua hegemônico.

Ressaltamos que no contexto do Brasil, as crises econômicas mundiais e as crises fiscal e financeira registradas a partir dos anos de 1980 desaceleraram o processo de modernização agrícola. Contudo, a agricultura moderna em bases empresariais se expandiu e continua em marcha por meio do crescimento e expansão de novas áreas de cultivo de soja e milho nas zonas de cerrado do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país, de algodão mecanizado nos estados de Mato Grosso e Bahia, de cana-de-açúcar nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Certamente, apesar dos problemas sociais e ambientais, a modernização da agricultura brasileira estabeleceu significativos aumentos da produção agropecuária no país. Aumentos estes relacionados à concentração da propriedade da terra, principalmente nos estados de fronteira agrícola, à

expansão das áreas cultivadas, ao crescimento dos rebanhos e às melhorias da produtividade do trabalho, da produtividade física das culturas e da criação animal. Entretanto, este processo não pode ser qualificado como solução dos problemas agrários, conforme nos lembra Wettstein (1997, p. 155) ao dizer que “pensar que a modernização ocorrida na atual relação homem/terra é a grande varinha mágica para a solução dos problemas agrários é outra dessas falácias por generalização tão recorrentes nas sociedades exploradas”.

Entendemos que as transformações observadas no meio rural no Brasil se associam relevantemente a industrialização da agricultura e a urbanização. A primeira incorporou uma expressiva tecnologia ao processo produtivo e mudou a dinâmica do setor agrário, a exemplo das relações sociais de produção e da dinâmica populacional. Por sua vez, a urbanização do campo, que se relaciona a expansão urbana e ao surgimento de novas atividades econômicas não-agrícolas e novas formas de habitat, provocou certamente mudanças significativas no modo de vida da população e na dinâmica do território.

Os problemas estruturais, como a elevada concentração da propriedade da terra e a manutenção de relações de produção altamente exploratória, as desigualdades sociais, a não universalização dos serviços públicos básicos ao homem do campo permanecem até hoje (HESPANHOL, 2007). Nosso autor, em uma análise conclusiva, nos mostra como a agropecuária brasileira, em seu processo de modernização, cumpre bem as funções a ela relacionadas:

Apesar da manutenção e até aprofundamento da elevada concentração fundiária e da permanência de arcaicas relações de produção no meio rural, a agropecuária brasileira cumpriu as cinco funções (liberar mão-de-obra para as indústrias; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano) principais a ela atribuídas. A crescente incorporação de tratores, colheitadeiras, implementos mecânicos, fertilizantes e biocidas ao processo produtivo liberaram grande quantidade de mão-de-obra do campo, disponibilizando assim força de trabalho para as atividades urbanas. A oferta de alimentos foi ampliada, o que garantiu abastecimento urbano e viabilizou o pagamento de baixos salários pelos setores urbano-industriais. (HESPANHOL, 2007, p.273)

Nesse sentido, destacamos ainda que a modernização da agricultura no leste maranhense, especialmente em Anapurus, retrata o que nossos autores destacam como consequências negativas. Entendemos, contudo, que mesmo

diante desta realidade, a agricultura brasileira, principalmente dos pequenos municípios, exerce papel fundamental na vida das pessoas ligadas principalmente a agricultura familiar seja garantindo a subsistência seja comercializando o excedente produzido. Sendo assim, a agricultura exerce importante função social nas diversas e longínquas regiões brasileiras.

Para Brum (1993) esta modernização causa problemas no meio rural pois é seletiva, causadora de forte êxodo rural e desestimuladora da produção de culturas de subsistência. Nesta perspectiva, propomos a fundamentação de nosso estudo da questão agrária alicerçado numa análise territorial, considerando a afirmação de Locatel e Hespanhol (2009, p. 123-124), alertando para a necessidade de se ter um conjunto de técnicas e métodos de entendimento da agricultura, enquanto atividade produtiva complexa:

A agricultura é uma atividade produtiva muito complexa, que apresenta inúmeras facetas. Suas características variam pela pluralidade de técnicas utilizadas, condições naturais existentes, disponibilidade de recursos humanos e de capital, localização das áreas cultivadas e outros. Assim, para que se possa compreendê-la em suas várias dimensões é necessária a utilização de procedimentos e métodos que permitam uma análise territorial, não se limitando apenas a uma análise setorial, como freqüentemente acontece nos trabalhos de Geografia e também de outras áreas do conhecimento.

Diante do aqui exposto, apresentamos no subitem a seguir uma análise que destaca e discute a utilização da categoria território no estabelecimento de políticas públicas referentes ao contexto do desenvolvimento territorial no Brasil e especialmente na área de nossa pesquisa.

2.3 O território no centro do desenvolvimento territorial rural

Nos últimos anos, especialmente nas últimas duas décadas, muitos docentes-pesquisadores, incluindo aí discentes em diferentes níveis de ensino, da graduação a pós-graduação, têm destacado e mesmo, em nossa visão, resgatado os estudos acerca do território. O melhor deste contexto, a nosso ver, é que esta tendência não se limita simplesmente a uma análise conceitual e teórica, mas numa prática que vem tornando-o uma categoria central para análise, interpretação e mesmo intervenção geográfica.

Esta renovação é também teórico-metodológica, a partir de 1960 e 1970, com teorias, métodos, conceitos e técnicas de pesquisa, bem como temas até então estudados. Nesta renovação, o centro das atenções, debates e pesquisas é o caráter relacional do espaço, como produto e condição dos processos sócio-espaciais, envolvendo relações de poder, controle e dominação, o que possibilita a retomada, de maneira contundente, dos conceitos de território e territorialidade (SAQUET, 2011).

Alertamos aqui, conforme o entendimento apresentado por Saquet (2011), que a problemática do território é uma problemática social e multidimensional. De uma abordagem do espaço absoluto, de localizações, medições e cálculos precisos, passa-se a uma concepção relacional, centrada no movimento histórico dos processos sociais, substantivados por contradições, lutas, transformações, controles, superações. O caráter multidimensional do território e da territorialidade permite que se destaque os fatores e elementos econômicos ou culturais ou políticos ou, ainda, imbricações dessas dimensões sociais e as redes de circulação e comunicação. As possibilidades que se abrem são múltiplas, de acordo com a multiplicidade e heterogeneidade de nossa vida cotidiana.

Dessa forma, a problemática territorial também é uma problemática social-cotidiana e vice-versa. É necessário conhecer as práticas cotidianas para entender a territorialidade, os territórios, os lugares, a exploração, a dominação, a degradação etc.. O autor continua, destacando os três sentidos que constituem a definição de territorialidade:

Para nós, a territorialidade tem pelo menos um triplo sentido: a) corresponde às relações sociais que efetivamos todos os dias; b) à apropriação e demarcação de certo espaço na forma de área, área-rede ou rede-rede ou, ainda, de manchas com formatos regulares e/ou irregulares, dependendo dos processos sócio-espaciais que estão em jogo e, c) ao caráter organizativo de militância política e transformação em favor de uma sociedade mais justa. A territorialidade se constitui, dessa forma, numa problemática multidimensional, ao mesmo tempo, complexa, territorial, espacial e temporal: é substantivada por temporalidades (ritmos, desigualdades), tempos, territórios, diferenças e identidades.(SAQUET, 2011, p. 212)

Portanto, o território só se efetiva quando os indivíduos são e estão em relação com outros indivíduos. É o que o autor chama de interação plural e multiforme; relação, reciprocidade e unidade; significa territorialidade(s). Para

Fernandes(2008), há uma concepção histórico-crítica que identifica os territórios em uma tipologia segundo: a) diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal e distrital, e; b) diferentes tipos de propriedades particulares.

Seriam frações ou parcelas de um território (área) maior na qual se estabelecem relações de poder conflitos e fluxos. “[...] uma conjugação importante, que concilia a relação área-rede a partir da apropriação do espaço por indivíduos e grupos sociais” (SAQUET, 2011, p. 212).

Dessa maneira há, conforme Fernandes (2008, p. 285), por exemplo, territórios camponeses e capitalistas que se diferenciam tanto material como imaterialmente, gerando paisagens também distintas, assim, “a paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea”.

O que ora ocorre na microrregião de Chapadinha nos ajuda a entender tal afirmação. De fato, a paisagem construída com o cultivo da soja em grandes áreas é bem diferente das manifestações verificadas em territórios de agricultores familiares. Diversificação que se dá nos diferentes tipos de cultivos e de criação de animais até as atividades culturais e edificações dos aglomerados de casas, escolas, igrejas etc. Assim também, a própria territorialização é diferente. Assim, são diferentes construções e relações, apesar dos contextos estarem envolvidos por princípios societários que perpassam esses grupos sociais, inerentes ao movimento de reprodução do contexto cultural, econômico e político da sociedade.

Retomando nossas atenções aos processos agrários, orientação de nossa pesquisa, relatamos um entendimento apresentado por Saquet (2011) destacando que é fundamental considerar as relações econômicas, políticas, culturais e processos naturais, simultaneamente, no que ele representa pela abreviatura E-P-C-N. Este caráter multidimensional também é evidenciado por Fernandes, (2008, p. 279), considerando-o uma propriedade do significado do conceito de território: “Cada território é uma totalidade [...]. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc”.

Para outros, a questão agrária é uma problemática histórica, relacional, territorial e do desenvolvimento, há uma problemática do desenvolvimento que é

territorial. Desenvolvimento que é historicamente territorializado desigual e contraditoriamente, com interações, conflitos, contradições, heterogeneidades e identidades, ritmos, continuidades e descontinuidades; o desenvolvimento e a questão agrária são multidimensionais e correspondem a uma problemática ontológico-epistemológica e territorial difícil de ser compreendida e explicitada (SAQUET, 2011).

Entendendo o agrário (campo) como elemento de nossa análise, podemos relacionar este desenvolvimento debatido aqui, já inclusive implantado por políticas públicas, ao desenvolvimento territorial rural. Como já dissemos, a categoria território reaparece com grande destaque neste processo. Gómez (2007) explica que o enfoque das orientações das políticas de desenvolvimento rural avança numa ênfase espacial ao desenvolvimento e esclarece ainda que tal tendência se destaca sobretudo pós década de 1990 com referencial no modelo da chamada Terceira Itália, onde o território, nas suas múltiplas dimensões (econômica, social, política, cultural etc.), se revela como um elemento essencial para o desenvolvimento baseado em empreendimentos, dotado de uma institucionalidade sensível e preparado para as demandas da iniciativa privada.

Oliveira (2004) aprofunda o debate referente a categoria território, apresentando o que ele qualifica como sendo novas bases de estudos em Geografia Agrária. A mesma se fundamenta em dois aspectos: a monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital, reinserindo na agenda da Geografia uma de suas categorias fundamentais que é o território. Para nosso autor (p. 43) “a territorialização do monopólio e a monopolização do território estão se constituindo em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais no campo”.

Aliás, o uso da categoria território na discussão sobre desenvolvimento territorial é expressamente debatido, conforme nos alertar Oliveira (2004) ao afirmar que a territorialização do capital é o processo pelo qual o capital se instala na agricultura e, mediante o controle da terra, seja por meio da compra ou arrendamento, bem como da contratação de trabalhadores assalariados, realiza sua produção. Contexto que a nosso ver se estabelece na expansão da sojicultura na área em estudo de nossa pesquisa. Nessa perspectiva, Barqueiro (2001 apud BRUM e HECK, 2008, p. 62), destaca o enfoque territorial como a nova estratégia de desenvolvimento regional:

A nova estratégia de desenvolvimento regional está baseada em uma abordagem territorial do desenvolvimento. A história produtiva de cada localidade, as características tecnológicas e institucionais do *milieu* e os recursos locais condicionam o processo de crescimento. Por tal razão, quando se trata de desenvolver uma localidade, é necessário recorrer aos fatores endógenos ao território, sem abrir mão dos fatores externos. De modo a aproveitar a cultura produtiva e tecnológica e o *savoir-faire* local. O mais adequado parece ser a adoção de uma estratégia progressiva de implementação dos ajustes tecnológicos, organizacionais e institucionais indispensáveis.

Neste caminho, diversos países, a exemplo do Brasil, caminham na estratégia de estabelecer um enfoque no território como propulsão para o desenvolvimento. O combate a pobreza rural que marca diversas regiões brasileiras, a exemplo da microrregião de Chapadinha se fundamentaria, nos moldes do desenvolvimento territorial, em dois principais aspectos: a transformação produtiva que articule competitiva e sustentavelmente a economia do território a mercados dinâmicos e o desenvolvimento institucional que estimule e facilite a interação e parceria entre os atores locais e entre eles e os agentes externos relevantes

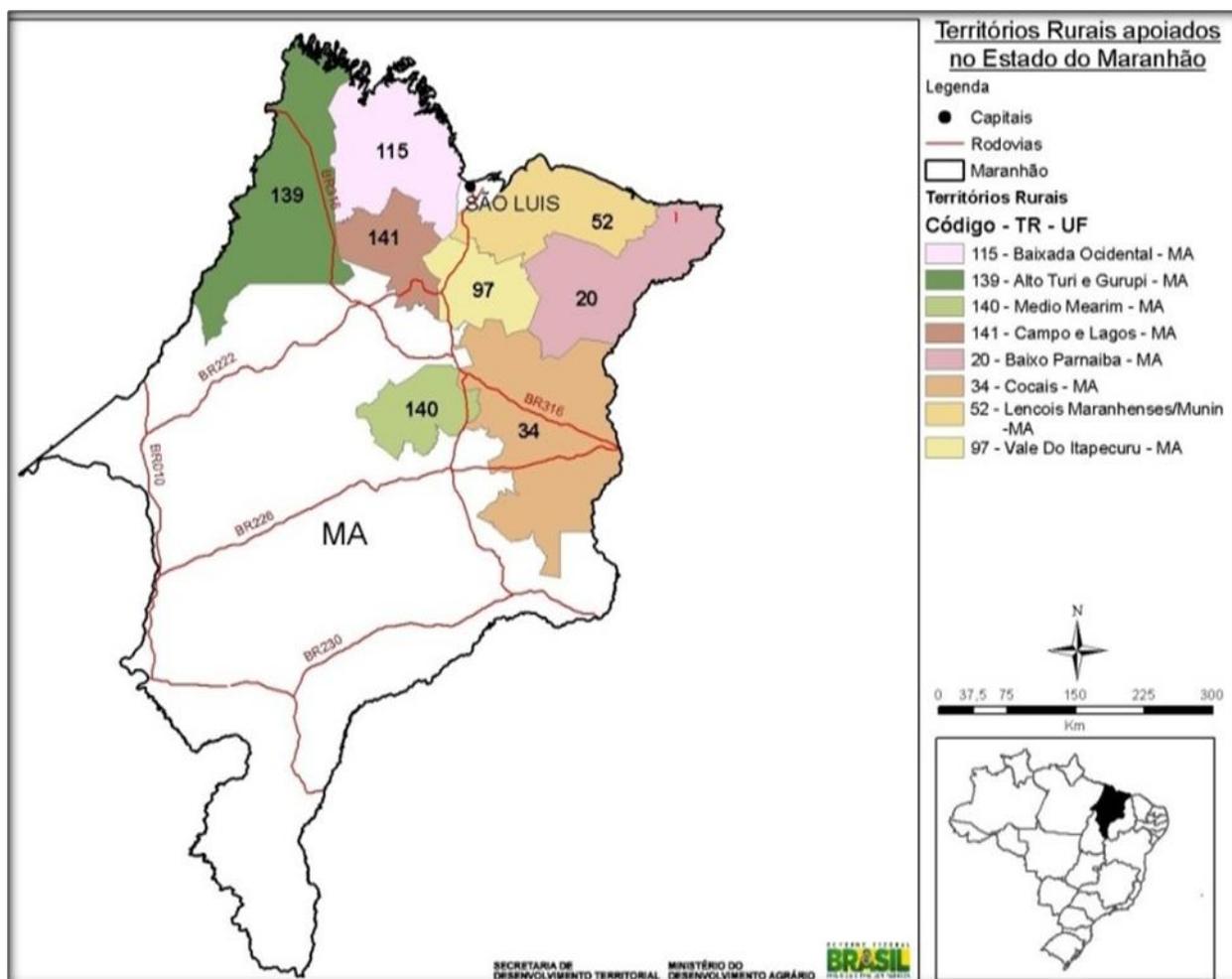
O Brasil caminha neste contexto. Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) onde o território é claramente definido e defendido como base para a política de desenvolvimento rural no país. Ele combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, os alicerces do capital social (MDA, 2003).

Para Hespanhol (2008), os documentos oficiais sobre desenvolvimento rural romperam com a visão produtivista e setorial e passaram a adotar uma perspectiva territorial. Para operacionalizar esta orientação foram criados os Territórios Rurais, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Esta nasce com a incumbência de estimular e coordenar projetos de desenvolvimento de territórios rurais, aos quais segundo os documentos oficiais devem dirigir “o foco das políticas para o território, destacando a importância das políticas de ordenamento territorial, de autonomia e de autogestão, como complemento das políticas de descentralização” (MDA, 2003, p. 31).

Na abordagem territorial o foco das políticas é o território, pois ele combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade dos atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade cultural que fornece uma sólida base de coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social (MDA, 2003, p. 33).

O Estado do Maranhão detém oito Territórios Rurais segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (mapa 2)

Mapa 2 - Identificação dos Territórios Rurais do Estado do Maranhão

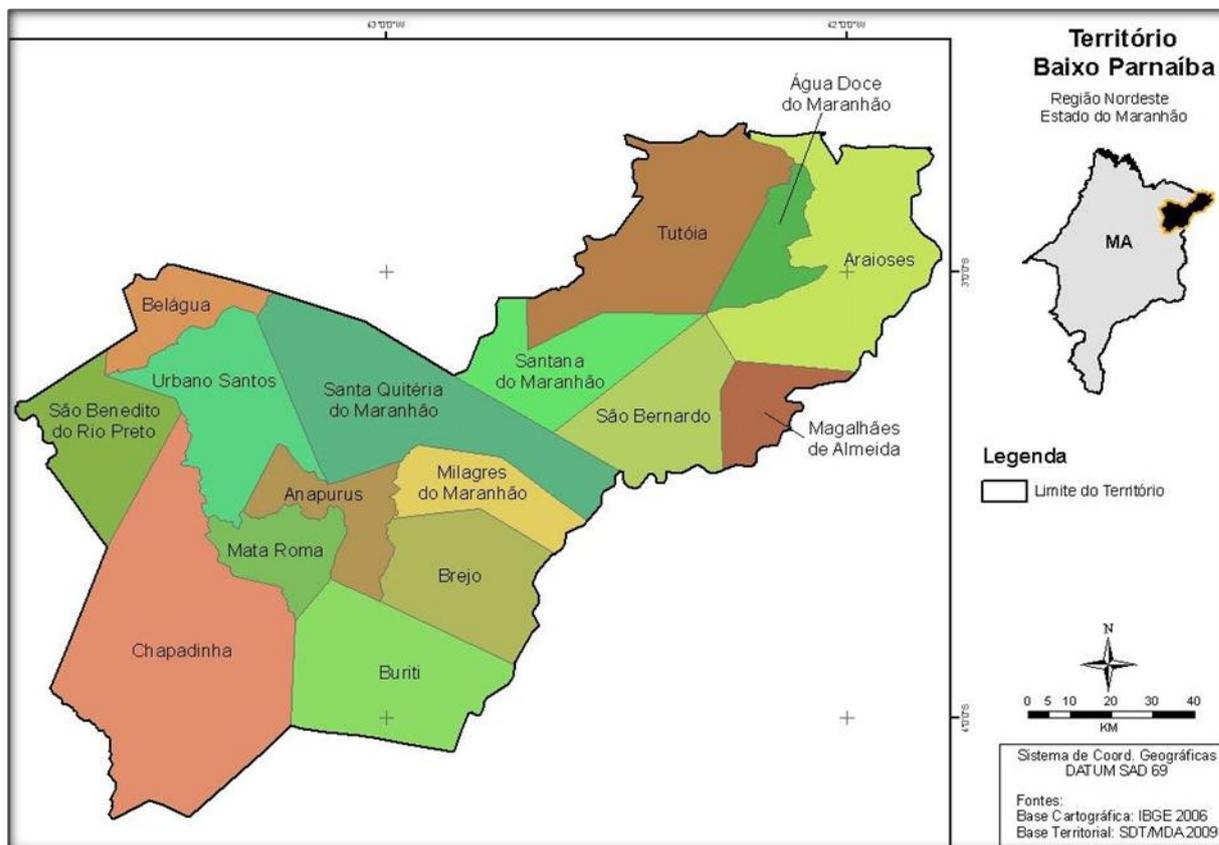


Fonte: SDT-MDA/2009

São eles: Baixada Ocidental, Alto Turi e Gurupi, Médio Mearim, Campo e Lagos, Baixo Parnaíba, Cocais, Lençóis Maranhenses/Munim e Vale do Rio Itapecuru. Quanto ao município de Anapurus, foco deste estudo, o mesmo integra, junto com os demais municípios da microrregião de Chapadinha, o Território Rural do Baixo Parnaíba. Compõem ainda o referido Território os

municípios de Água Doce do Maranhão, Araiões, Belágua, Brejo, Buri, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santos. (mapa 3)

Mapa 3 – Municípios que compõem o Território Rural do Baixo Parnaíba.



Fonte: SDT- MDA/2009

Estes municípios apresentam algumas demandas sociais importantes, conforme a tabela (1) abaixo nos alerta. Há uma realidade marcada pelo expressivo número de agricultores familiares, demonstrando, a nosso ver, a necessidade de se estabelecer uma política que reconheça esta realidade do território.

Porém, há um conflito neste contexto, pois o município é área de destaque na expansão de grandes propriedades voltadas ao cultivo da monocultura da soja.

Tabela 1 - Demanda social no Território Rural do Baixo Parnaíba

Demanda Social - Território - Baixo Parnaíba - MA					
Município	Agricultores Familiares(1)	Famílias Assentadas(2)	Pescadores	Terras Indígenas	Quilombolas
Água Doce do Maranhão	1.358	369	194	0	0
Anapurus	1.071	39	4	0	0
Araioses	3.420	128	2.012	0	0
Belágua	430	90	897	0	0
Brejo	2.340	242	183	0	8
Buriti	2.611	195	276	0	3
Chapadinha	4.354	709	41	0	0
Magalhães de Almeida	1.863	267	1.802	0	0
Mata Roma	944	0	0	0	1
Milagres do Maranhão	490	53	131	0	0
Santana do Maranhão	916	51	7	0	0
Santa Quitéria do Maranhão	2.397	129	676	0	0
São Benedito do Rio Preto	1.370	51	252	0	0
São Bernardo	2.554	111	523	0	0
Tutóia	1.903	3.362	4.708	0	0
Urbano Santos	1.999	919	1.047	0	0
Total	30.020	6.715	12.753	0	12

Fonte: (1)IBGE. (1995/96);(2)MDA(2007) – Org.: GUIMARÃES, A.

No contexto dos indicadores socioeconômicos fundamentais, a realidade também é das mais preocupantes. (tabela 2)

Tabela 2 - Indicadores socioeconômicos básicos dos municípios do Território Rural do Baixo Parnaíba

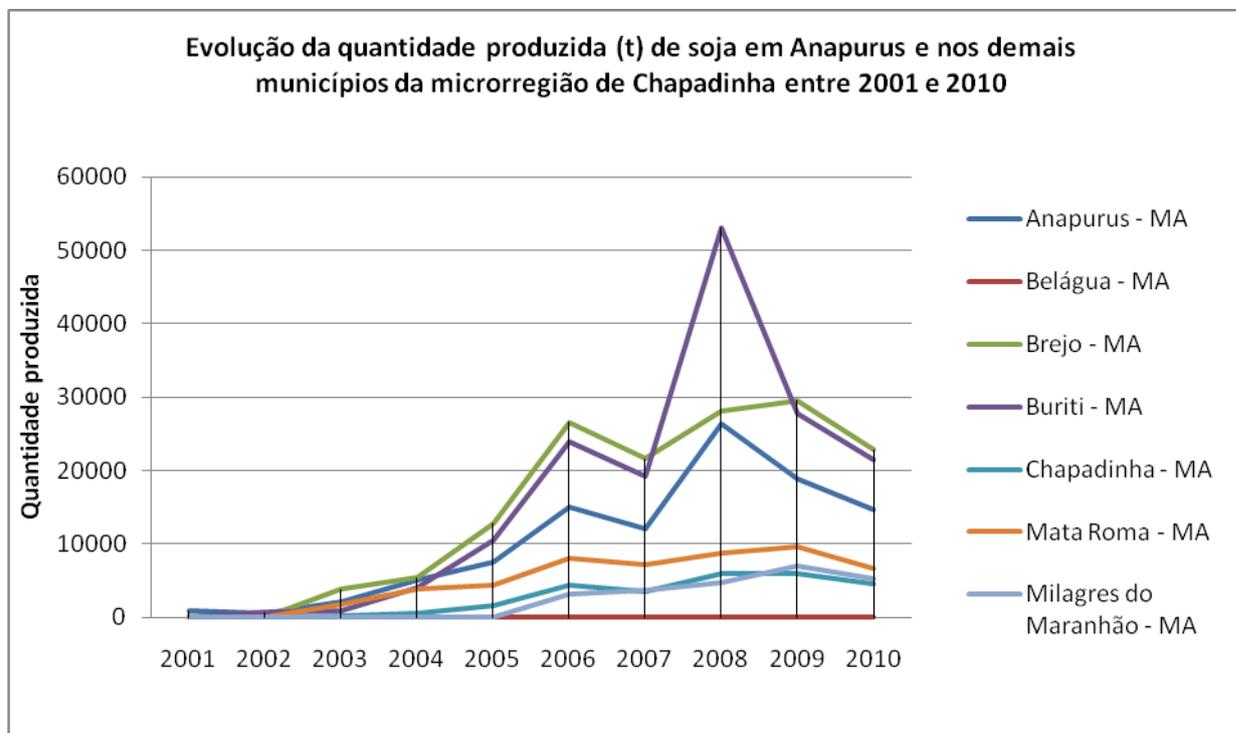
Território 20 - Baixo Parnaíba – MA					
Município	IDHM	IDHM- Educação	IDHM- Longevidade	IDHM- Renda	Gini-Renda
Água Doce do Maranhão	0,53	0,59	0,58	0,42	0,58
Anapurus	0,59	0,67	0,57	0,54	0,71
Araioses	0,49	0,55	0,50	0,41	0,62
Belágua	0,50	0,59	0,54	0,35	0,69
Brejo	0,55	0,67	0,56	0,43	0,72
Buriti	0,55	0,67	0,54	0,44	0,55
Chapadinha	0,59	0,70	0,57	0,49	0,61
Magalhães de Almeida	0,55	0,64	0,58	0,42	0,65
Mata Roma	0,57	0,70	0,56	0,44	0,63
Milagres do Maranhão	0,56	0,65	0,61	0,43	0,57
Santana do Maranhão	0,49	0,54	0,54	0,38	0,57
Santa Quitéria do Maranhão	0,56	0,64	0,58	0,47	0,61
São Benedito do Rio Preto	0,54	0,66	0,58	0,39	0,68
São Bernardo	0,54	0,67	0,53	0,42	0,63
Tutóia	0,54	0,64	0,52	0,45	0,60
Urbano Santos	0,56	0,68	0,57	0,42	0,73

Fonte:ADHB/2000. Org.: GUIMARÃES, A.

Os índices relacionados a educação (IDHM-Educação), saúde (IDHM-Longevidade), renda (IDHM-Renda) e situação fundiária (Gini-Renda) demonstram a urgente necessidade das políticas públicas ali inseridas promoverem um novo contexto de superação social. Buscando uma aproximação desta realidade ao contexto de produção sojícola, podemos afirmar que apesar da

expressiva ascensão na produção do grão nas últimas décadas (gráfico 1) os indicadores continuam mínimos, do ponto de vista do contexto socioeconômico.

Gráfico 1 - Evolução da quantidade produzida (t) de soja em Anapurus e nos demais municípios da microrregião de Chapadinha entre 2001 e 2010



Fonte: SIDRA-IBGE/2010 – Org.: MIRANDA, A.

A exceção de Belágua, onde não há registro da produção de soja, em todos os municípios da microrregião os valores são ascendentes. Em Anapurus (grande produtor de soja), a exemplo de todos os outros municípios que constituem o Território, predominam índices de baixa renda e de concentração da posse da terra. Estariam portanto, esses territórios, cumprindo mesmo a função de promover o desenvolvimento?

Para Hespanhol (2008), o que temos é uma inadequação do modelo de desenvolvimento territorial aqui implantado, pensado para outras realidades. O autor destaca que as instituições encarregadas da execução das políticas continuam atuando como no passado, de maneira setorial, numa lógica produtivista e com reduzido envolvimento dos atores sociais. Complementa alertando que a estratégia do desenvolvimento territorial pensada, a princípio, para a realidade dos países desenvolvidos, passou a ser incorporada às políticas

públicas de países subdesenvolvidos sem que existissem as pré-condições para tanto.

Destacamos a importância da incorporação da abordagem territorial na execução das políticas públicas de vários países. Na União Europeia a abordagem territorial é expressiva e resultou em ações relevantes voltadas ao desenvolvimento local. Na América Latina a abordagem territorial não passou de um discurso sofisticado e muitas vezes mal interpretado pelas autoridades e agentes locais.

Na América Latina, a abordagem territorial foi incorporada a partir do estímulo e da imposição de organismos internacionais, passando a ser adotada por técnicos e autoridades. No entanto, as condições básicas para a implementação de estratégias ascendentes e participativas de desenvolvimento não existem de fato. Portanto, a estratégia do desenvolvimento territorial não é protagonista e sim coadjuvante nas políticas públicas dos países desenvolvidos e apenas começam a ser esboçadas nos países subdesenvolvidos, por meio da transposição de experiências que foram bem sucedidas em contextos econômicos, sociais, ambientais, institucionais, históricos e culturais bastante distintos daqueles existentes nestes países. (HESPANHOL, 2008, p.381-382)

Percebemos naturalmente que neste processo há um grande conflito de interesses. Temos a impressão de que, nestas políticas públicas voltadas ao meio rural, há uma contradição na forma como atua a administração federal ao se estruturar para atender, de forma dúbia, as demandas provenientes do agronegócio e da chamada agricultura familiar.

Conforme nos mostra Maluf (2011), este conflito deve ser bem debatido como uma a abordagem do desenvolvimento territorial, capaz de criar e proporcionar instâncias para o debate das demandas entre os diversos atores de um território. Ainda para o autor, pior do que tentar evitar e suprimir o conflito social é não perceber a sua existência. Oliveira (2002, p. 74) contribui nesta análise ao dizer como devemos apreender o território em suas várias dimensões:

O território deve ser também apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e com suas articulações e mediações [...] o território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou uma *priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza.

Em outra análise, Gómez (2007), comenta sobre as limitações das políticas públicas, Para ele, a abordagem dada ao território apresentado para o desenvolvimento territorial rural leva à elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento também limitadas, pois não considera os conflitos estruturais existentes. Trata-se da manutenção da atual realidade desigual do meio rural, sendo um modelo incapaz de fato de melhorar as condições de vida da população e reduzir os desequilíbrios existentes.

Ainda na crítica aos Territórios Rurais, Gómez (2007, p. 50) aponta uma orientação:

Esses Territórios Rurais são uma figura de planejamento consistente na agrupação de municípios com alguma identidade, seja produtiva, social, cultural etc., e com o objetivo de promover ações conjuntas que permitam seu desenvolvimento. No entanto, sua definição responde a dois critérios meramente estatísticos, densidade menor de 80 hab./km² e população menor de 50 mil habitantes, que se complementam com outras variáveis como número de produtores familiares, de famílias assentadas, de acampados, entre outras, para definir os Territórios que seriam atendidos prioritariamente. preferencialmente.

Brum e Heck (2008, p. 62), compactuam desta análise ao apontar orientação complementar:

[...], os projetos e as políticas para o desenvolvimento devem ser orientados levando em conta as peculiaridades locais. Sendo a agricultura a principal característica da maioria dos municípios brasileiros, há que se buscar desenvolver a cadeia produtiva na região e agregar valor ao que é produzido.

Identificamos este contexto em nossa área de estudo. A cultura da soja pode ser um exemplo, e não o único, de cadeia produtiva importante para o município de Anapurus, e mesmo para as microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense. A tecnologia empregada na sojicultura traria relevantes ganhos a produtividade de culturas ligadas ao contexto da agricultura familiar, a exemplo do milho, da mandioca e do arroz, atividades fundamentais na região.

Numa constatação mais complexa, realista, podemos apontar que é difícil, porém possível, executar com sucesso uma política de desenvolvimento territorial numa conjuntura marcada pela crônica concentração da posse da terra e da renda, características, nos parece, estrutural em diversas regiões do nosso

país. Tais características associadas a permanência de uma estrutura institucional ainda vinculada a lógica produtivista e setorial dificultam as iniciativas ligadas a implementação da abordagem territorial de desenvolvimento. Com a persistência de problemas estruturais sérios, associados à concentração da riqueza e do poder, a pouca eficácia das instituições, o continuísmo de práticas clientelistas e o despreparo da população para participar de maneira crítica e qualificada certamente não permitem a implementação de abordagens exitosas e sustentáveis de desenvolvimento (HESPANHOL, 2008).

Em nossa percepção, os territórios rurais criados pelo MDA podem sim ser objetos de transformação socioeconômica dos lugares envolvidos. Para tanto, devem adotar uma estratégia de desenvolvimento territorial em sua plenitude, ouvindo, envolvendo e buscando parcerias com agentes e atores chaves dos respectivos territórios.

É como chama atenção Saquet (2011, p. 223), ao dizer das heterogeneidades do espaço agrário no Brasil:

[...], no espaço agrário brasileiro, há heterogeneidades e identidades, isto é, nem todos são proprietários ou arrendatários, nem todos são camponeses, nem todos são capitalistas ou empresários rurais. Há desigualdades e diferenças, ritmos, diferentes níveis de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, distintos níveis de inserção no mercado, de mecanização, de comercialização, de organização política etc., ou seja, movimento do tempo (com temporalidades) no território e, deste, no tempo (com territorialidades).

Nesse entendimento oferecido pelo autor, podemos apontar, e defendemos isto, que a abordagem territorial pode efetivamente ser uma possibilidade real na avaliação da existência de condições favoráveis para cada território e que possam ser otimizadas para o desenvolvimento com mais justiça social e fortalecimento das (e/ou criação de novas) atividades democráticas.

Naturalmente, cabe ao poder público o estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas desenvolvidas no campo, notadamente a partir da agropecuária. Nos parece consensual que é extremamente necessário sim a elaboração e implementação de um programa de desenvolvimento rural que reconheça o caráter multifuncional do campo e que considere as especificidades regionais.

Entretanto, para o êxito de tais programas, Hespanhol (2007) entende como fundamental o envolvimento de todos os atores que compõem o território. A integração das ações implementadas pelos diferentes órgãos públicos, cooperativas, sindicatos, associações de produtores, organizações não governamentais são de crucial importância para a dinamização econômica do campo e para a conseqüente melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Concordamos com nosso autor quando este diz que o Brasil continua não dispor de um programa de desenvolvimento do campo que seja efetivo, no qual constem, claramente, os seus objetivos, o período de implementação, o montante e a fonte de recursos necessários para a sua execução, as metas a serem atingidas e os órgãos e autoridades responsáveis por sua implementação. Padecemos de uma efetiva política de desenvolvimento do campo que considere as suas várias dimensões e que contemple o seu perfil heterogêneo e multifuncional.

Em sua análise acerca do desenvolvimento desigual dos territórios Harvey (2004, p. 110) comenta sobre os conflitos nas diferentes escalas geográficas e revela que entendê-los é de vital importância para a compreensão do funcionamento da ação capitalista.

O mesmo afirma que “o exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais”. Como podemos ver, as complexidades de análise territorial são enormes.

Concluimos nossa análise apontada no entendimento que os instrumentos de intervenção sobre uma realidade localizada territorialmente podem estar em outra escala espacial, arena política, nível de governo ou instância de poder.

Dessa forma, a escala deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais, ou seja, é necessário construir estratégias multi-escalares, pois cada problema tem a sua escala espacial específica.

2.4 Breve cronologia sobre a sojicultura

Descoberta há aproximadamente 5 mil anos, na China, a soja somente começou a ser plantada no Brasil em 1914. Hoje, o país já é o segundo maior produtor de soja do mundo, ficando atrás apenas dos EUA. Pesquisadores como Schlesinger *et al.* (2008, p. 14) nos resumem como a cultura da soja entrou no país e iniciou sua expansão:

A soja chegou ao Brasil no final do século 19 [...]. Em 1882, foi trazida dos Estados Unidos para a realização de pesquisas na Escola de Agronomia da Bahia.[...] Os primeiros registros do plantio no País são de 1900 e 1901, quando foram realizadas as primeiras distribuições de sementes em São Paulo e os primeiros cultivos no Rio Grande do Sul. Porém, só a partir da década de 1950 a cultura ganhou maior escala, em virtude da implantação do programa oficial para apoiar a produção do trigo, que também beneficiava a cultura da soja. No estado do Rio Grande do Sul, sua produção se deu em pequenas proporções até a década de 1950. A história da produção em escala comercial da soja no Brasil tem início nos anos 1960, no noroeste do Rio Grande do Sul. [...]

Destacamos ainda que a entrada do Brasil no mercado mundial da soja se dá, de forma expressiva, no início dos anos 1970. Era o início da terceira fase da evolução histórica do mercado. Na verdade, dois fatores favoreceram o desenvolvimento inicial da soja em nosso país.

Em primeiro lugar, a estratégia oficial de modernizar a agricultura nacional, iniciada nos anos 1950, e que encontrou na soja um impulso complementar ao trigo a partir dos anos 1960.

Em segundo lugar, tal estratégia interna foi favorecida pela instabilidade da economia mundial e as consequências dela decorrentes sobre os mercados agrícolas mundiais, fato que fez da soja nacional um produto cada vez mais procurado (BRUM, 1993).

Com as diversas crises econômicas internacionais fazendo que se fechassem as portas do crédito, principalmente na década de 1980, as exportações se tornaram num dos poucos meios geradores de recursos para manter o processo de modernização já iniciado.

É nesse cenário que a soja ganha importância capital a nível da economia nacional na medida em que assume papel decisivo na modernização agrícola do sul do país e auxilia na geração de recursos via exportações.

Como exposto, a cultura da soja tem início no sul do Brasil, mais precisamente nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, a partir de meados da década de 50. Isso em decorrência da semelhança destes lugares com das áreas européias onde a sojicultura já se trabalhava há alguns séculos.

Mas é somente no início dos anos 70 que sua importância comercial assume papel relevante na economia do sul do país e, mais tarde, com o seu desenvolvimento nas novas fronteiras agrícolas (demais estados do sul e sobretudo na região do cerrado), estendendo-se para o conjunto da economia nacional.

Nesse sentido, podemos destacar a ocupação do cerrado, enquanto "*locus*" do avanço da fronteira agrícola, comandada pelo capital, alterando a feição deste e de outros biomas no Brasil. Para isso também foi fundamental o papel desempenhado pelo Estado, na ocupação do Centro-Oeste, enquanto área de expansão da fronteira agrícola, dentro do processo de interiorização do capitalismo no Brasil.

Também neste processo, foi determinante o papel dos chamados "gaúchos" na ida e ocupação do cerrado brasileiro. Por meio da aquisição de grandes quantidades de terra no Centro-Oeste, após muitos deles venderem suas terras em seus lugares de origem, marcadamente no início da década de 1970, estes agricultores do sul do país passaram a ocupar novas áreas em um período de expressiva queda na oferta do sistema de crédito rural oficial.

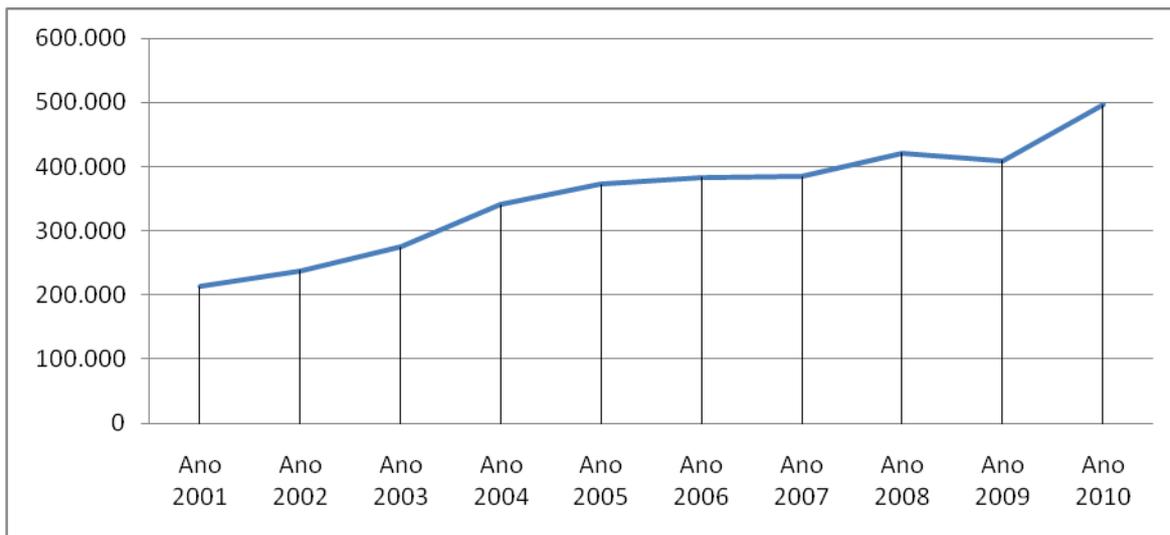
A presença da soja na microrregião de Chapadinha já é espacialmente significativa. Aliás, o leste maranhense já tem sido incorporado ao monocultivo da soja. Além dessa região do Maranhão, a soja está presente principalmente no sul do Estado.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a expansão do cultivo e plantio da soja no Maranhão cresceu de forma gradual desde os anos 1980. Pelos primeiros dados do órgão, referentes à safra de 1983/1984, o estado tinha uma plantação inicial de 4,2 mil hectares, com uma produção de 7 mil toneladas de soja. Uma produtividade média de 1,7 toneladas por hectares. Nos últimos 27 anos, porém, o Maranhão viveu dois grandes saltos de produção. Um nos anos 1990 e outro no início dos anos 2000. A safra de 1996/1997, por exemplo, teve um crescimento de 37,5% passando das 192 mil

toneladas de soja para 264 mil toneladas. Na mesma safra, a área plantada aumentou 41% em comparação à safra 1995/1996.

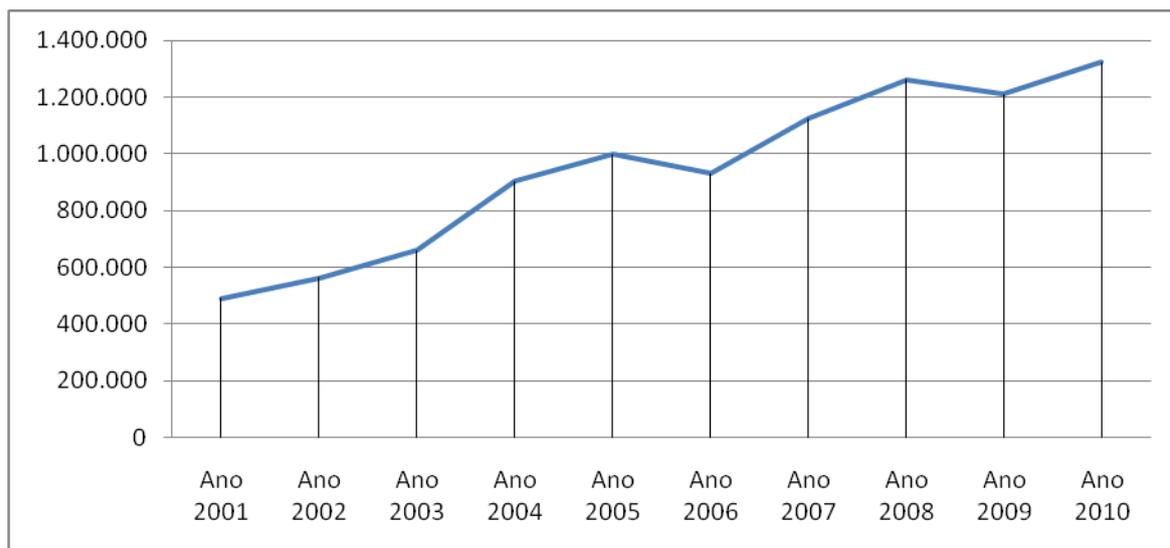
Porém, na década de 2000 (gráficos 2 e 3) é quando os índices agrícolas relativos a soja no estado, principalmente em relação à área plantada e a quantidade produzida, dão um salto significativo passando de 491.083 toneladas em 2001 para 1.322.363 em 2010.

Gráfico 2 - Evolução da área plantada (ha) de soja no Maranhão no período entre 2001 e 2010



Fonte: SIDRA-IBGE/2010 – Org.: MIRANDA, A.

Gráfico 3 - Evolução da quantidade produzida (t) de soja no Maranhão no período entre 2001 e 2010

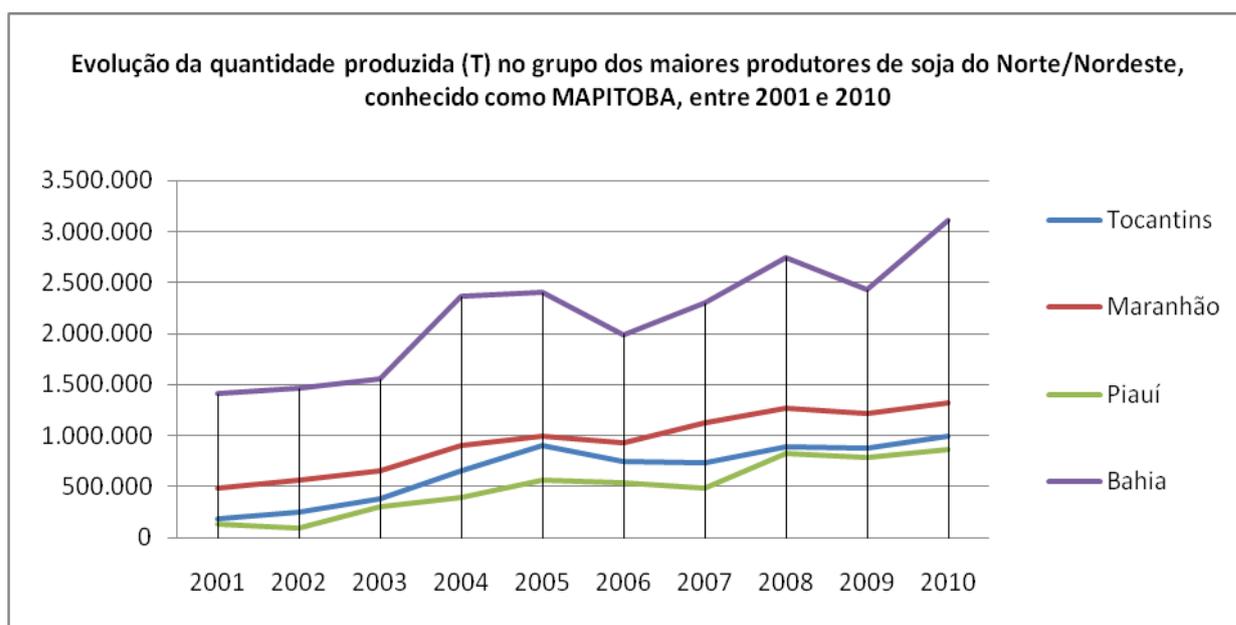


Fonte: SIDRA-IBGE/2010 – Org.: MIRANDA, A.

Já na safra 2003/2004 a quantidade produzida cresceu 41,93% em relação a safra anterior, o que significa que passou de 651 mil toneladas para 924 mil toneladas, cultivados numa expansão de 28% na área plantada. Na safra seguinte, pela primeira vez a produção da soja no estado ultrapassou o 1 milhão de toneladas. Atualmente, o crescimento na produção do grão no Maranhão é o terceiro maior entre todos os 16 estados produtores. Na safra 2009/2010 o crescimento da produção maranhense foi menor somente que os estados de Roraima e do Piauí. Mesmo assim, a produção maranhense é maior que a dos dois estados.

Segundo a EMBRAPA (2011), o Maranhão expandiu a área plantada de 502 para 518 mil hectares (3,2%), a produtividade de 2.650 para 3.087 kg/ha (16,5%) e a produção de 1330,6 para 1599,7 mil toneladas tendo o segundo maior crescimento em produtividade, perdendo apenas para o Piauí (17,9%). E o futuro ainda deve ser de números recordes. Segundo estimativa da CONAB(2011), se projeta para a safra 2010/2011 um novo recorde de soja para o Maranhão. Pelo menos 1,6 milhão de toneladas serão colhidas até o fim de maio de 2012, um recorde histórico. O Maranhão integra o chamado grupo MAPITOBA, que, além dele, reúne os estados do Piauí, Tocantins e Bahia. A produção em toneladas nesses estados registra comportamento ascendente nesta última década. (gráfico 4)

Gráfico 4 - Evolução da quantidade produzida (t) no grupo dos maiores produtores de soja do Norte/Nordeste, conhecido como MAPITOBA, entre 2001 e 2010



Fonte: SIDRA-IBGE/2010 – Org.: MIRANDA, A.

A título de comparação, o Tocantins, maior produtor da região norte na safra 2009/2010 detém apenas 75% de toda a produção do Maranhão. Em relação a produtividade, apenas o Piauí teve um crescimento mais expressivo que o Maranhense em todo o Norte/Nordeste.

Em termos de área plantada, o Maranhão registrou crescimento de 10,3%, passando de uma área cultivada de 520,1 mil hectares na safra 2009/2010 para 553,8 mil hectares na safra 2010/2011, registrando o quarto maior crescimento em todo o país. A expansão territorial da produção de soja maranhense foi inferior somente à Roraima, que registrou 48% de expansão, Piauí (13%) e Distrito Federal (11,3%) de incremento.

Ressaltamos a atuação estatal no Maranhão no incentivo desta dinâmica. O mesmo agiu através de dois principais programas: o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

No Maranhão, destaque para a atuação do PRODECER em sua terceira fase, especificamente no sul do Estado, região de Balsas. Tal programa, implementado no Brasil a partir de 1978, tem como objetivo estimular e desenvolver a implantação de uma agricultura moderna, eficiente e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados, mediante a incorporação de áreas ao processo produtivo. O principal instrumento do programa é o crédito supervisionado, com linhas de financiamento abrangentes, sendo previstos empréstimos fundiários para investimentos, despesas operacionais e assistência ao colono (SILVA, 2007).

Ressaltamos um aspecto diferenciado das duas áreas. No leste maranhense, ao contrário do sul, o interesse da iniciativa privada, através dos grandes produtores, foi o principal elemento que constituiu a implantação desta dinâmica sojícola na região. “Viemos para estas áreas por demanda própria e recursos próprios. Sem ajuda do governo, em qualquer escala”, nos relatou um proprietário de fazenda de soja no município de Anapurus.

A despeito das resistências que se tenha ao PRODECER, entendemos que sua implantação, em particular durante sua terceira fase, contribuiu sim para a melhoria dos indicadores da dimensão econômica. Todavia, o mesmo exerceu efeitos dúbios sobre os indicadores da dimensão social considerados, principalmente com impactos negativos sobre a forma derivada de ocupação

territorial fomentada pelo Programa, ampliando o êxodo rural e a agressão ao meio ambiente.

Assim, o fim da década de 1970 pode ser identificado como o período onde se registram os primeiros indicadores de produção da soja no território do cerrado maranhense. De lá pra cá a soja avançou para outras regiões do Estado, a exemplo do cerrado leste maranhense, área de nossa pesquisa.

Conforme Carneiro (2008), no leste maranhense o fator mais importante foi a construção, pela Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, de uma estrutura para armazenamento e exportação de soja pelo porto do Itaqui, já que a região possui localização excelente, a pouco mais de 250 quilômetros do referido porto, contando ainda com uma rodovia recentemente recuperada (BR-222) para o transporte da produção de grãos.

Ainda segundo Carneiro (2008, p. 89) a chegada e expansão da soja na região está relacionada historicamente a dois aspectos precedentes, sejam eles:

[...] a implantação dos plantios de eucalipto, no início dos anos 1980, no município de Urbano Santos, pela Comercial e Agrícola Paineiras Ltda., empresa do grupo Suzano de Papel e Celulose S/A e [...] o início das operações, no final da década de 1980, em toda a MRH de Chapadinha, da empresa Maranhão Reflorestadora Ltda. (Marflora), empresa encarregada da extração de carvão vegetal para a produção de ferro gusa pela empresa Margusa, situada no município de Rosário (hoje Bacabeira).

Para Andrade (1995), durante este período, a ação dessas empresas foi o principal vetor das modificações na estrutura agrária da microrregião de Chapadinha. Ainda neste percurso, a saturação na disponibilidade de terras na região sul brasileira certamente somou para a migração de agricultores sulistas para o interior do país na procura por novas áreas de produção. Podemos relacionar tal dinâmica ao que Santos (1997) qualifica de reorganização produtiva do território.

Além disso destacam-se a disponibilidade de enormes quantidades de terra “apropriadas” ao cultivo do grão e a localização geográfica, conforme indicam os relatos de dois de nossos entrevistados. Segundo o representante da APROSOJA/MN “Isso começou há cerca de 20 anos, no início da década de 1990, mas somente de uns dez anos pra cá as coisas se aceleraram. Os produtores de soja do sul, principalmente o nosso caso, do Rio Grande do Sul,

começaram a perceber a necessidade de implementar mais áreas para a produção. Foram feitos alguns estudos sobre a viabilidade técnica e econômica, e isso indicava que, dentre outros lugares do Brasil, o sul do Maranhão e o leste também, onde nós estamos agora, poderiam ser bons lugares para plantar soja, daí muita gente começou a migrar para esses locais no Maranhão”. Especificamente sobre a maior concentração destes produtores em Anapurus ele destaca que “primeiro as áreas propícias a mecanização, segundo a localização, aqui Anapurus tem uma localização estratégica, por ser mais centralizada, na beira da BR (222). Terceiro, em relação a Chapadinha, por exemplo, que é uma cidade mais estruturada, Anapurus tem melhores condições para a cultura da soja por ser uma área mais plana, as áreas de Chapadinha são mais de chapada, dificulta, onera a produção”.

Relato semelhante faz o secretário de agricultura de Anapurus, “As famílias de lá, eles herdavam, dos pais alguns lotes de terras, então aqueles lotes de terras, [...] com o passar dos anos, a terra lá ficou muito pequena, aumentou o número de famílias e os condomínios ficaram pequenos pra eles produzirem. Então, pesquisando essa região, eles viram que aqui tinha muita terra ociosa e com preço acessível. Aí eles chegaram aqui há mais ou menos vinte anos. Aí viram que aqui as terras dava para produzir e que o preço era bem mais acessível do que lá”. Além disso, “Anapurus, se localiza num ponto estratégico, fica próximo de Brejo, fica tipo um centro, próximo de Buriti, próximo de Chapadinha, próximo de Mata Roma, e a MA passa no meio da cidade. Chapadinha é uma cidade maior, no entanto, as terras lá são mais difíceis de produzir, porque as chapadas são enormes, aqui em Anapurus as chapadas são mais planas”.

Sendo assim, ressaltamos que a localização estratégica do município, o preço da terra acessível e sua condição natural do ponto de vista da topografia são os principais aspectos que atraíram os produtores para Anapurus. Além disso, a menor disponibilidade de áreas, conseqüentemente maior preço gerando o esgotamento e maior oneração do processo produtivo em seus estados de origem contribuíram para acelerar a incorporação desta região maranhense ao desenvolvimento da atividade sojícola.

3. O PROCESSO DE EXPANSÃO DA SOJA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA-MA: o caso do município de Anapurus

3.1 Caracterização e histórico-regional de Anapurus

Destacamos neste item uma caracterização socioeconômica de Anapurus assim como da microrregião de Chapadinha, da qual faz parte o município, nos últimos dez anos. Nossa intenção é relacionar, mesmo que de forma sucinta, a realidade socioeconômica da microrregião e do município com o processo de incorporação da região pela soja buscando uma aproximação entre esses dois contextos.

A maior parte da microrregião está em área localizada no alto do vale da bacia hidrográfica do rio Munim, leste do estado, no espaço de planície levemente ondulada, drenada pelos rios que se desenvolvem na bacia do Alto Munim. Está situada na Mesorregião Leste Maranhense e é constituída pelos seguintes municípios: Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos;

Apresentamos a seguir, uma base de dados que nos possibilita chegar a uma compreensão do contexto socioeconômico da microrregião e do município em questão. A fonte das informações e de nossas respectivas análises é o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/ADHB (2000), o Censo Demográfico 2010 (IBGE) e o perfil dos municípios IMESC (2008).

Segundo o ADHB (2000), no ano 2000, dentre os municípios da microrregião Chapadinha, o município com o melhor valor era Chapadinha (MA), com um valor de 0,517, e o município com o pior valor era Belágua (MA), com um valor de 0,414. Dos nove municípios da microrregião, oito (88,9%) tinham um valor entre 0,350 e 0,500(BAIXO-IDH) e um (11,1%) tinham um valor entre 0,500 e 0,650 (MÉDIO-IDH), ou seja, nenhum deles tinha alto índice de desenvolvimento humano que varia entre 0,800 e 1.

Ainda segundo o ADHB (2000), em todos os municípios da microrregião o percentual de indigentes e pobres era superior a 50% da população pesquisada, culminando num alto índice de intensidade de pobreza além de uma realidade marcada pela concentração da renda, da propriedade da terra e da riqueza.

O sistema de saúde da microrregião é incompatível com as demandas da população e sua atuação está voltada, quase que exclusivamente para medidas curativas, em detrimento das preventivas. Segundo o IBGE, em nenhum dos municípios, até 2010, havia hospital de média ou alta complexidade sendo que comumente os casos de saúde que requerem maior cuidado são imediatamente transferidos para São Luís ou Teresina-PI. Em relação à oferta de hospitais e leitos, (IBGE, 2008), Chapadinha conta com melhor infraestrutura de atendimento, possuindo 27 estabelecimentos de saúde e 164 leitos.

Nas áreas urbanas, o atendimento médico-hospitalar de um modo geral, tem evoluído tanto em quantidade como na qualidade dos serviços. Entretanto, não se pode dizer o mesmo nas áreas rurais, que permanecem desprovidas dessa assistência, ou, quando possuem, não é de qualidade. Assim, a utilização dos equipamentos de saúde do município de Chapadinha pela população da área rural e de outros municípios da microrregião sobrecarrega o atendimento, com prejuízo na qualidade de assistência oferecida.

A situação do sistema de esgoto é praticamente a mesma em toda a microrregião, onde a população, na sua maioria, utiliza fossas sépticas, fossas rudimentares, valas ou os dejetos são lançados sem nenhum tratamento nos rios.

No que diz respeito a realidade educacional podemos destacar que há uma semelhança nos níveis de deficiência quantitativa e qualitativa em todos os municípios que compõem a microrregião, agravando ainda mais estes problemas quando feita uma análise para a zona rural. Podemos dizer que de acordo o levantamento de informações estatísticas da educação básica, a microrregião revela um quadro pouco satisfatório, apresentando um elevado índice de pessoas não alfabetizadas, tendo como maior indicador o município de Belágua e menor o município de Chapadinha.

Embora tenha havido um aumento considerável, o número de estabelecimentos escolares ainda não atende a demanda da microrregião, levando as pessoas com maiores recursos a dirigirem-se para a capital para completarem os estudos. Houve um acréscimo no número de escolas para jovens e adultos, tanto no âmbito municipal quanto no estadual, passando de 05 escolas estaduais em 2000 para 09 em 2007 e de 89 escolas municipais em 2000 para 404 em 2007.

Convém ressaltar que a zona rural teve um aumento na EJA (Educação de Jovens e Adultos) de 510,77% e na zona urbana de 426,67%. Houve aumento de professores no ano de 2008 em relação ao ano de 2000 nas modalidades do ensino pré-escolar, médio e EJA. No que se refere a movimento escolar é percebido um alto número de evasão escolar e reprovação, embora tenha caído esta taxa relacionando o ano de 2000 e 2008, contudo é notório que a educação da microrregião de Chapadinha necessita de maior atenção e comprometimento dos administradores daquela região.

Como consequência disso, o alto índice de analfabetismo, principalmente entre idosos e evasão escolar de crianças e jovens que se sentem desmotivados e, na maioria das vezes se veem obrigados abandonar as salas de aula pela necessidade de trabalhar na roça para ajudar no sustento da família, comprometendo, ainda mais as possibilidades de mudança do cenário atual.

Quanto aos aspectos econômicos, podemos relatar que está no setor primário a base econômica da microrregião sustentada na produção agrícola e na pecuária e, em menor escala no extrativismo. A atividade agrícola, desenvolvida, sobretudo, nas pequenas e médias propriedades, utiliza-se do trabalho familiar e se concentra na produção de mandioca, arroz, milho, feijão e banana, sendo o município de Mata Roma o que detém a maior produção de arroz, Chapadinha e Urbano Santos, as maiores produções de mandioca.

Outra fruta de importância é o caju, porém subutilizado, pois a maioria dos produtores comercializa somente a castanha. Em Anapurus, os produtores comercializam também o pedúnculo, em razão da existência de fábrica de polpa de frutas em Mata Roma, município vizinho. O milho e o feijão são produzidos consorciados com outras culturas, apresentando praticamente a mesma produção em todos os municípios. A atividade agrícola ainda é uma atividade predominantemente de subsistência, com excedentes comercializados nos mercados locais e regionais.

Há na microrregião baixa produção e produtividade de culturas como mandioca, milho, feijão e arroz, tendo-se como causas o sistema empregado (*roça no toco*), em que os agricultores e as agricultoras utilizam o corte e a queima da vegetação nativa no preparo das áreas para plantio, ocasionando o empobrecimento gradativo dos solos, além da carência de orientações técnicas e de incentivos financeiros para implantação de sistemas produtivos diversificados

com uso de práticas agroecológicas que possibilitem a sustentabilidade econômica e ambiental.

No geral, a expansão da soja na microrregião tem sido alvo de constantes debates, face aos impactos ambientais e sociais gerados pelo seu cultivo, tendo em vista as consequências da monocultura, a exemplo da degradação do solo, da redução da cobertura florestal, do uso intensivo de insumos e da restrição do avanço das relações de trabalho assalariado, já que é uma atividade pouco absorvedora de mão de obra, condicionando as oportunidades de trabalho do setor agropecuário quase que apenas na propriedade familiar. Entretanto, é uma atividade que se mantém aquecida pela demanda de mercado externo, trazendo um aumento na movimentação financeira com repercussões sobre as atividades urbanas na microrregião, em especial em Anapurus, foco de nosso estudo.

No contexto da exploração extrativista, esta é uma atividade praticada em toda a microrregião, porém incipiente. A extração do coco babaçu é uma das atividades exercidas nesse setor, que adquire maior importância social, estando associada ao trabalho familiar e à economia de subsistência. Além do babaçu há a presença de frutas como bacuri, piqui, murici, mangaba e de palmeiras como babaçu, carnaúba, juçara, buriti e tucum favorecem o incremento à renda familiar por meio da exploração econômica e sustentável de tais espécies.

A pecuária constitui-se da criação de suínos, do rebanho bovino, criação de aves e em menor escala as criações de caprinos, ovinos e equinos. Vale dizer que a falta de terra, a criação extensiva e sem manejo e acompanhamento técnico, condiciona o baixo rendimento dessa atividade com a produção voltada basicamente para o consumo familiar e comercialização eventual.

No setor secundário, a linha de produção da agroindústria da microrregião baseia-se fundamentalmente em casas de farinha e usinas de arroz, cuja transformação é voltada para a produção básica da microrregião como abastecimento do arroz e produção de farinha. Há ainda, olarias para fabricação de telhas e tijolos, fábricas de gelo, de pré-moldados, de móveis e madeiras para construção de casas, panificadoras entre outras. O aproveitamento semi-industrial de frutas regionais e o beneficiamento da carne são também atividades produtivas muito presentes.

No setor terciário, representado pelo comércio e serviço, de acordo com o IMESC (2008) desponta como o mais representativo, tendo em vista os serviços prestados pelos órgãos públicos, principalmente nas esferas municipal e estadual concentrarem maior quantidade de mão de obra, estando São Benedito do Rio Preto, Mata Roma, Chapadinha e Anapurus, como os municípios que mais desenvolvem atividades propriamente urbanas.

Ressalta-se que a comercialização da produção ainda é realizada de forma individual e fragmentada, percebendo-se a forte presença do atravessador, que determina o preço para compra, causando prejuízos econômicos aos agricultores. Isto ocorre, pois a venda da produção é feita a qualquer preço, em razão da falta de organização para este fim e da necessidade imediata das famílias disporem de recursos financeiros para a aquisição de outros produtos.

Certamente, podemos estabelecer uma aproximação dessa realidade com a expansão da soja. Como bem identifica Bacelar (2008), a consolidação da globalização é uma macrotendência mundial. Os diversos cenários apontam que o Brasil já está e estará entre as principais economias do planeta neste século XXI, e inegavelmente, a base econômico-produtiva do país, historicamente comprovada, está fundamentada, porém não de forma exclusiva, na atividade agroexportadora.

Em relação a sua formação histórico-geográfica, podemos dizer que Anapurus tem uma formação peculiar. Em 1888, chegou à região onde hoje se situa o município, o patriarca Marcelino Francisco Monteles e sua família, procedentes da localidade de Veado Branco, município de Brejo, vizinho a Anapurus. A existência de um riacho, conhecido por Estrela, foi o principal fator para a fixação da família Monteles no local, desenvolvendo-se ali a Vila Estrela, depois Estrela de Anapurus (IBGE,2012).

Com a denominação de Anapurus, em 1964, o município foi desmembrado de Brejo, tendo sua sede administrativa instalada no ano seguinte. O nome do município caracteriza os índios Anapurus, localizados em toda a região do Baixo Parnaíba. O topônimo é uma denominação de Muypurás, que significa fruta do rio. Através da lei nº 269, de 31-07-1948, foi criado o distrito com a denominação de Estrela de Anapurus, subordinado ao município de Brejo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-07-1960. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Anapurus, pela lei estadual nº

2378, de 09-06-1964, desmembrado de Brejo. Constitui-se em distrito sede, instalado em 13-11-1965, via divisão territorial de 1-01-1979, assim permanecendo até hoje (IBGE, 2012).

O governador do Estado do Maranhão, apoiado na Legislação nº 2.378, de 9 de junho de 1964 da Assembléia Legislativa do Estado, sancionou a referida lei criando o município de Anapurus. O mesmo tem altitude de 82 metros e distância de 270 quilômetros para a capital São Luís. Situado na Região 14 – Chapadinha, com seus limítrofes: ao Norte, confina com o de Santa Quitéria do Maranhão; a Leste, com o de Brejo; ao Sul com o de Buriti; e a Oeste com o de Mata Roma e Urbano Santos (CARDOSO, 2001).

A localização do município pode ser visto no mapa abaixo.

Mapa 4: Localização do município de Anapurus

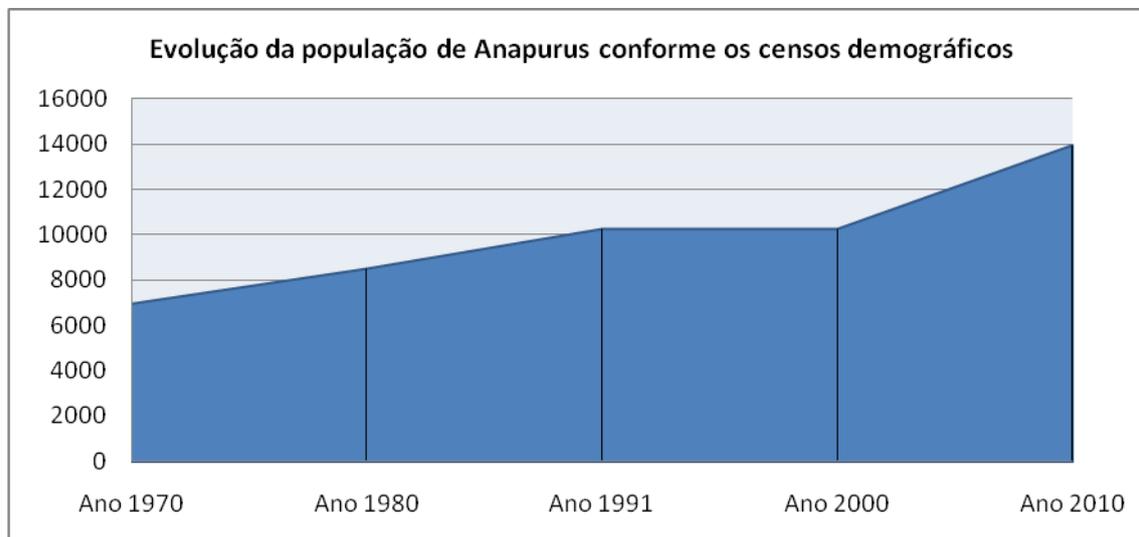


Fonte: IBGE/ 2012 – Org.: BRITO, G.

Em Anapurus, nos últimos 20 anos, sua realidade demográfica e socioeconômica registrou alterações quantitativas e mesmo qualitativas. Neste desenrolar histórico, diversas transformações demográficas foram se

processando no município. Sua população que em 1991 era de 10. 249 habitantes, passou para 13.939 em 2010. (gráfico 5)

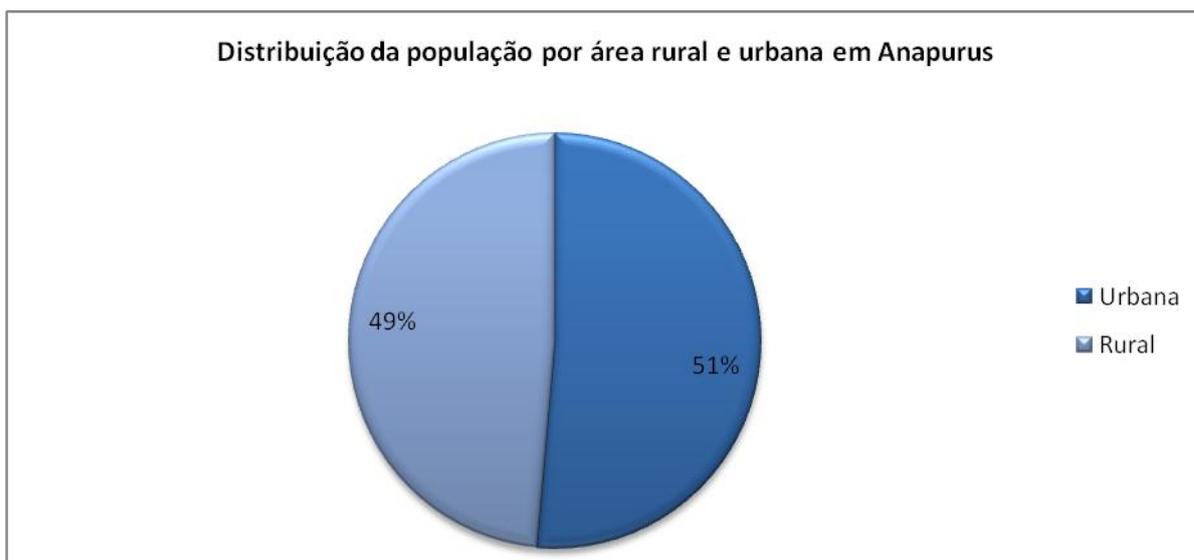
Gráfico 5 - Evolução da população de Anapurus conforme os censos demográficos de 1970 a 2010



Fonte: IBGE/2010 – Org.: MIRANDA, A.

Outro aspecto a destacar é referente a distribuição da população segundo o critério de área rural e área urbana (gráfico 6). Há uma relação equitativa com pequena vantagem numérica para a quantidade de habitantes na zona urbana do município, muito em razão da concentração populacional na sede do município.

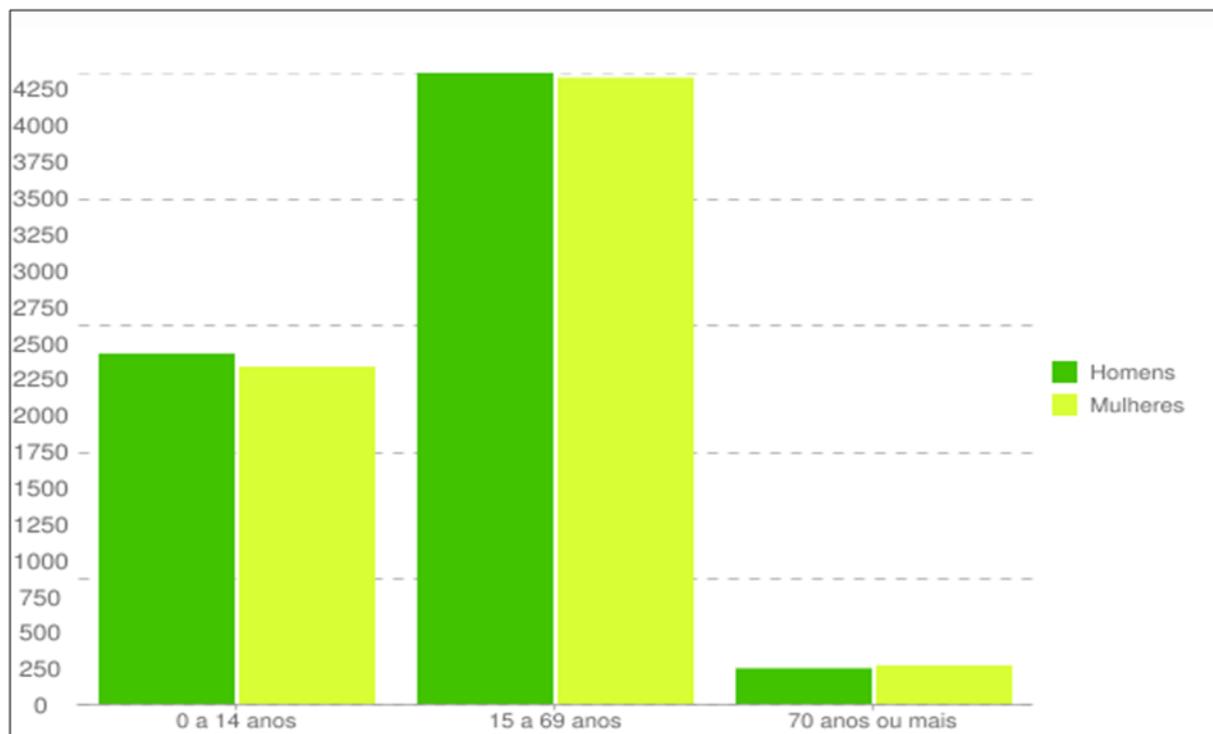
Gráfico 6 - Distribuição da população por área rural e urbana em Anapurus



Fonte: IBGE/2010 – Org.: MIRANDA, A.

No que tange a relação da população por sexo e idade, há uma pequena vantagem na quantidade de homens. Registramos ainda o maior percentual de jovens e adultos na composição da população local. (gráfico 7)

Gráfico 7 - Composição da população de Anapurus segundo sexo e idade



Fonte: IBGE/2010

Em relação aos principais indicadores socioeconômicos, apresentamos as seguintes considerações, de acordo com o que estabelece o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (1991/2000) e o Censo Demográfico 2010, assim elencadas:

- ✓ No período 2000-2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Anapurus cresceu 23,17%, passando para os atuais 0,602 em 2010. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a educação, seguida pela renda e pela longevidade.
- ✓ Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,500 e 0,800);
- ✓ Há 4 estabelecimentos de saúde, todos sob administração municipal;

✓ São 27 escolas do ensino fundamental, 37 das pré-escola e 5 do ensino médio. Não há universidades com atuação fixa no município. A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais é de 40%.

É neste cenário sócio-demográfico de Anapurus, a exemplo de diversos municípios do Maranhão, que a soja vai se constituir, passando a ocupar significativo espaço no estado. A expressiva expansão da cultura sojícola no estado tem seu início nos anos 80 pelo sul do estado. Entretanto, novas áreas foram sendo incrementadas nesta expansão da fronteira no Maranhão, principalmente o leste do estado, onde se localiza a microrregião de Chapadinha.

Há mais ou menos 20 anos, era improvável afirmar que municípios historicamente marcados por uma economia de agricultura familiar e dependente da influência das rodovias que cortam a região pudessem ter uma nova atividade de significativa importância econômica.

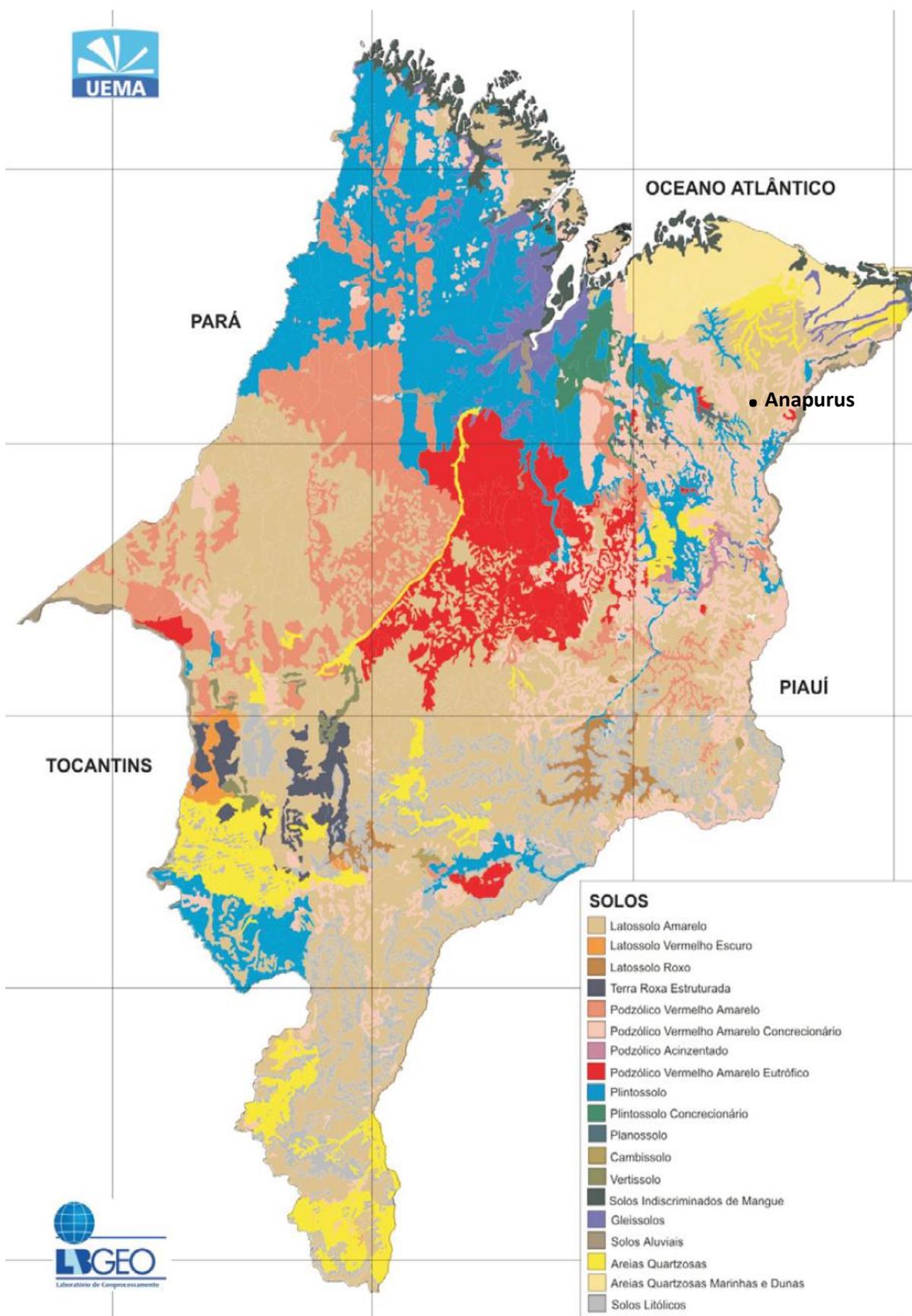
Plantar soja em municípios como Anapurus, Chapadinha, Brejo, Mata Roma, entre outras, era uma hipótese tecnicamente e economicamente inviável. A região tem clima e condições geográficas desfavoráveis ao cultivo do grão. Todavia, o novo contexto, principalmente no que se refere ao uso de moderna tecnologia agrícola, é diferente.

No Maranhão, a microrregião de Chapadinha é o novo polo agrícola do estado. Entre os municípios de Anapurus, Brejo, Buriti, Mata Roma e Chapadinha, a cada safra a produção de soja bate recorde.

O principal tipo de solo da região e do município de Anapurus são os latossolos (mapa 5), típicos de cerrado, que necessitam de correção, com adição de calcário orgânico possibilitando ao solo estar apto para atividade agrícola alcançando grande produtividade.

Dados da SAGRIMA (Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão) e da Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PAM-IBGE/2000-2010) mostram que a região de Chapadinha vem se consolidando a cada dia como uma nova fronteira agrícola. Isso tanto a nível estadual quanto nacional.

Mapa 5 – Classes de solos do Maranhão



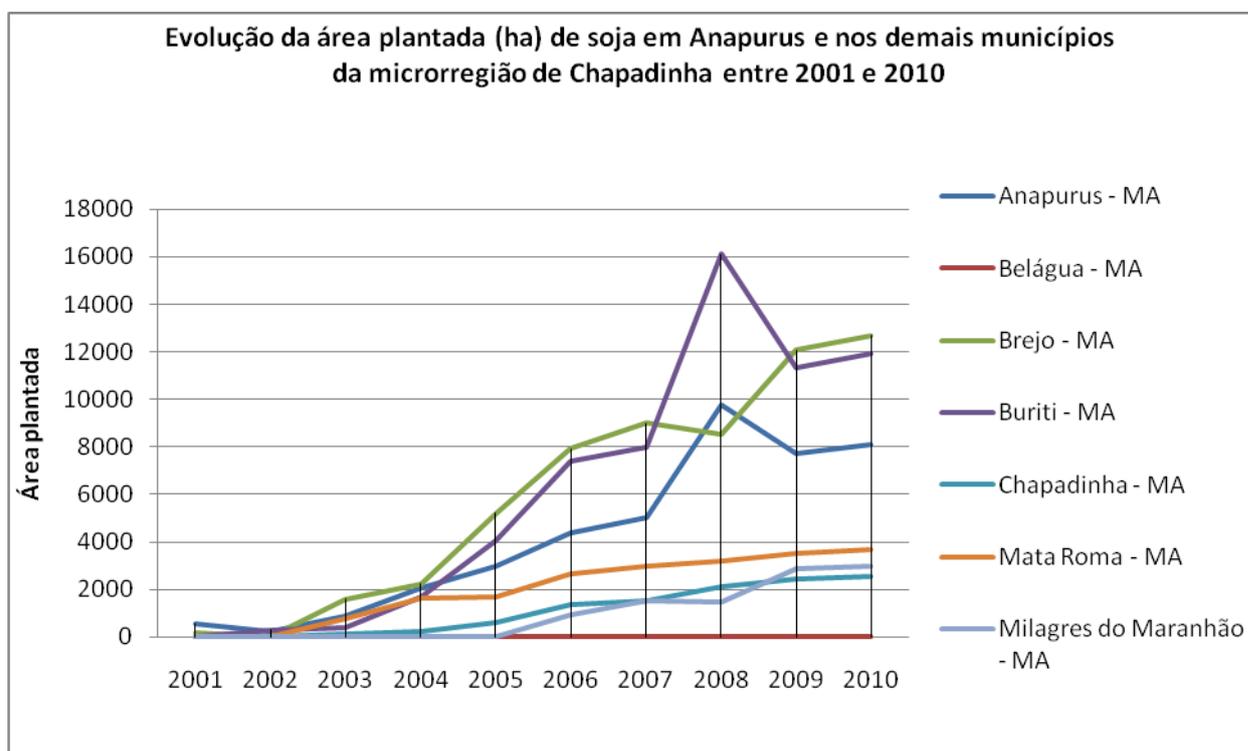
Fonte: LABGEO/UEMA – Org.: BRITO, Gledson.

Os dados comprovam o novo contexto. A quantidade produzida em Anapurus e nos demais municípios da microrregião é expressiva.

Neste contexto, sabemos que este acelerado avanço da sojicultura exige, por se tratar de lavoura de grande escala, a condição de vastas extensões de terras.

Assim, para esta crescente da quantidade produzida, o aumento da área plantada (gráfico 8), da área colhida (gráfico 9) e do valor da produção (gráfico 10) também foram significativos registrando expressivo crescimento no período analisado.

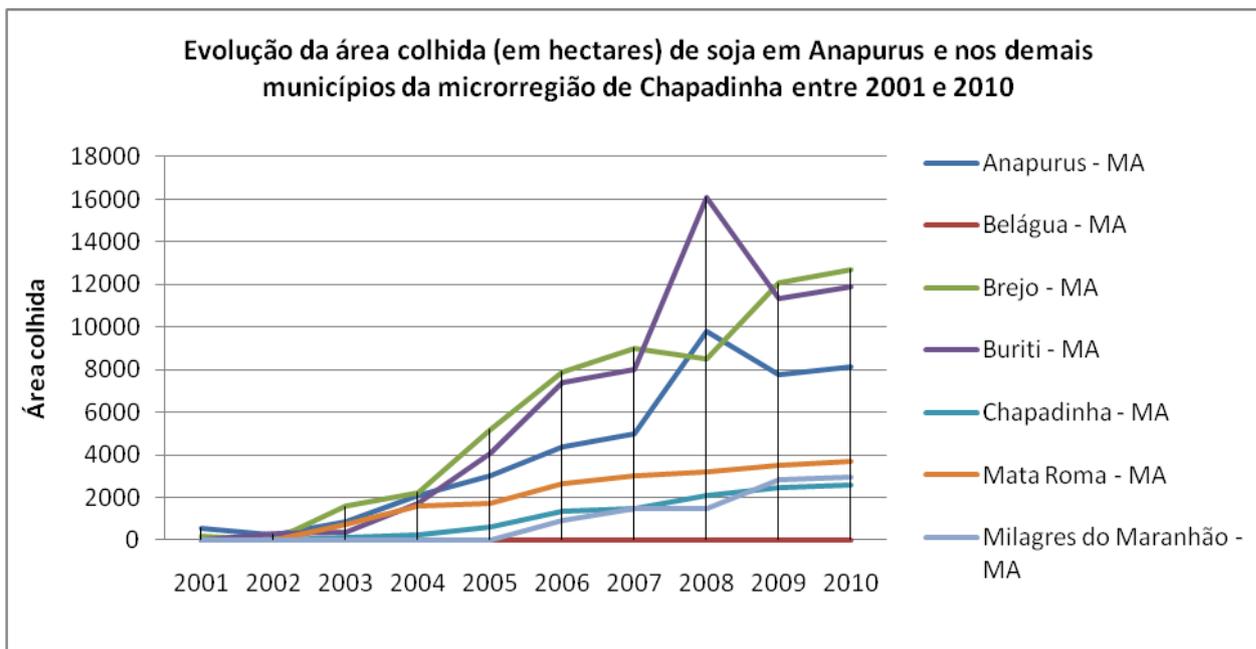
Gráfico 8 - Evolução da área plantada (ha) de soja em Anapurus e nos demais municípios da microrregião de Chapadinha entre 2001 e 2010



Fonte: SIDRA-IBGE/2010 – Org.: MIRANDA, A.

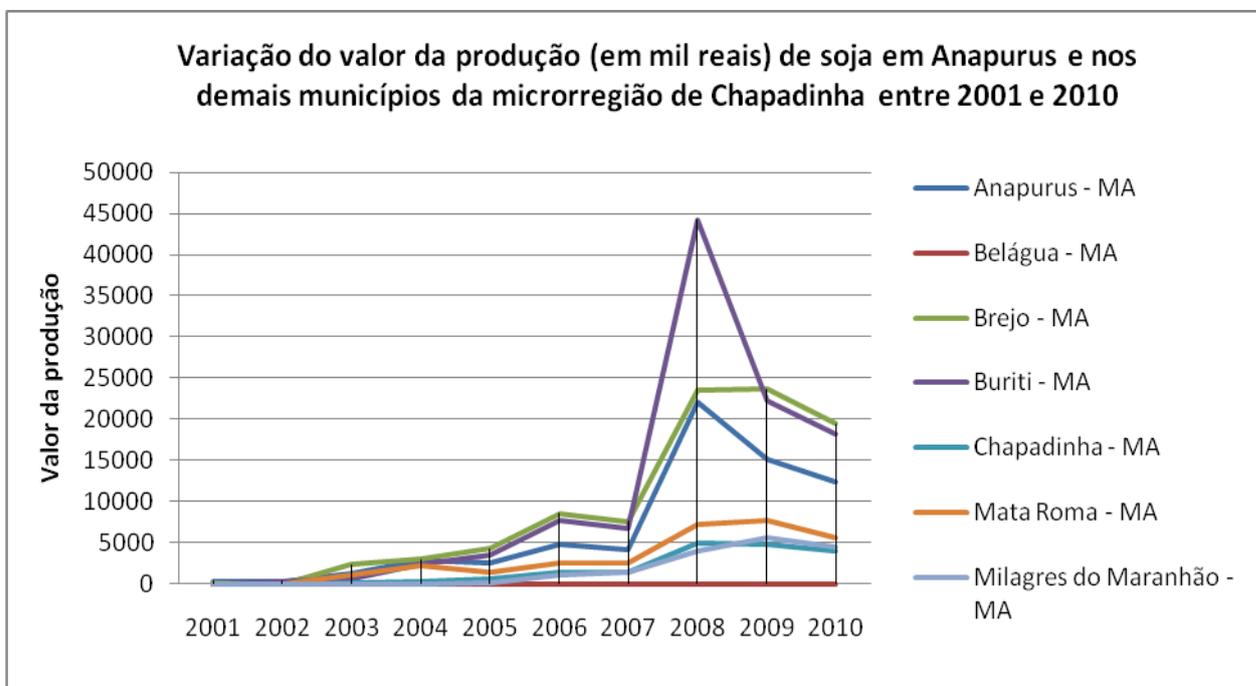
Ressaltamos o expressivo crescimento da área plantada nesse período, em especial nos municípios de Brejo, Anapurus e Buriti. A queda registrada em 2009 foi derivada das enchentes que atingiram o município naquele ano.

Gráfico 9 - Evolução da área colhida (ha) de soja em Anapurus e nos demais municípios da microrregião de Chapadinha entre 2001 e 2010



Fonte: SIDRA-IBGE/2010 – Org.: MIRANDA, A.

Gráfico 10 - Variação do valor da produção (em mil reais) de soja em Anapurus e nos demais municípios da microrregião de Chapadinha entre 2001 e 2010



Fonte: SIDRA-IBGE/2010 – Org.: MIRANDA, A.

Naturalmente que nestes desdobramentos do avanço sojícola no cerrado nacional, a exemplo do leste maranhense, prevalece uma lógica capitalista. Para Malerba (2009, p. 38), este modelo...

Propagado como propulsor de um desenvolvimento capaz de gerar riqueza e renda para a população local, o plantio extensivo da soja tem recebido incentivo de políticas públicas e os campos com imensos monocultivos deste grão já ocupavam, em 2004, 22 milhões de hectares. Apesar do discurso oficial sobre as benesses da opção agrícola exportadora, dados oficiais registram que, entre 1999 e 2001, 5,3 milhões de pessoas abandonaram o campo e 941 mil estabelecimentos rurais, 96% deles com área inferior a 100 hectares, foram fechados, apontando uma possível relação entre a expansão dos monocultivos em larga escala e a evasão no campo.

Assim também, o desenvolvimento da soja substituiu, pelo menos em partes, algumas atividades tradicionais (criação de pequenos animais, agricultura familiar, isso provocado, sobretudo pós-década de 60 com o abandono da policultura tradicional no momento em que a modernização ganha terreno, pressão por novas áreas de plantio, etc). Situação apontada pelo técnico agrícola da secretaria de agricultura de Anapurus ao identificar uma consequência dessa pressão por novas áreas e do comprometimento da agricultura familiar, segundo ele, por isso os pequenos agricultores “não fizeram roça, vai faltar alimento nas feiras”.

Brum(1993,p.42) nos apresenta um entendimento conclusivo entendemos bastante oportuno acerca deste contexto:

A produção da soja no Brasil é uma opção econômica do Estado, favorecida pelas circunstâncias existentes no mercado mundial na época de sua implantação em nosso país. Escolhida com o objetivo maior de auxiliar na modernização do país e em particular da sua agricultura do centro-sul, a soja participa do esforço nacional visando a continuidade do processo de desenvolvimento do país iniciado nos anos 30, e reforçado a partir da década de 50.

Naturalmente que neste cenário, o destino principal do grão é o mercado externo, apesar ainda do enorme potencial de produção por ser explorado em diversas regiões do país. O autor complementa ao destacar o papel da soja na economia brasileira ressaltando uma crítica quanto a maneira como este processo acontece:

Ela é um dos fatores determinantes no contexto econômico brasileiro, como fonte de financiamento para a continuidade da modernização e o desenvolvimento do país. Para aqueles que vêem na economia da soja o grande vilão da crise agrícola no centro-sul do Brasil, é justamente graças as receitas conseguidas com a soja que se pode financiar as necessidades de um novo modelo de produção agrícola, voltado com mais intensidade para as necessidades básicas da população. (BRUM,1993,p.42)

Certamente que para esta pretensão é fundamental o entendimento dos atores integrantes nesta produção, a partir do Estado, no sentido de reconhecerem que por mais que a monocultura da soja crie um relativo desenvolvimento agrícola ao país, a estrutura montada necessita ser revista em favor de outras alternativas (BRUM, 1993). Concordamos com nosso autor ao relatar que esta reorientação precisa almejar melhor democratização deste desenvolvimento, por conseguinte buscando oferecer uma melhor alimentação da população em geral, sem contudo destruir o que já se alcançou.

Voltando ao contexto de Anapurus, o relato do presidente da associação que reúne os produtores de soja da região resume bem o pensamento dos empresários sobre sua atuação presente e futura nos municípios. Para ele, “O fato dos terrenos serem mais baratos e também porque estamos mais próximos do porto incentivou a vinda de muitos produtores para cá. E pretendemos ficar ainda por muito tempo.” – (Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Meio Norte – APROSOJA/MN (LIMA, 2011).

3.2 O contexto desenvolvimentista da soja no cerrado da microrregião de Chapadinha-Ma

Numa perspectiva que aspira cooperação e desenvolvimento, entendemos ser necessário produzir um saber geográfico dentro de uma escala espacial e temporal suficientemente capaz de chegarmos a uma análise, senão completa, ao menos significativa. Dessa forma, apresentamos aqui uma sucinta análise dos principais indicadores socioeconômicos e demográficos de Anapurus nos últimos dez anos.

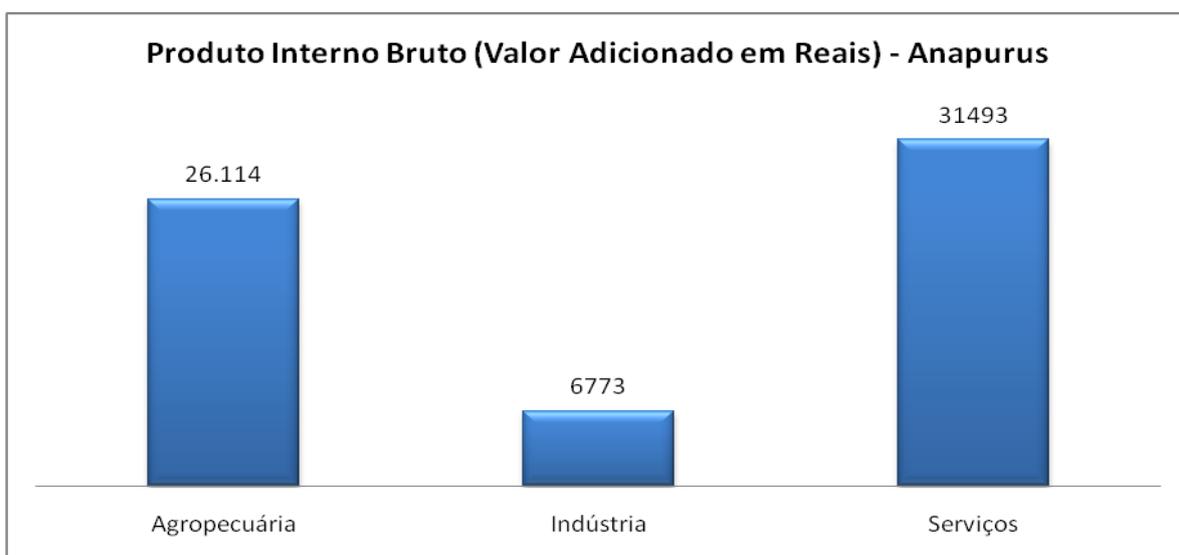
Pretendemos, com o conhecimento disponível, oferecer uma compreensão que seja uma maneira de contribuir para melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas existentes na área em estudo.

Como sabemos, no período recente, o Brasil conseguiu combinar um desempenho positivo em termos de crescimento econômico, redução da pobreza e diminuição da desigualdade. No último Censo Demográfico (2010) são apresentados, por exemplo, o crescimento significativo do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento do nível de escolaridade e da expectativa de vida além da queda na mortalidade infantil. Segundo a revista *The Economist*, em 2011 o Brasil se tornou a 6ª economia mundial. Entretanto, esta importante marca ainda não foi capaz de alterar a estrutura social brasileira que mantém um quadro de graves desigualdades sociais e regionais.

Sendo assim, nos parece seguro afirmar que tal desempenho não abrange homogeneamente todo o país. Nos parece que nosso país se apresenta diante de uma grande complexidade no planejamento de nossas regiões rurais.

Para Silva (1997) nossas políticas rurais ainda correm quase que exclusivamente no sentido de reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico). Isto somente não seria o suficiente. No que tange aos indicadores relacionados a economia de Anapurus, a agropecuária ocupa lugar de destaque (gráfico 11). Certamente isso ocorre muito em função da atividade da sojicultura fortemente presente na composição do Produto Interno Bruto (PIB) local.

Gráfico 11 – Composição do Produto Interno Bruto em Anapurus (2011) segundo os setores da economia



Fonte: IBGE/2010 – Org.: MIRANDA, A.

É ascendente a parcela referente ao valor adicionado bruto da agropecuária na composição do PIB municipal ao longo da última década. Significa dizer que aumentou a participação do setor primário no PIB local. Enquanto em 2001 o valor adicionado bruto da agropecuária no município foi de aproximadamente 6.000 mil, em 2008 este valor pula para quase 50.000 mil. É justamente o período no qual se expande a monocultura da soja no município. Em 2001 (gráfico 12) este setor era o segundo em participação do PIB, já em 2008 (gráfico 13) o mesmo ocupou o primeiro lugar nesta participação.

Gráfico 12 - Participação dos setores econômicos no PIB de Anapurus para o ano de 2001



Fonte: IBGE/2001 – Org.: MIRANDA, A.

Gráfico 13 - Participação dos setores econômicos no PIB de Anapurus para o ano de 2008



Fonte: IBGE/2008 – Org.: MIRANDA, A.

Se esta expansão se relaciona ao crescimento da participação do setor primário no PIB municipal, há ainda outras questões sociais, econômicas e ambientais a serem apontadas. Assim, apresentamos o posicionamento, a esse respeito, de alguns atores que consideramos fundamentais ao entendimento dessa questão.

Para o secretário de agricultura de Anapurus, quando perguntado sobre os principais benefícios que a produção de soja trouxe para a região, relatou que desde que mora em Anapurus, há oitos anos, “vi que deu uma crescida assim, deu uma movimentada na economia, principalmente na época das safras. Na época de preparação, até a colheita, geralmente seis meses, ajuda no aquecimento da economia local. E outra grande vantagem foi a questão da valorização das áreas. Antes, quando eles chegaram aqui, as áreas daqui valiam muito pouco, o preço das áreas era muito irrisório. Aí quando eles chegaram aqui, as chapadas aqui ninguém produzia nada, que iam mais pra região mais baixo e tal, aí quando eles começaram a produzir na chapada, aí as áreas começaram a valorizar mais, não só as áreas rurais, mas também as áreas urbanas. Então a questão da valorização das áreas, o aquecimento da economia melhorou muito, não vamos dizer que ta cem por cento, porque todo progresso tem seu preço. Então, com relação a isso aí, a questão da valorização das coisas melhorou muito.”

Para o representante da Associação dos Produtores de Soja do Meio Norte (APROSOJA/MN), os benefícios são muitos, relatando que “a cadeia produtiva que envolve a soja é muito grande. Gera dinheiro no desenvolvimento da semente, na compra da terra, na produção em si, na venda, na exportação, no transporte, nos produtos, na grana que circula no comércio local. Essa região aqui, o que era há dez, quinze anos? Viviam de quê? Praticamente não tinha nenhuma atividade que gerava dinheiro por aqui. Nossa atividade também permite acesso a tecnologia agrícola pra essa região, correção do solo, maquinários, fertilizantes, não só para a soja, mas que pode ser usado para o cultivo do arroz e do milho. Até mesmo o agricultor familiar passa a visualizar opções de tecnologia agrícola que ele poderia estar usando em sua pequena propriedade para aumentar sua produtividade. Também geramos oportunidades de trabalho, direta e indiretamente. Contribuímos também para a dinamização da economia local. A agricultura é o motor, a aptidão dessa região. O capital

movimentado aqui por nós vai pro comércio local, vai pra uma loja de eletrodoméstico, de fertilizante, de peças, vai também para as pequenas lojas que são relacionadas a nossa vida aqui, venda de carne, churrasarias, restaurantes, pizzarias e outros. Os bancos que também estão aqui são relacionados a agricultura. Outra coisa, a participação da Universidade Federal do Maranhão em Chapadinha. Os cursos que são ministrados lá, de uma forma ou de outra, todos são relacionados a agricultura, tem Agronomia, Zootecnia e Biologia. Então, entendemos sim que o desenvolvimento da soja aqui em Anapurus e nessa região em geral, trouxe benefícios sim.”

Na percepção do presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o que tem de “positivo é [...] o crescimento da cidade. Porque traz muita gente de fora né. O crescimento urbano, econômico.”

Por sua vez, uma representante do principal movimento social que atua na região, o Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba, é mais cética quanto aos benefícios, ela relata que “se fala muito do crescimento da cidade, do crescimento da economia, mas nós achamos que isso é muito relativo. Não é uma verdade absoluta.”

Observamos que as principais consequências positivas desta expansão apontadas por nossos entrevistados se relaciona ao crescimento urbano e econômico da cidade. Há ainda um outro elemento comumente identificado como sendo positivo neste contexto: a arrecadação de impostos gerados pela exportação da soja para outros países.

Entretanto este benefício não mais incrementa o crescimento econômico do estado. Isso porque entrou em vigor em 1996 a Lei Kandir, (lei complementar nº 87 de 1996) que dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal, nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS). A lei Kandir isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. O objetivo da lei é desonerar do ICMS os produtos (primários e industrializados semi-elaborados) e serviços exportados. Trata-se de um incentivo fiscal, um estímulo aos setores produtivos voltados à exportação.

A Lei Kandir causou perdas importantes na arrecadação de impostos estaduais, apesar do comprometimento do governo federal na compensação destas perdas. Para Holanda (2008, p. 34) mesmo assim o Maranhão recebe uma série de transferências de recursos federais derivadas desta compensação:

Tais transferências são compostas principalmente pelos recursos do Fundo de Participação dos Estados, do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e do Fundo de Desoneração Financeira relacionado às exportações de produtos básicos e semimanufaturados (**Lei Kandir**). (grifo nosso)

Tentando estabelecer o contraditório, vejamos os aspectos negativos apontados pelos mesmos entrevistados a respeito dessa questão. O secretário de agricultura relata que “Muita gente critica o desmatamento, ah, porque ta desmatando [...] ta matando tudo, mas [...] só se for a questão do desmatamento, a questão dos agrotóxicos também que usa, agrotóxico essas coisas. Mas tu sabe que pra produzir [...], pra ter produção precisa fazer esse tipo de risco. Então é uma situação que uma coisa não vai sem a outra.”

Para o representante da APROSOJA/MN não há, por exemplo, problemas de ordem fundiária e ambiental, ela relata que “aqui tem o cartório que registra todas as compras de terra na cidade. Em Anapurus não conhecemos problemas dessa ordem. Somos empresários, quem tem terra pra vender caso se interesse por uma proposta é feito conforme toda a legalidade. Quanto a questão de meio ambiente, usamos sim na produção os agrotóxicos, que são permitidos por lei, o IBAMA constantemente está por aqui, tem um escritório em Chapadinha (cidade vizinha). Quando se tem uma área para a plantação, prepara-se toda ela para tal. As espécies nativas não são derrubadas para o cultivo porque são protegidas por lei. ”

Já o presidente do sindicato local aponta diversos problemas no que se refere ao uso da mão de obra. Ele relata que os empresários de soja não cumprem um acordo coletivo feito na região. “Inclusive nós estamos fazendo um acordo, uma convenção coletiva, Baixo Parnaíba e Sul do Maranhão, só que essa convenção, [...] o ano passado eles não cumpriram nada. Tem uma empresa que está sendo multada pelo Ministério do Trabalho por não cumprir, a regra, toda empresa tem sua convenção de trabalhadores né. Eles tem que contratar a mão de obra local e não estão contratando a mão de obra local. Não respeitam a lei que fala das cotas, por exemplo, não contratam as pessoas com deficiência, não tem um funcionário deficiente. E, como o ministério do trabalho apertou um pouco agora eles queriam contratar e aí nós não aceitamos. As rescisões de contrato, eu não assinei as rescisão do contrato de 4 pessoas

porque eles não trouxeram uma prova, porque na documentação deles, na carteira do trabalhador tava lá que ele tavam (sic) recebendo a contribuição sindical [...] isso tava na carteira e na homologação do contrato, mas no sistema não aparece, aí isso é pra garantir o direitos dos próprios trabalhadores”. O mesmo denuncia que “Ta acontecendo que os produtores de soja, porque essa contribuição não ta no sistema, e ta la no documento, da rescisão do contrato pra mim assinar como se tivesse repassado tudo. É ilegal.”

O entrevistado aproveita para propor uma alternativa de melhoria para Anapurus e região. “Olha, uma alternativa aqui para a região é a agricultura familiar, depende de um investimento né. Até mesmo os produtores de soja, se eles investissem, porque todos eles têm que cumprir um lado social, que eles investissem também na agricultura familiar, porque hoje a roça no toco não dá mais, muitas pessoas querem usar uma ferramenta, um trator, mas os tratores são deles. A vocação forte da nossa região é a agricultura familiar. Era bom pros dois lados, tanto pro avanço da soja quanto da agricultura familiar”.

Já no entendimento do FDBP, a crítica refere-se há “uma questão de direitos humanos e ambientais. Pressão na questão da compra da terra e desrespeito ao meio ambiente e desmatamento. A gente tem tentado unir as comunidades pra resistir a expansão da forma como ta acontecendo aqui”.

Destacamos aqui, um consenso identificado na fala de dois entrevistados. Tanto para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais quanto para o representante da APROSOJA/MN, o agricultor familiar poderia ter maior produtividade e lucrar mais se houvesse um maior uso de técnicas modernas na lavoura. Dessa forma, entendemos ser aqui um ponto de entendimento entre os dois lados que certamente ainda dependente de um gerenciamento público ou mesmo entre as próprias entidades.

Devemos admitir que a agricultura é uma atividade econômica fundamental e que influencia bastante na caracterização econômica, social e ambiental do espaço rural. Naturalmente que ela não pode ser entendida e aplicada como única fonte geradora de desenvolvimento para os municípios interioranos do Brasil, apesar da forte vocação de grande parte destes lugares.

Conforme nos alertam Kageyama e Rehdler (1993) as melhorias das condições de vida da população rural não estão associadas necessariamente a maiores índices de modernização agrícola (medido por indicadores relativos a

base técnica da produção agrícola). Corroboramos com Silva, (1997, p. 27) quando analisa os municípios com menos de 20 mil habitantes, a exemplo de Anapurus:

[...] mais de um quinto da população brasileira reside em municípios de menos de 20 mil habitantes; e aí se concentra a maioria da população rural brasileira e também da PEA agrícola com domicílio urbano. A falta de infra-estrutura social básica nesses locais onde as atividades giram em torno da agropecuária, transformaram esses povoados apenas num passo intermediário do êxodo em relação as nossas metrópoles.

O autor apresenta uma importante orientação acerca destes lugares, do ponto de vista de estratégias alternativas:

[...] é fundamental que também nessas pequenas e médias cidades do nosso interior se implemente a estratégia da criação de empregos não agrícolas, dotando-as de infra-estrutura adequada (luz, água, esgoto, saneamento básico, creches, escolas, hospitais, etc) e estimulando a instalação de agroindústrias visando aumentar o valor agregado da produção agropecuária local e evitando os conhecidos “passeios da safra”, que além de prejudicial ao país como um todo, drena a maior parte do excedente da renda agrícola das regiões interioranas.(SILVA,1997, p.27)

Assim, podemos afirmar que o país se vê diante de algumas opções. Pode continuar priorizando a expansão da moderna e rentável produção de *commodities*, sem a necessária contrapartida de coesão social, pois concentra a riqueza,ou optar por planejar, sob outras bases, a expansão produtiva, conforme indica Favareto (2010, p. 217):

[...] Toda a questão, portanto, reside em como fazer com que as regiões rurais possam transformar as novas vantagens comparativas, trazidas com os processos demográficos, sociais e econômicos mais recentes, em verdadeiras vantagens competitivas. Aí está o principal desafio do desenvolvimento rural: favorecer a introdução de inovações que possam tornar mais rápida a passagem para este novo padrão. [...]

Ora, um projeto de desenvolvimento para a microrregião de Chapadinha e para o município de Anapurus deve sim ser estabelecido a partir de suas aptidões locais e regionais, sejam estas aptidões produtivo-econômicas e socioespaciais. Uma atuação conjunta, e evidentemente contraditória é claro, de empresários, estado e sociedade pode caminhar e chegar a um equilíbrio de forças e interesses, apesar das enormes dificuldades de se estabelecer um projeto completo em sua totalidade, reconsideramos.

3.3 Uma nova fronteira agrícola capitalista: a expansão da soja em Anapurus entre 2001 e 2010

Neste subitem de nossa dissertação, apresentamos um debate que tem como objetivo compreender o avanço da fronteira agrícola da soja no leste maranhense, destacadamente no município de Anapurus. Como abordamos no item 2.2 (A evolução da modernização da agricultura no Brasil), a ocupação de novas áreas de fronteira agrícola é um dos impactos decorrentes da modernização. Sendo assim, entendemos ser relevante o entendimento da idéia de fronteira na compreensão da dinâmica da expansão da soja no leste maranhense.

A fronteira agrícola é tema de relevante importância no estudo do processo de inserção de parcelas do território brasileiro na globalização (SILVA, 2007). Seu campo de análise teórico-metodológica é bastante amplo, perpassando, por exemplo, pelas abordagens sociológica e geográfica. Na primeira abordagem, Martins (1996, p. 27) esclarece o que define a fronteira no Brasil:

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. [...] nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si. [...] como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres de outro.

Assim, a fronteira deixaria de ser como tal somente "quando houvesse uma assimilação das diversidades e pluralidades presentes na fronteira". (Silva, 1998, p. 131), o que nos parece ausente nas principais áreas onde este processo se instala no Brasil. Em nosso estudo, enquanto direcionamento teórico-metodológico, optamos como proposta de entendimento pela construção da fronteira agrícola capitalista a partir do conceito de território no que Santos (2007) propõe como sistema espacial de ações e de objetos.

Interessa-nos aqui, a discussão de fronteira enquanto processo específico de apropriação do espaço por atividades agropecuárias. Sabemos que a história da formação do território brasileiro é marcada pela expansão do processo produtivo, mediante a incorporação de novas áreas ao processo de

produção. Dessa forma, a partir do período colonial aos dias atuais, certamente que a expansão territorial se deu por diferentes maneiras e com características específicas, dando ao espaço novas modalidades de ocupação, produção, uso e apropriação do solo.

Obviamente, não poderíamos nos abster das contribuições desenvolvidas por Martins (1997) e Silva, (2000) acerca da questão aqui discutida. Assim, a frente pioneira, na idéia apontada pelo primeiro autor, registrou um processo fundamental no que se refere a expansão espacial do sistema capitalista no Brasil, tratando-se assim da implantação dos paradigmas do capital no campo. Esta frente, portanto, possui como aspectos peculiares o acelerado crescimento da população além da rápida expansão das áreas de cultivo, vinculando-se diretamente a um sistema de transporte.

Para Martins (1997, p. 158), a categoria pode ser distinguida a partir de uma subdivisão, uma fronteira demográfica e uma fronteira econômica, além das frentes entre elas:

Entre a fronteira demográfica e fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agente da economia capitalista [...].

Destacamos também, os apontamentos definidos por Silva, (1981, p. 118) ao qualificar o conceito de fronteira no que ele chama de diferentes planos, sejam eles:

No plano social, [...] a fronteira representa uma orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. [...] Quando a fronteira se “fecha”, passa a haver uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios, muitos sem direção definida [...] No plano econômico, a fronteira era uma espécie de “armazém regulador” dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos pela população urbana [...] havia um suprimento do mercado nacional através escoamento dos “excedentes” da pequena produção, funcionando como estabilizador dos preços. Quando, entretanto, a fronteira se “fecha”, esse efeito de amortecimento tem de ser buscado na importação desses gêneros alimentícios e no tabelamento dos seus preços. No plano político, a fronteira tem sido a “válvula de escape” das tensões sociais no campo. [...] Quando a fronteira se “fecha”, acaba se tornando, ela mesma, uma região de conflitos pela posse da terra [...].

Constituintes deste cenário, notadamente, as culturas destinadas a exportação, como a soja, são determinantes na exploração das áreas de fronteiras. Por isso, lembramos a importância de entender a dinâmica de incorporação dessas novas áreas enquanto estratégia de valorização capitalista, a partir da acumulação de capital, naturalmente. Wettstein (1997, p.159), qualifica nosso entendimento ao tratar da incorporação destas áreas enquanto terras aptas ao sistema dominante vigente na sociedade atual.

As terras aptas – por serem férteis, planas, bem irrigadas, com população suficiente e estrategicamente situadas – serão incluídas no novo grande modelo econômico do capitalismo internacional. Sejam quais forem os donos, essas terras serão inexoravelmente incorporadas por simples “atualização histórica”.

Ferreira, (2008a, p. 35-36), em sua tese de doutorado, referente ao contexto de expansão da soja no sul maranhense, outra área identificada como sendo de fronteira agrícola no estado, aponta como as relações capitalistas atuam na transformação do mundo rural:

[...] o domínio das relações capitalistas após ter se instalado no fazer do mundo urbano, levando consigo o poder das transformações sócio-espaciais, na atualidade inclui o mundo rural, inserindo-o na dinâmica da forma de produção capitalista global, tendo sua área permanentemente expandida através do incremento das modernas técnicas agrícolas. Tem-se, assim a dinamização da fronteira agrícola do sul maranhense, através da integração daquela área à economia global por meio da agricultura capitalista ali instalada, a qual incorpora o território antes utilizado em atividades econômicas diversas, levando assim a um redimensionamento do seu desenho espacial anterior.

Assim como esta fronteira capitalista dinamiza a área ela também interfere decisivamente no acesso a posse da terra. Além disso, a mesma expropria aqueles que nela habitam substituindo-os por grandes empresas nacionais e transnacionais que passam a ditar as atividades capitalistas ali estabelecidas, causando implicações sociais, econômicas e espaciais junto à população local (FERREIRA, 2008a).

Para Silva, (2010) a fronteira envolve um ordenamento territorial com várias dimensões. A idéia central é que a fronteira revela um ordenamento territorial, cuja síntese teórica envolve as dimensões política, econômica, antropológica, sociológica, cultural e simbólica. A fronteira agrícola capitalista se

refere a um processo de integração de um espaço geográfico à economia nacional e global, por meio da expansão territorial da agricultura.

Certamente, a expansão da atividade agrícola provoca num espaço geográfico, entendido aqui como território, um contexto de implicações que vão desde mudanças no espaço físico e na dinâmica produtiva, a alterações de cunho sociocultural. Nas proposições de Fernandes (2008, p. 296), são as conflitualidades presentes na disputa por territórios:

Pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto foram territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas.

Numa abordagem da Geografia, da qual corroboramos, a fronteira é caracterizada conforme um fluxo, uma rede de relações de produção, informação e capitais. Do ponto de vista geográfico, a fronteira expressa, em linhas gerais, expansão agrícola em área, concentração fundiária, transformação das relações de produção (êxodo rural e emergência de um exército de bóias-frias) e conflitos fundiários; modernização da base técnico-produtiva, implantação da rede de fixos (armazéns, indústrias, latifúndios, centros de pesquisa, bancos, cidades, empresas, distribuidoras, portos etc.) e de fluxos de informação, capitais, mercadorias e mão-de-obra, integração espacial em diversas escalas geográficas, extensão da fronteira urbano-industrial de um país, desterritorialização e marginalização de grupos sociais e/ou lugares (SILVA, 2007, p. 292).

Para Brum (1993, p.47), há dois entendimentos para a conceituação de fronteira agrícola, sendo que uma delas entendemos e concordamos que se constitui a brasileira e, por conseguinte, a maranhense:

Nós distinguimos duas definições de fronteira agrícola. Em primeiro lugar, a fronteira agrícola geográfica, a qual diz respeito aos limites geográficos (dentro de uma visão de crescimento horizontal da produção) para a expansão de uma cultura agrícola. É o conceito que nós utilizamos para situar o caso da marcha da soja do sul para as regiões centrais (Cerrado) do Brasil. Em segundo lugar, a fronteira por intensificação. Em outras palavras, os limites de aumento de uma produção agrícola pelo aumento de sua produtividade (dentro de uma visão de crescimento vertical da produção). No caso da soja no Brasil, nós estamos ainda longe de atingirmos os limites da fronteira agrícola por intensificação.

Diante do exposto, e conforme a orientação teórica aqui apresentada por nossos autores, tentaremos mostrar, a título de delimitação de nosso estudo, o processo de ampliação da fronteira produtivista-econômica no cerrado da microrregião de Chapadinha, leste do estado do Maranhão, a partir do processo em curso no município de Anapurus.

Pedimos licença para inserir o entendimento construído por Ferreira, (2008a) acerca da dinâmica ocorrida na fronteira agrícola do sul maranhense, para que possamos estabelecer uma associação deste contexto ao que ora perpassa em Anapurus. Para a autora, a atualidade desta fronteira retrata a realidade na qual a mundialização econômica incorpora os mais longínquos lugares, lugares estes selecionados pelo capital e voltados, naturalmente, para o mercado global de onde resultam mudanças espaciais.

Isso, assim como a autora aponta em relação ao sul do Maranhão, nos leva também a entender que a microrregião de Chapadinha, em especial o município de Anapurus, diante dos elementos que ali se manifestam, em relação ao sistema produtivo da soja, é sim um exemplo do avanço da fronteira da agricultura produtora de grãos no cerrado brasileiro.

Naturalmente que no Maranhão, a ocorrência deste processo expansivo não é isolado ou independente do contexto nacional e global. O sul, o oeste e o leste do Estado, são caracterizados como recentes áreas de expansão de fronteira a partir da expansão territorial da agricultura. Assim portanto, a acelerada e recente expansão produtiva da cultura da soja no leste do estado fez com que essa área fosse identificada tanto pelos estudos acadêmicos quanto certamente pela imprensa como uma nova fronteira agrícola no Brasil.

Conforme destaca Holanda (2008, p. 13), “ao final da década de 1980 tem lugar o avanço de um segundo pólo de agricultura graneleira mecanizada, na região leste do estado (nas microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba).” Esta expansão, reiteramos, é recente.

Ela é fruto da ação de meados da década de 1980, quando o Governo brasileiro implementou programas para a ocupação produtiva dos cerrados, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que apoiou com base em crédito subsidiado e assistência técnica os agricultores que aí se instalaram.

O agronegócio ou *agribusiness* da soja nesta microrregião do Maranhão, entendemos assim, representa o que Silva, (2010, p.157-158) coloca como entendimento dos campos de batalha presentes nesta dinâmica:

O *agribusiness* ou agronegócio é apenas um agregado, uma definição operacional de um conjunto de atividades inter-relacionadas. A noção foi concebida por um professor de *marketing* para ressaltar a convergência dos interesses comuns em torno das diferentes cadeias produtivas que em geral levam o nome do produto agrícola que está na sua origem como matéria-prima. Não faz, portanto, nenhum sentido excluir previamente um determinado ator social que esteja envolvido nestas cadeias produtivas, como é o caso da agricultura familiar. Este autor está convencido de que o resultado é uma tentativa maniqueísta, em curso no país, de demonizar o agronegócio, e poderá levar ao isolamento completo – do ponto de vista político e social – do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Isto evidentemente trará prejuízos para todos os que apostam na peculiar reforma agrária brasileira via assentamentos como uma dinâmica inclusiva que reintegra, no dia a dia, os excluídos pela política de modernização conservadora vigente no país há décadas.

E complementa ainda, acerca dos interesses envolvidos:

É importante destacar tanto na noção de *agribusiness* como na dos complexos agroindustriais que eles são os resultados de um processo histórico específico que define a sua conformação a partir de um duplo movimento: de dentro, pela ação das forças sociais, econômicas e políticas dos agentes que o integram; e, de fora, pela ação do Estado, por meio das políticas públicas e de suas agências, ao estabelecer relações particulares com os agentes anteriormente mencionados. Os complexos se tornam assim uma “orquestração de interesses” em torno de uma cadeia produtiva determinada qualquer; e o seu agregado, o *agribusiness*, uma aliança em torno dos interesses setoriais da agricultura com os distintos ramos da agroindústria a montante e a jusante. (SILVA, 2010, p. 58)

Estendemos esta análise a expansão da soja no leste maranhense. Os grupos envolvidos, vão desde o poder público, a associação dos produtores de soja, os movimentos sociais, a exemplo do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba, entidade que congrega diversos atores de enfrentamento a esta expansão da soja.

O agronegócio da soja no Maranhão é setor de destaque no planejamento governamental, além de outros como transportes e energia. Conforme Ferreira, (2008b, p. 232), o Planejamento Plurianual (PPA) estadual deve, a partir de seus setores econômicos, buscar o desenvolvimento da qualidade de vida da população e do estado como um todo:

[...] pode-se inferir certamente que o Maranhão certamente ampliará a sua posição [...], quanto a exportação de *commodities* (destaque aqui para a soja em grãos). Para tanto, o governo estadual deve buscar a melhoria da qualidade de vida de toda a sua população sob pena de inserir-se até 2020 em um dos três cenários indicados: o primeiro é vôo do guará-líder que resultará do “dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida da população, com aumento e diversificação da indústria”. O segundo é o ritmo do jurará que implicará em “moderado crescimento da economia, combinado com persistência da pobreza e baixos indicadores sociais”. O terceiro é a maldição do cazumbá que significará “baixo crescimento da economia e permanência da pobreza e desigualdades sociais, com estagnação da indústria e limitação da agregação de valor e fragmentação dos elos das cadeias produtivas”.

Essas mudanças nas fronteiras agrícolas do Maranhão já modificaram a paisagem da região, que, antes circundadas por grandes matagais, hoje são exploradas por extensos campos de soja à beira de rodovias, como a BR-222. Destacamos nossa concordância com o que diz Malerba (2009, p. 39) ao afirmar que:

[...] o complexo de produção da soja, que compreende não apenas os imensos campos de cultivo, mas os silos e galpões de estoque de agrotóxicos, plantas de esmagamento, processamento e laboratórios de experimentação, portos, estradas e ferrovias para o escoamento da produção, vem, claramente, reorganizando os territórios onde se instala.

Segundo o secretário geral da Associação dos Produtores de Soja do Meio Norte (APROSOJA/MN), em pelo menos 60 mil hectares na região já há algum tipo de cultivo de soja e ainda há, pelo menos, 35.000 hectares em condições de serem explorados nos próximos anos.

Voltando a Ferreira, (2010, p. 5-6), a autora apresenta uma afirmação acerca deste processo, que entendemos perfeitamente, guardadas as especificidades de cada dinâmica, pode ser estendida ao que acontece em nossa área de pesquisa.

A inserção da agricultura moderna no sul do Maranhão, comandada pelos sulistas a partir da década de 1980, se reflete numa nova (re) organização do espaço da produção agrícola e, conseqüentemente no aumento da população urbana, em detrimento do esvaziamento rural de algumas cidades da região, [...] a origem dessas novas fronteiras agrícolas destinava-se, a *priori*, ao uso de recursos peculiares dessas áreas, com a finalidade quase que exclusiva ao mercado externo.

Parece óbvio ressaltar que sim, a expansão da fronteira agrícola desempenhou papel relevante na modernização da agricultura na região de

Anapurus. Para isto, também interveio o Estado, através de políticas públicas, atuando no espaço de forma a criar ou reordenar territórios.

O caso do PRODECER, conforme destacamos no subitem anterior, representa esta reestruturação territorial. Num cenário até então marcado por antigos e tradicionais produtos cultivados como o arroz e a mandioca, bases da subsistência, foram sendo substituídos e perdendo espaço para outros mais rentáveis, como a soja em especial, obviamente de elevada competitividade. Naturalmente, como identificamos, a expansão capitalista no campo implicou impactos socioespaciais e produtivo-econômicos que se estabeleceram por todos os lugares onde o capital se apoderou do espaço. É nesse aspecto que o cerrado é tido como novo “eldorado” da soja, capaz de abrigar um processo de modernização agrícola sem precedentes e limitações.

Sendo assim, como espaço de reprodução capitalista que privilegia grupos específicos ligados as atividades que giram em torno do agronegócio, as transformações foram sentidas na economia da cidade de Anapurus. Para o representante dos comerciantes do município, trata-se de mais “um fator que ajuda nas vendas, incrementando o dinamismo do comércio local”.

Buscando, como aspecto fundamental neste estudo, construir elementos de análise referente às repercussões socioespaciais e produtivo-econômicas relacionadas ao avanço da fronteira agrícola, podemos destacar, pelo menos dois efeitos bastante perceptivos, do ponto de vista socioespacial e econômico:

- ✓ o crescimento expressivo das atividades econômicas ligadas direta ou indiretamente ao agronegócio da soja, o que também dinamiza a economia local;
- ✓ por outro lado, esta dinâmica de adequação do cerrado à soja, sem precedentes no país, destinado prioritariamente às demandas do mercado internacional de *commodities*, causou aos pequenos agricultores consideráveis dificuldades em como manter suas pequenas propriedades frente ao acelerado e avassalador avanço deste moderno processo produtivo que ora se instala em Anapurus e região.

Ressaltamos ainda que as demandas econômicas vinculadas ao processo produtivo da soja geram, certamente, grandes rendas. A questão é que, via de regra, esta riqueza fica concentradas nas mãos de produtores, prestadores de serviços e mão de obra especializada.

Destacamos que há na região a resistência de grupos sociais atingidos por esta fronteira capitalista. Nessa linha, referente ao processo de integração socioeconômico e cultural entre grupos tradicionais das áreas ocupadas pelos grandes proprietários que se instalam nas áreas de fronteira. É interessante anotarmos que percebemos sim alguns contrastes econômicos e sócio-espaciais entre as populações tradicionais locais e os agentes das novas formas produtivas que se estabelecem, contribuindo assim para uma reestruturação desses espaços.

Nesta apreensão, ressaltamos que mesmo diante da poderosa e organizada atuação do capital nesta expansão da fronteira em áreas ainda desprovidas de dinamismo econômico e de efetiva atenção pública, periféricas sem dúvida, onde se enquadra o leste maranhense, a resistência de grupos sociais preexistentes, quanto à questões fundiárias e ambientais, por exemplo, é bastante significativa. Destacamos aqui a constituição do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba, movimento importante que congrega diversos grupos sociais e intelectuais ligados ao leste maranhense, como a nossa cidade em estudo. A ação do movimento ocorre principalmente na mobilização das comunidades de bases tradicionais no sentido da manutenção de seus direitos relacionados a terra nas áreas onde estão as fazendas de soja além da atuação conjunta com as instituições públicas com objetivo de garantia de direitos a exemplo da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e do Ministério Público.

Ferreira, (2008a, p. 115) entende que os grandes problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais (falta de acesso à propriedade da terra, baixa produtividade agrícola, dentre outros) “redundaram na não elevação da sua qualidade de vida, deixaram de ser solucionados, na medida em que as desigualdades regionais se acentuaram.” E complementa (p. 188) ao dizer que, dessa forma, as atividades agrícolas modernas “têm o poder de comando da vida econômica e social das cidades, tendo como repercussão a organização das cidades conforme a sua área rural, na medida em que cada tipo de produto cultivado possui necessidades específicas em momentos determinados.”

Corroboramos com Carneiro (2008, p. 143) quando apresenta, dentre muitas outras, as seguintes características deste processo:

A produção sojícola no Maranhão continua a se expandir a passos largos. Além da expansão horizontal, começam a aparecer processos de verticalização dessa cadeia produtiva, com a implantação (ABC Inco) e o anúncio de investimentos em unidades de processamento de soja (PRIO, AGENCO). Os elementos constitutivos dessa expansão não possuem mistério e são anunciados aos quatro cantos por empresários e gestores públicos: a excelente infra-estrutura para o escoamento da produção de grãos, o local privilegiado do Porto de Itaqui e o preço da terra, relativamente barato quando comparado ao de outras regiões produtoras. [...] outras três dimensões constitutivas do avanço da sojicultura [...]: a) o agravamento da concentração fundiária; b) a ocorrência de impactos ambientais sérios e; c) o aumento da concentração de renda.

Entendemos assim, que as repercussões produtivas, econômicas e socioespaciais que decorrem deste processo na região de Anapurus representam, portanto, a constituição de uma nova área de fronteira agrícola capitalista no cerrado maranhense. As conflitualidades existentes entre grupos empresariais, movimentos sociais, sindicatos, governo municipal, etc., são inerentes nesta dinâmica. Concluímos por ora nossa reflexão, comungando do entendimento de Bacelar (2008, não paginado) quando diz que há lugares que interessam mais a globalização do que outros:

Há uma literatura sobre a globalização meio fatalista: que a vê como um processo irrevogável ao qual temos de nos subordinar. Gosto da reflexão de que a globalização é um processo contraditório. Há lugares que interessam mais aos agentes globais do que outros, e cada um se insere a partir de seu projeto. Há possibilidade de distintas resultantes. A globalização, como é desigual, contraditória, não tem resultante predeterminada, depende de como nos inserimos no processo. Portanto, há espaço para as iniciativas nacionais e regionais.

Parece-nos assim que os espaços da região de Anapurus, como tantos outros no Brasil, atualmente interessam muito ao capital, seja este nacional ou mesmo mundial. E isto se concretiza na transformação deste lugar em destacada área de produção e modernização agrícola, com seus diferentes impactos, certamente. Assim, destacamos que se apresenta na região de Anapurus uma modernização da base técnico-produtiva, com expressivo aumento das áreas de lavoura e ascendente evolução dos índices de produção e produtividade agrícola regional. Assim também, na região há ainda um grande potencial de terras aptas ao desenvolvimento do grão em condições de serem explorados por pelo menos os próximos 10 anos, constituindo cada vez mais numa fronteira agrícola no território maranhense.

4. A IDENTIDADE TERRITORIAL EM ANAPURUS: entre Baixo Parnaíba Maranhense e Chapadinha

4.1 Situando a questão (Contexto político-administrativo)

Como adiantamos no início deste trabalho, do ponto de vista dos elementos do quadro natural, especialmente da Bacia Hidrográfica que banha os municípios da Microrregião de Chapadinha, seria mais adequado identificar o município de Anapurus como sendo da Bacia do rio Munim (mapa 6), e não como sendo do Baixo Parnaíba.

Isso porque o riacho Estrela, que banha o município de Anapurus é afluente do rio Preto e ambos compõem a bacia hidrográfica do Munim. Este mesmo rio, e outros que compõem a Bacia do rio Munim, tem sido usados para captação de água para aproveitamento no processo do monocultivo da soja.

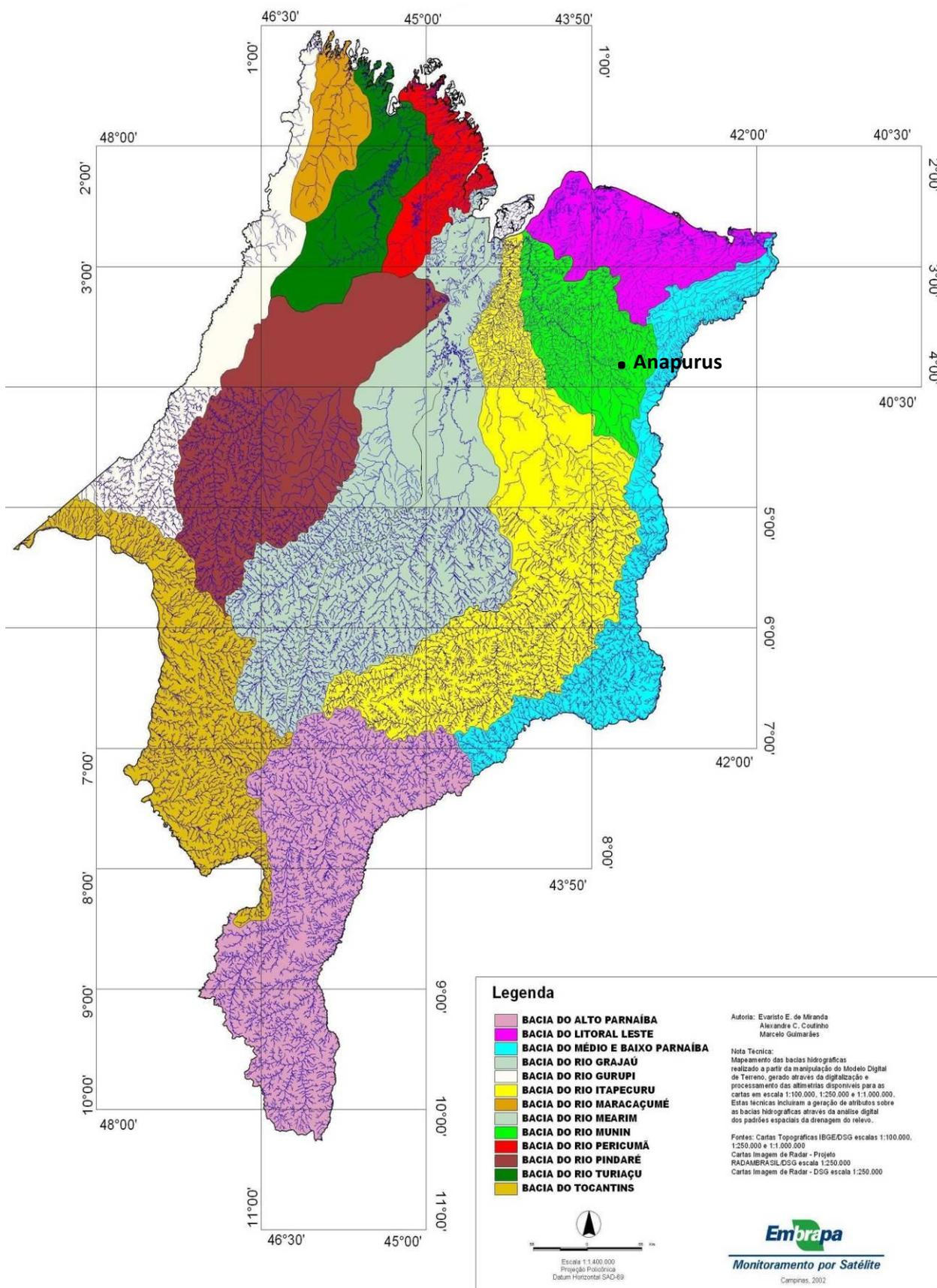
Para termos uma ideia dessa “complexa identificação”, a Universidade Federal do Maranhão com campus sediado no município de Chapadinha (que, diferente de Anapurus, é notoriamente Médio Munim) é comumente chamada na região de a universidade do Baixo Parnaíba, a exemplo da faculdade CRESU, também conhecida como Faculdade do Baixo Parnaíba (Foto 1), esta de caráter particular.

Foto 1: Fachada da Faculdade do Baixo Parnaíba em Chapadinha-MA



Fonte: GUIMARÃES, A. 2012

Mapa 6: Localização das bacias hidrográficas do Maranhão



Fonte: EMBRAPA – Org.: BRITO, Gledson.

Nos Anos 1980 e 1990, Anapurus teve um representante na Assembléia Legislativa do Maranhão, deputado Júlio Monteles, que ficou popularmente conhecido como o “Guerreiro do Baixo Parnaíba”. De fato, afirmamos aqui, há sim uma identificação e mesmo um orgulho dos moradores do município como sendo integrante da região do Baixo Parnaíba, o que, pelo menos do ponto de vista das divisões regionais estaduais e federais (IBGE), entendemos ser um equívoco. Isso porque em todas as diferentes divisões regionais do Maranhão sempre o município de Anapurus se relaciona a região de Chapadinha, jamais à divisão político-regional do Baixo Parnaíba.

Conforme nos dizem Feitosa e Trovão (2006), a primeira divisão regional do estado do Maranhão, baseada em fundamentos técnicos relacionados ao planejamento do desenvolvimento foi elaborada por Leal (1970), para a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA. Esta priorizou o quadro natural do Estado, sendo delimitadas 7 (sete) regiões ecológicas com as respectivas características fisiográficas e socioeconômicas, sejam elas: Litoral, Baixada, Cocais, Cerrado, Chapadões, Planaltos e Pré-Amazônia.

Em nível federal, o IBGE (1970) dividiu o Brasil em macrorregiões, mesorregiões e microrregiões. Quanto ao Estado do Maranhão, o mesmo foi dividido em 5 mesorregiões e 21 microrregiões geográficas. As mesorregiões são: Norte Maranhense, Sul Maranhense, Leste Maranhense, Oeste Maranhense e Centro Maranhense. A mais recente divisão do território maranhense, com critério técnico, foi realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, considerando a metodologia dos domínios geoambientais, o território maranhense foi dividido em 9 Regiões Ecológicas e 31 sub-regiões (FEITOSA e TROVÃO, 2006). Segundo o IMESC (2010, p. 9) atualmente há uma nova regionalização no estado do Maranhão, de caráter estadual baseado em regiões de planejamento:

O Governo do Estado do Maranhão, com a Lei Complementar N.º 108 de 21 de novembro de 2007, cria a nova regionalização com a divisão do Estado em 32 regiões de planejamento. A desconcentração da estrutura administrativa e a implementação do planejamento descentralizado tem como objetivo o desenvolvimento sustentável das regiões, por meio do fortalecimento dos municípios e da parceria com a sociedade civil organizada.

A intenção da lei citada, sob o ponto de vista da implementação de políticas públicas, foi torná-las mais efetivas e concretas, sustentada na relação

Estado – Território. Além disso, as políticas públicas seriam voltadas para a valorização do potencial das regiões, para a redução das desigualdades e para a melhoria da qualidade de vida da população maranhense.

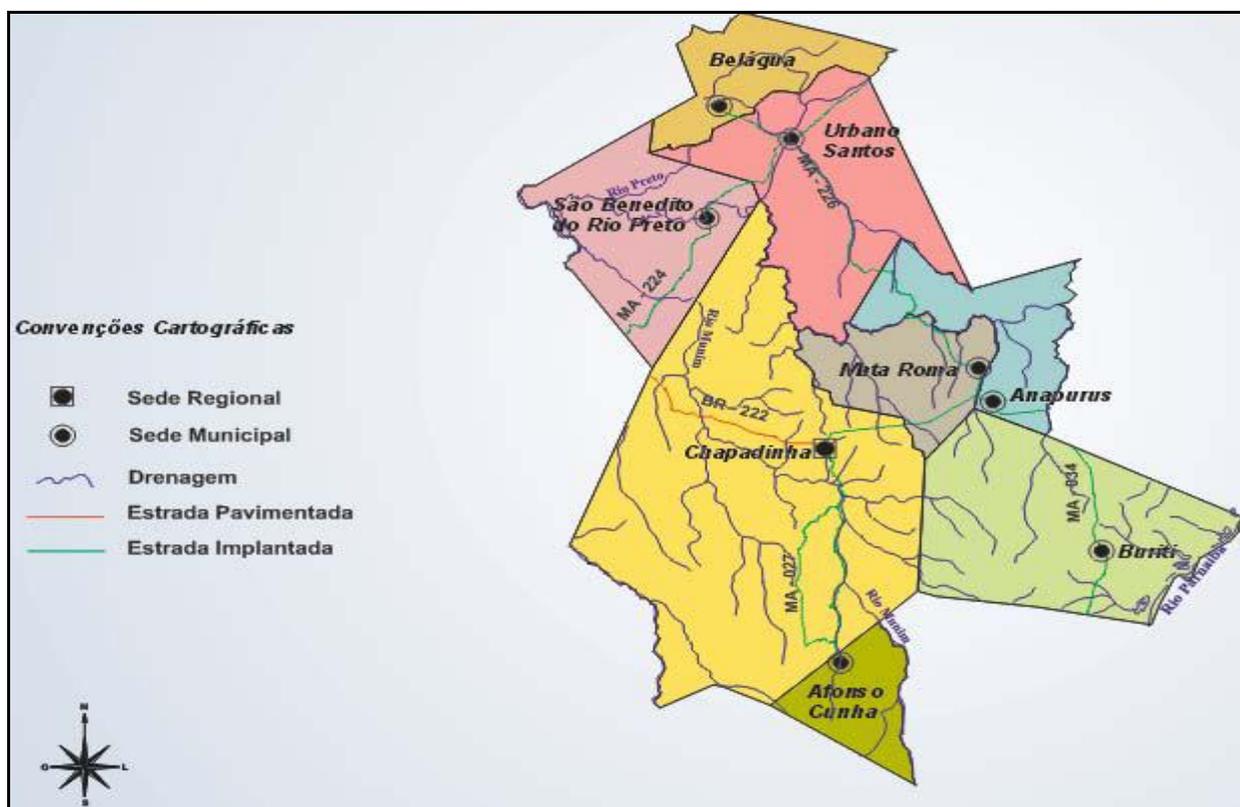
Cabe aqui destacar que, ao observar o mapa da rede hidrográfica do Maranhão, podemos tecer duas considerações a este respeito:

a) Anapurus está muito mais geograficamente vinculada ao médio e alto curso do rio Munim, muito embora sua vinculação social e cultural seja fortemente arrastada para a região do Baixo Parnaíba;

b) o rio Estrela, principal fonte de água (abastecimento em geral) do município não deságua no rio Parnaíba, o que reforça nossa inquietude quanto à vinculação do município com as políticas públicas discutidas para o Baixo Parnaíba.

A Região do Alto Munim (mapa 7), relacionada à área de nossa pesquisa, é composta pelos municípios de Anapurus (destacado em azul no mapa), Afonso Cunha, Belágua, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos. Ou seja, reiteramos que Anapurus novamente é classificada pela divisão regional como integrante da região ligada ao Munim e a Chapadinha.

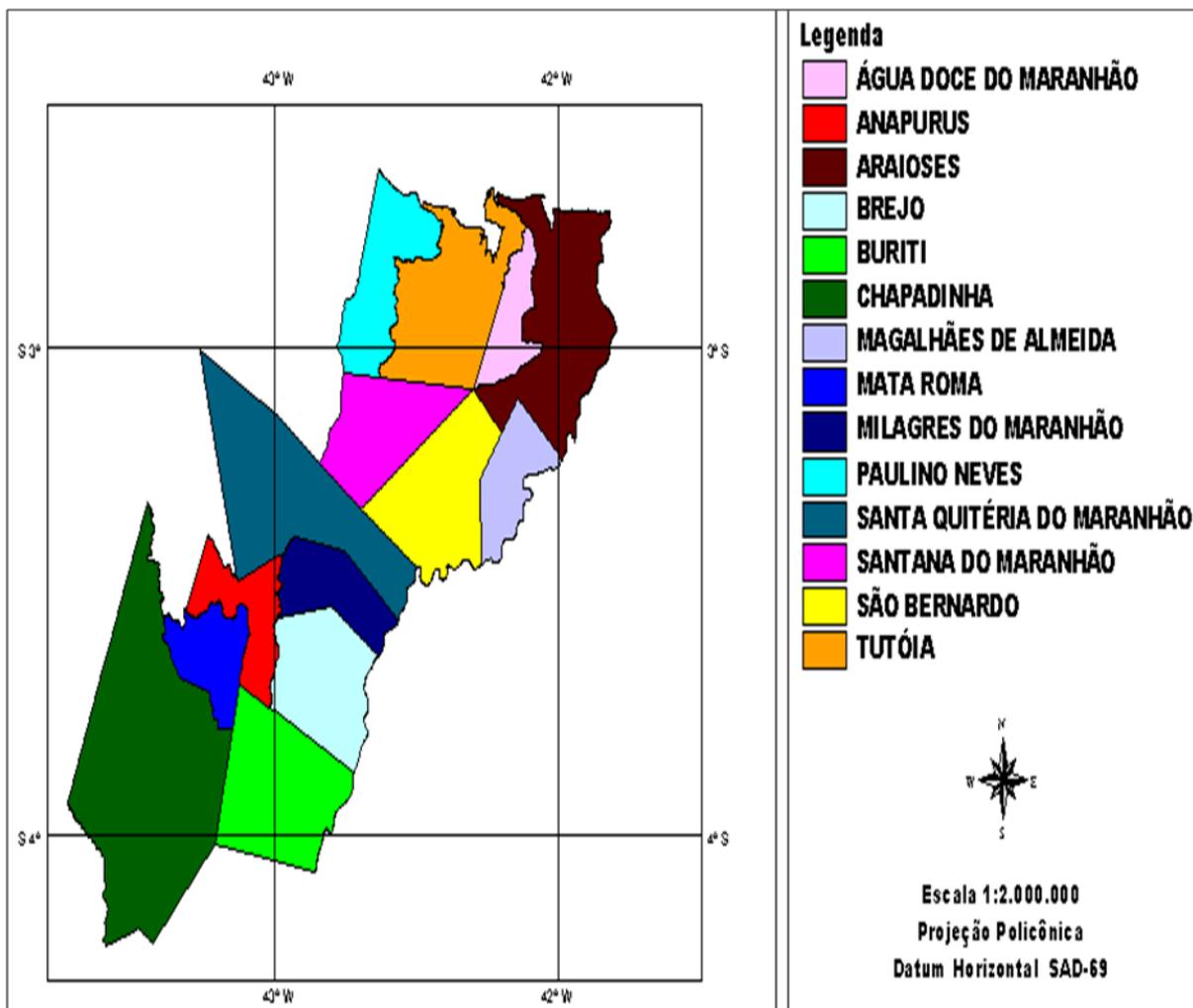
Mapa 7 – Municípios da região de planejamento do Alto Munim



Fonte: IMESC/2008 – Adaptação: BRITO, G.

Anapurus, portanto, relaciona-se em todas as formas de regionalização apresentadas, ao contexto da divisão político-administrativa e da caracterização do quadro natural da região de Chapadinha e Munim. Na divisão municipal organizada pela EMBRAPA (mapa 8), mais um exemplo da relação do município com a região de Chapadinha.

Mapa 8 – Divisão municipal: municípios da região de Chapadinha



Fonte: EMBRAPA/2000 – Adaptação: BRITO, G.

Portanto, em nenhuma organização regional Anapurus é colocada como integrante do Baixo Parnaíba. Ressaltamos ainda que segundo o IBGE (1970) o município de Anapurus sempre integrou a microrregião de Chapadinha e não a do Baixo Parnaíba Maranhense. Aliás, no próprio ato de sua criação, a legislação já classificou o município como sendo da região de Chapadinha. Sendo assim, porque então o município é conhecido como sendo do Baixo Parnaíba? Nos itens seguintes destacaremos algumas respostas.

4.2 A identidade regional de Anapurus na perspectiva geográfica

Nos estudos referentes à análise da categoria identidade, sabemos que a mesma é discutida a partir de diversos enfoques, dependendo principalmente da base teórica na qual ela é abordada. Para Chelotti (2010), a existência de inúmeras concepções é fruto da fragmentação do conhecimento, considerando que a categoria identidade é utilizada nos estudos da Psicologia, Antropologia, Sociologia, Filosofia, História e, mais recentemente na Geografia Humana.

Em nossa dissertação, fundamentamos nosso entendimento a partir da utilização do conceito de identidade territorial numa perspectiva geográfica. Isso porque entendemos que o espaço agrário, foco deste estudo, deve ser pensado para além da esfera econômica, incorporando novas dimensões interpretativas. Concordamos com Chelotti (2010, p.7) quando relata que “a identidade constitui um termo polissêmico, estando relacionado tanto ao indivíduo no âmbito pessoal, como também à relação do indivíduo com a coletividade.”

Partindo do pressuposto que a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial, investigamos as razões pelas quais a população de Anapurus se identifica como sendo do Baixo Parnaíba Maranhense e como este contexto se relaciona ao avanço da sojicultura no município.

Nesse caminho, acreditamos que o conceito de identidade empregado na Geografia é o de uma construção histórica dos “seus sujeitos na relação e interação espaço-temporal com a alteridade, com o Outro” (Haesbaert, 2001, p. 45).

Ora, se o município de Anapurus se identifica com uma região da qual não faz parte, podemos relacionar isso a um nível de inconsciente coletivo, tornando-se assim um “poder simbólico” que acaba forjando as identidades.

Bourdieu (2000) chama de “poder simbólico”, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Pode também se referir a um discurso político de uma identidade criada (forjada) ainda que se expresse em tempos e escalas geográficas diferentes e segundo as formas de organização político-territorial.

Portanto, podemos entender que a incorporação da dimensão simbólica no aspecto geográfico, tem possibilitado chegarmos a análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades. O desenvolvimento da cultura da soja em Anapurus além de mudar o espaço e a paisagem alterou relações de poder desde o financeiro, o político e o sociocultural, ou seja, as territorialidades também se transformaram.

Comungamos com Roca e Oliveira (2010) quando dizem que as paisagens são fundamentais para o reconhecimento das identidades territoriais. As suas características, tanto naturais como culturais, constituem-se como os ingredientes essenciais que emergem das formas de registro baseadas na observação.

Daí pode derivar e determinar o nosso sentido de lugar ou diferenciar territorialmente as nossas percepções e emoções, já que a paisagem cultural é a nossa autobiografia inconsciente, pois ela reflete de uma forma tangível, os nossos gostos, aspirações e temores. Ainda para os autores:

As qualidades ou características naturais e culturais associadas à paisagem podem informar-nos, tanto sobre eventuais ameaças que esta esteja a sofrer, como sobre as oportunidades que podem ser aproveitadas para a (re) afirmação dos elementos identitários dos lugares e regiões, tais como os contextos biofísico, sociocultural ou socioeconômico. Em suma, “a paisagem é o meio através do qual se constrói a identidade de um lugar [e]... é tanto uma representação (um ideal que revela sentido) como uma existência material (a realidade das condições vividas). (ROCA e OLIVEIRA, 2010, p. 1-2)

Nossos autores nos aproximam bastante de um entendimento da questão aqui discutida. Estes nos alertam, citando outros autores como Haesbaert (2004) e Harvey (2004), que as características únicas da paisagem e outras relacionadas com a identidade territorial vão desaparecendo a medida que os lugares e as regiões vão sendo de forma crescente, tanto econômica como culturalmente, afetadas por fenômenos de desterritorialização, reterritorialização e globalização, assim como pela radical transformação do espaço pelo tempo.

Sabemos que nas últimas décadas as preocupações sobre a questão da transformação da paisagem como componente da identidade territorial e da questão acerca do uso dos recursos naturais na era atual de globalização econômica e cultural têm merecido grande destaque e importância.

Ainda no tocante ao conceito de identidade territorial, a mesma é entendida como uma identidade social definida fundamentalmente através do território. Dessa forma, trata-se de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo-se assim parte fundamental dos processos de identificação social.

Para Haesbaert (2004, p. 17) “a identidade territorial é uma espécie de apropriação simbólica (mas também concreta) do espaço pelos que nele (dele) vivem. Dá uma ideia de pertencimento ao lugar”.

Ainda nesse entendimento, sabemos que os espaços diferenciam-se a partir de suas características materiais e imateriais, ou seja, os seus recursos biofísicos e humanos, relações sociais, modos de produção e a sua cultura. Sendo assim, a partir de relações específicas com homem *versus* meio, as sociedades historicamente construíram identidades territoriais próprias, com seus signos, símbolos e pertencimentos (CHELOTTI, 2010).

A partir disso, as identidades territoriais, entendemos assim, são determinadas pela especificidade de determinado espaço geográfico no que se refere, por exemplo, as características da sua paisagem e dos seus modos de vida.

Os símbolos, imagens e aspectos culturais são na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que para a população local materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes político-cultural, que na verdade são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção (Roca e Oliveira, 2010).

Assim também, concordamos com a perspectiva de que a diversidade de sentidos que pode atribuir-se à noção de identidade territorial e, conseqüentemente, a ambigüidade das interpretações acerca do seu significado pode contribuir para o desenvolvimento local e regional, além de ser uma forma das comunidades locais questionarem e marcar posição frente a abordagens do desenvolvimento local e regional do tipo “de cima para baixo”.

Para Carvalho [200-, p. 11] esta questão “encontra-se no âmbito das identidades sociais, [...] consideradas como sendo também identidades regionais, visto que se referem a uma escala específica de abrangência: a regional, que é por excelência de ordem geográfica”.

Silva, (2001, p. 103), ao se referir à ideia de região, relata que esta “fundamenta a sensação de pertencimento em um determinado grupo ou mesmo classe, de acordo com a especificidade da posição e dos campos onde se está situado”. Para Maluf (2011, p. 11), “É bem verdade que o homem situa-se sobre um determinado espaço (seja local, regional ou nacional) identificando-se ou não, lançando conceitos e construindo representações sobre ele.”.

Por sua vez, Claval (1999, p. 8), diante deste contexto, esclarece que “o território resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo, o território nasce então das estratégias de controle necessárias à vida social - uma outra maneira de dizer que ela exprime uma soberania”.

Aliás, esta consideração da dimensão territorial retrata um importante momento do uso dessa categoria na abordagem geográfica. Ela caminha por exemplo, no sentido de explicar como se dão as relações entre as pessoas em determinado lugar.

As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham. (CLAVAL, 1999, p. 11)

Neste caminho, o território torna-se elemento essencial, à medida que desperta em quem o habita condições conhecidas de interações e marcantes referências simbólicas. Ele constitui uma categoria fundamental de toda estrutura espacial vivida, a classe espacial. Como para todos os fenômenos de classe, as hierarquias existem: diz-se “nós” para o bairro, o vilarejo, a pequena região ou a nação, conforme o contexto no qual alguém se encontra ou o tipo de jogo ao qual se assiste (CLAVAL, 1999).

Certamente que, como todas as construções, elas podem ser colocadas em questão. Segundo nosso autor, há crises identitárias que provocam frequentemente uma modificação da relação com o espaço.

Ora, estaria Anapurus passando por uma crise identitária ou uma reafirmação de sua identidade frente a uma nova dinâmica econômica, considerando que, para isso, a maior parte das estruturas conhecidas da vida coletiva se traduz através de formas de territorialidade.

O entendimento apresentado por Moreira (2001, p. 27), quando diz que “A identidade surge da centralidade que emana do princípio da localização”, e que “O princípio da localização trabalha a favor da identidade” (p. 28), nos intriga ainda mais na compreensão deste contexto.

Ora, se a localização do município é geograficamente relacionada à Bacia do rio Munim e se na divisão municipal do Maranhão o mesmo integra a região de Chapadinha, porque então não se identifica como tal? Não apresentamos aqui uma resposta única, seria insuficiente, mas entendemos que esta questão também perpassa pela forte abrangência da região no processo de incorporação territorial da mesma pela monocultura da soja.

4.3 Soja e (re) valoração da identidade regional em Anapurus

Claro que não é pretensão deste trabalho esgotar o assunto, até porque é um tema que gera controvérsia diante de diversos enfoques (político, ambiental, social, agrário, dentre outros).

Nossa intenção é destacar como essa prática de reforço na identidade regional está fundamentada num movimento de resistência ao avanço do capital a partir da incorporação desta área pela atividade da soja, considerando a resistência por movimentos sociais presentes na região e atuante em Anapurus.

Diante disso, nosso interesse se volta para entender a identidade de uma população frente à sua região. Pois é nela que vivem e (re) produzem sua representação sobre o espaço e a sua sensação de pertencimento. É nesse sentido que buscamos analisar este processo de identidade regional, sua origem, relevância e eficiência na explicação empírica da realidade local de Anapurus.

A princípio orientamos nossa investigação pela seguinte hipótese: a associação de Anapurus ao contexto político-administrativo da região do Baixo Parnaíba Maranhense estaria relacionada pelo interesse político local e regional no sentido de obtenção de aportes de recursos públicos de programas e ações do governo estadual e principalmente do governo federal. Isto se explica, pois os municípios da região leste maranhense que são considerados como integrantes do Baixo Parnaíba são beneficiados por diversos programas federais de desenvolvimento a exemplo dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania.

No entanto, durante nossa pesquisa, percebemos que esta identificação com o Baixo Parnaíba, no caso específico do problema deste estudo, o contexto da soja, fundamenta-se no sentido da (re) valorização de uma identidade e de resistência organizada por movimentos sociais após demanda, naturalmente, das próprias comunidades locais. Estas, ao se sentirem ameaçadas pela atividade da soja referente à pressão por terras iniciaram importante mobilização escolhendo como bandeira de reivindicação o sentimento de pertencimento ao Baixo Parnaíba Maranhense já historicamente relacionado ao município.

Este sentimento de identificação e pertencimento ao espaço vivido demonstra certamente, a nosso ver, um processo de (re) construção e (re) valoração da identidade regional e territorial de Anapurus diante de um novo contexto econômico marcando a realidade social e cultural do município.

O entendimento da questão, nos parece, está numa abordagem eminentemente política e geográfica construída historicamente e que recentemente vem sendo revalorizada a partir de uma mobilização social contra o avanço de uma voraz atividade agrícola capitalista.

Buscando uma compreensão deste contexto, corroboramos com o entendimento proposto por Carvalho [200-, p. 13] ao dizer da inclusão de elementos culturais e geográficos na formação da identidade regional:

Pressupõe-se que a inclusão de elementos culturais e geográficos na formação da identidade regional pode ser a chave para o resgate de um conceito que apreenda a totalidade e a riqueza dos componentes sociais. A abertura para a compreensão desses fenômenos permite inserir a discussão do regionalismo, que incorpora, verdadeiramente, a perspectiva espacial da Geografia, contida na região, do mesmo modo que necessita da visão da Antropologia, com seu componente sociocultural. A noção de regionalismo é vinculada à de identidade. Ambas são legitimadas a partir de ações comuns de grupos em um espaço específico onde confirmam a singularidade socioespacial evidenciando o elemento fundador das duas entidades: a diferença.

Parece-nos que há um consenso entendendo que toda identidade é uma construção social. Naturalmente, ao longo da história, os diferentes grupos sociais criam seus significados, constroem suas identidades, sejam elas vinculadas a uma determinada realidade cultural, regional, territorial, dentre outras.

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos e de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados e sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (CASTELLS, 1999, p. 23).

Esta compreensão pode nos permitir entender o enfoque empírico que nos interessa. Para nos ajudar no entendimento dessa questão, fizemos a todos os nossos entrevistados nessa pesquisa a seguinte pergunta:

- Como você explica o fato do município de Anapurus ser comumente identificado como sendo da região do Baixo Parnaíba, se oficialmente o município faz parte da microrregião de Chapadinha?

Destacamos aqui as respostas do secretário de agricultura do município, do presidente do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e do representante do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba, principal movimento social que atua na região. Para o secretário de agricultura do município isso ocorre “pela questão da divisão dos territórios da cidadania. O governo federal dividiu o Brasil em questão de território. Cada estado, cada região, cada mesorregião, e dividiu em territórios. E aqui faz parte do território do Baixo Parnaíba. Vem muita verba federal pra administração desses territórios, muito mal administradas, mas vem. Só que a questão da aplicação dessas verbas”.

Esta explicação, destacamos, foi o nosso ponto de partida para entender este contexto. Já a resposta do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais caminha numa perspectiva segundo os elementos do quadro natural do município ao dizer que “Olha até a criação dos territórios rurais do governo federal o nome é Baixo Parnaíba. Eu tive numa reunião uma vez sobre a questão do assalariado rural e o palestrante lá disse que todos esses rios, riachos e igarapé que passam por essas cidades daqui da região são afluentes de rios que correm pra essa bacia do Parnaíba.” Como já abordamos no início deste capítulo, o principal rio que banha Anapurus é integrante da Bacia do Rio Munim e não do Baixo Parnaíba.

Por sua vez, o representante do FDBP nos apresenta a resposta que se relaciona diretamente ao objeto de estudo deste trabalho.

Para ele essa identificação pode estar relacionada a um sentimento de mobilização social diante dos chamados grandes projetos econômicos que ao longo dos anos vem sendo implantados no município e na região como um todo. “No caso da nossa mobilização política, o FDBP surgiu da necessidade de resistência à degradação ambiental e da agressão aos direitos dessas comunidades que moram nessa região. Pra você ter ideia, desde quando essa área aqui foi usada pela MARGUSA para conseguir carvão e agora por esses grandes produtores que vieram plantar soja aqui, dezenas de famílias perderam suas terras ou foram pressionadas a vendê-las”.

De fato, há sim uma pressão dos grandes produtores pela incorporação de novas terras produtivas, o que, para o presidente do FDBP é uma ameaça a vida das comunidades tradicionais que ali habitam. Ele cita o exemplo de áreas que antes da chegada dos grandes sojicultores eram de acesso livre para coleta de pequi e bacuri e que agora não se pode ter esse mesmo acesso, pois as propriedades são constantemente vigiadas. (foto 2)

Foto 2 – Aviso de propriedade particular na entrada de uma fazenda de soja em Anapurus



Fonte: GUIMARÃES, A /2011.

Chamou-nos atenção ainda, a resposta de um fazendeiro e empresário da soja no município ao dizer que “quem deve ter essa resposta é o ex- deputado Júlio Monteles, ele que inventou isso. Gostava de ser chamado de o guerreiro do Baixo Parnaíba, deve ter sido estratégia política, talvez”.

Diante deste contexto, podemos afirmar que há uma série de aspectos que acabam influenciando nesta questão da identidade local. Destacamos o interesse político-administrativo e, o que mais nos se relaciona ao objeto de nosso estudo, um sentimento de mobilização e revalorização desta identidade local.

Para nossos autores, a noção de identidade local pressupõe, em primeiro lugar, o entendimento da cultura como um processo complexo e permanente de interações, cruzamentos e negociações simbólicas que não se caracteriza pela existência de fronteiras claramente delimitadas, fixas e constantes. Nesse caminho, certamente que a identidade local deve ser analisada a luz da experiência da multiterritorialidade como uma ação ou processo de apropriação simbólico-cultural que implica na possibilidade de acessar, conectar e vivenciar diversos territórios (CASTELLS, 1999).

Entendemos, assim, que todo este contexto evidencia a construção de uma identidade regional, por um discurso histórico de busca a uma identificação comum. Podemos relacionar este processo ao que Cordova [200-, não paginado] qualifica como uma representação.

Nesse ponto, note-se o caráter centralizador que uma determinada construção identitária pode representar, bem como suas respectivas relações de poder e controle social entre os idealizadores de tal intento, enquanto elementos integradores e socializadores desta representação.

A questão reside, portanto na forma como isso acontece. A partir de que isso tem início, quem são os envolvidos e quais os interesses em jogo. Para Chelotti (2010, p. 171), são as subjetividades individuais e coletivas que constroem a identidade:

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades.

Dessa forma, nos interessou compreender a construção da identidade coletiva na perspectiva territorial, construídas a partir do significado e sentimento de pertencimento no qual os moradores de Anapurus se fundamenta ao produzir a sua chamada identidade territorial.

Para Eder (2008, p. 7) há uma relação entre identidade e interesse:

As identidades coletivas proporcionam um princípio de integração social. Outro princípio é constituído pelos interesses. Há uma complementaridade teórica específica a ser identificada na relação entre identidades e interesses. Os interesses conduzem a estratégias que incluem os outros mediante um cálculo racional, ou seja, levam a prover um mundo de pessoas suficientes para dele se beneficiarem. As identidades definem as fronteiras de um espaço em que se incluirão os interesses. Estes, por sua vez, rompem fronteiras, ligando as pessoas como indivíduos que seguem suas estruturas de preferências e transgridem as obrigações e as normas coletivamente compartilhadas.

A nosso ver, a fala do secretário de agricultura do município caminha nesse entendimento. Ao relatar que a associação de Anapurus ao Baixo Parnaíba Maranhense é uma estratégia política para integrar programas e políticas públicas que por sua vez trariam aportes financeiros e desenvolvimento local.

Corroborando do entendimento de território conforme as indicações de Pollice (2010), o mesmo pode ser entendido como aquela porção do espaço geográfico na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo, cuja especificidade – entendida como diferenciação do entorno geográfico – descende do processo de interação entre esta comunidade e o ambiente.

O que ocorre por ora em Anapurus é uma significativa alteração da paisagem outrora marcada por mata virgem e agora pela soja e seus silos de estocagem para posterior comercialização. (foto 3)

Foto 3 – Local de comercialização e armazenamento (silos) de soja no município de Anapurus



Fonte: GUIMARÃES, A /2011.

Na busca de uma compreensão mais completa a esse respeito, concordamos com Pollice (2010, p. 8) quando diz que a acepção mais correta para exprimir o processo de identificação, que se instaura entre uma comunidade e o seu espaço vivido, não pode ser unicamente aquela de identidade territorial.

Isto não significa negar a existência de uma identidade geográfica, mas, ao contrário, precisar o significado e a corrente interpretativa. A identidade geográfica, de fato, é antes de tudo um produto cognitivo; resultado de um processo de análise e de representação que nos permite elucidar um determinado âmbito espacial do próprio entorno.

Entendemos que, apesar de geograficamente confuso, há em Anapurus uma estreita relação entre realidade geográfica e identidade territorial. Relação de reciprocidade na qual não podemos fazer afirmações predefinidas e

muito menos fazer interpretações únicas. Como diz Pollice (2010, p.31) “Uma comunidade local tende a atribuir um valor simbólico a alguns elementos da paisagem, reconhecendo-os como expressão tangível da própria identidade territorial”.

Certamente que compreender esse processo em sua totalidade, reconhecemos, trata-se de uma tarefa difícil. Trata-se de um processo dialético, cuja explicação se relaciona a um contexto temporal e espacial ainda não completamente conhecido e que exige uma constante análise.

Acreditamos, neste contexto, que acontece, ainda que de forma relativa, uma identificação de certos grupos sociais com uma determinada espacialidade (território, região, lugar) e suas representações simbólicas. Portanto, podemos estar diante da resistência da identidade com uma perspectiva territorial, principalmente, ainda se relacionarmos isso diante da ameaça de sociedades tradicionais rurais frente a incorporação de suas áreas por uma atividade fortemente capitalista.

Assim, relacionamos esta questão ao entendimento de que se trata de identidades coletivas diante de uma perspectiva territorial. Elas são construídas a partir do significado (objetivo e subjetivo) e sentimento de pertencimento que cada grupo social expressa numa determinada porção do espaço geográfico (região, lugar, território) produzindo a chamada identidade territorial (CHELOTTI, 2010, p. 9)

Ainda na investigação dessa reafirmação da identidade regional em Anapurus, podemos destacar que existe no município uma situação de conflitualidade de interesses tendo por referência o território e as relações de poder.

As divergências entre as esferas pública e privada, os pequenos e grandes produtores e os agentes locais e globais relacionados com a mudança ambiental, social, econômica e cultural, contribuiu, a nosso ver, para um recrudescimento de um sentimento de revalorização de características nos níveis local e regional.

O entendimento proposto por Roca e Oliveira (2010, p. 5), no que tange ao sentimento de valorização de identidade, nos ajuda a afirmar esse aspecto:

Tem sido destacada a importância da valorização da identidade cultural, da autoestima local, do fortalecimento da diversidade local, do encorajar do sentido de comunidade e da mobilização da cidadania ativa local, [...], bem assim como recomendada a necessidade de reafirmação das identidades locais em todas as suas dimensões, de modo a combater a exclusão e a massificação gerada pela globalização.

Tomamos a iniciativa aqui de relacionar este entendimento ao que ora acontece não só em Anapurus, mas em diversos municípios tanto da região do Baixo Parnaíba quanto da região de Chapadinha. Brejo, Mata Roma, Buriti e Chapadinha são alguns dos exemplos onde esse processo de incorporação das terras para a soja tem gerado instabilidade ambiental e sociocultural gerando no seio de comunidades atingidas a necessidade de mobilização política.

Concordamos com o entendimento que diz que a operacionalização do conceito de identidade territorial pode ajudar ao fortalecimento das mobilizações já existentes, e explorar outras novas, entre o estudo da paisagem e as questões do desenvolvimento territorial. Dessa maneira, podemos ressaltar que não há um discurso vazio e gratuito pró-identidade em Anapurus.

Podemos sim relacionar essa mobilização identitária a uma prática do desenvolvimento sem o comprometimento dos seus originais elementos da paisagem que, por sua vez, podem ganhar relevância social quando interpretadas na perspectiva da relação positiva e interdependente entre a identidade territorial e o desenvolvimento.

Portanto, defendemos que conhecer o processo de valorização e valoração da identidade sócio-territorial e discutir a construção deste espaço diante da inserção de uma fronteira cultural entre a realidade do espaço interiorano e os empreendimentos agrícolas nele estabelecidos é fundamental e inerente a esta dinâmica agrícola ora existente.

Neste universo, marcado por uma natureza peculiar, Anapurus passa por um processo de transformação justamente no momento em que o capitalismo mundial se reestrutura, lançando-se para uma nova divisão do trabalho onde o espaço regional é valorizado como uma área de cultivo da soja. Realidade marcante num local tradicionalmente marcado pela agricultura familiar com cultivo de culturas para subsistência e criação de pequenos animais, mas, que passa por um processo de reestruturação como uma área de fronteira agrícola.

Segundo Yázigi (2001, p.24) a identidade sócio-territorial é a “personalidade do lugar [...] é o tipo de arranjo que se faz com os mais diferentes traços identidade, natural ou construída”, formada pela integração econômica, política e social dos lugares. É essa identidade que diferencia o “nós” dos “outros” gerando no indivíduo e no grupo social o sentimento de pertencimento e de apropriação.

Nesta perspectiva, o espaço adquire valor de uso, tornando-se o território para o grupo social. A identidade sócio-territorial possibilita a análise do território não apenas como palco de relações de poder, mas também, como efeito do processo da relação homem-meio, de onde provém o sentimento de pertença, conforme nos relata CLAVAL (2001, p.54) “não tem somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”.

Destacamos uma afirmação neste contexto que, a nosso ver, muito contribui em nossa análise, para Brandão (apud COSTA, 1988, p. 78) “toda identidade só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando eles se veem ameaçados a perdê-la”.

É com esta citação que concluimos este capítulo entendendo que ela retrata o que ocorre atualmente em Anapurus. Ressaltamos que esta não é uma resposta única e inequívoca, naturalmente. Entendemos, contudo, que ela é parte integrante neste debate e se relaciona ao problema abordado ao longo dessa dissertação.

Em uma importante obra referente ao tema em questão, *O local da cultura*, na qual tivemos a pretensão de buscar uma aproximação com a realidade regional presente neste estudo, Homi Bhabha questiona de que forma é possível refletir sobre o problema da identidade num espaço-tempo contemporâneo cuja marca é a dinamicidade, o constante movimento, transformações do que ao longo do tempo sempre foi considerado estático, inalterado.

Trata-se, em nosso olhar, de uma análise que retrata um pouco da realidade presente hoje em diversos lugares do mundo marcada pela luta de comunidades tradicionais frente a atividades não originárias do lugar, mas que “apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico,

podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável” (BHABHA, 2005, p. 20).

Reiteramos aqui que diante da conflitualidade já exposta neste trabalho que ora ocorre na região de Anapurus, entender essa identificação com o Baixo Parnaíba, em nossa limitada análise, ressaltamos, trata-se de um processo dialético, não fechado, portanto, por onde perpassam diversas análises. A nossa caminha no sentido de relacionar esta identidade territorial ao contexto do avanço da atividade sojícola e dos conflitos que dele decorrem.

Certamente que, nesse caminhar, o local assume um caráter relacional que o coloca como uma instância ou posição de identidade que convive, concorre se combina e se articula a outras dimensões identitárias como o regional, o nacional e o global.

Esse caráter relacional colabora para a compreensão de como a identidade local tem sido, muitas vezes, vivida como uma posição identitária ou como um recurso que pode ser acionado em situações específicas, assumindo, inclusive, um caráter de resistência ou de defesa frente a processos de homogeneização ou de subordinação culturais impostos, por exemplo, pela globalização (YÁZÍGI, 2001).

Naturalmente, que nesta realidade, a vivência do local não estaria, portanto, isento das relações de desigualdade, de assimetrias e disputas que marcam as dinâmicas e práticas culturais.

Para o representante do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba, a origem e a atuação do movimento social está relacionada à defesa da identidade regional no sentido de afirmar a história do Baixo Parnaíba e como forma de resistência ao novo “eldorado dos gaúchos”.

Para o mesmo, “nossa identidade sempre foi a do Baixo Parnaíba e não perderemos para uma nova identidade ligada a soja.” Trata-se, a nosso ver, de uma valorização do sentimento de identidade coletiva frente à incorporação desta região do Maranhão pelo avanço da atividade comercial da soja destinada a exportação.

Podemos relacionar essa prática, guardadas naturalmente as especificidades, a que Oliven (1992, p 22) diz ao afirmar que as tradições são evocadas, frequentemente, nos períodos de mudança social, de crises, de perda

de poder econômico e/ou político. Para ele, o “culto à tradição, longe de ser anacrônico, está perfeitamente articulado com a modernidade e o progresso”.

No Brasil e no Maranhão, importantes estudos acadêmicos tem colocado o desenvolvimento local e regional sob a perspectiva do reconhecimento da identidade territorial. Para tanto, se faz necessário denunciar a degradação da paisagem, a perda de população ou a debilitação da economia tradicional.

Acontecimentos estes decorrentes de uma posição cada vez mais enfraquecida, marginalizada e/ou excluída dos lugares e regiões em face de uma realidade em que os recursos crescentemente incorporados pela globalização, a exemplo da incorporação de novas áreas no cerrado maranhense para produção de soja destinada ao mercado internacional de grãos.

Comungamos da ideia na qual tem sido reiterado que as regiões mais isoladas necessitam de combater os efeitos negativos da globalização e fazer um esforço para atrair os efeitos positivos desta. Isto levando-se em conta uma especial atenção para a proteção, fortalecimento e reafirmação das identidades territoriais, de modo a contribuir para o aumento da competitividade da economia e cultura locais ou regionais, num contexto de mundialização dos mercados de bens, serviços e ideias.

É pela pretensão de tentar contribuir para o debate acadêmico e social nesta mobilização no leste maranhense, em especial no município de Anapurus, que este trabalho também perpassa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final da década de 1980 marcou o estabelecimento da cultura da soja no leste maranhense, dinâmica esta originária da iniciativa empresarial e, portanto, desprovida de incentivos público governamentais, dos sojicultores oriundos do sul do Brasil. Entretanto, é partir das décadas de 1990 e 2000 que o ritmo de crescimento da atividade sojícola ganhou velocidade e expressividade nesta parte do Estado. Destaque para a microrregião de Chapadinha e, em especial, para o município de Anapurus.

Neste processo, conforme demonstramos ao longo desta nossa pesquisa, todos os principais indicadores de produção e produtividade agrícola relacionados ao universo da sojicultura passaram por rápidas e significativas alterações no sentido de evolução da quantidade produzida (t), da área plantada (ha), da área colhida (ha) e do valor da produção (em mil reais).

Entendemos que a soja é a cultura mobilizadora da expansão da fronteira agrícola no leste maranhense e que se apresenta na microrregião uma modernização da base técnico-produtiva, o expressivo aumento das áreas de lavoura, com evolução da produção e produtividade agrícola regional.

Além disso, ainda há, segundo a associação que reúne os produtores de soja ali presente, um potencial expressivo para maior exploração da atividade relacionada a oleaginosa para os próximos anos, a despeito ainda de safras que sofreram prejuízo causado pelas enchentes de 2009.

Dessa forma, destacamos que essa dinâmica se caracteriza atualmente por um processo de expansão de fronteira agrícola no estado do Maranhão explicado pelas vantagens econômicas desta região do estado em relação ao esgotamento das áreas de origens dos produtores. Naturalmente, que diante de toda essa expansão e incorporação capitalista de novas terras agrícolas derivam consequências de diversas ordens, a exemplo das que aqui destacamos, sejam estas as econômico-produtivos e as sócio-espaciais.

Diante deste contexto, a chegada da soja na microrregião de Chapadinha, mais precisamente no município de Anapurus, não foi capaz de

alterar positivamente a realidade e a vida dos moradores sob o ponto de vista dos indicadores socioeconômicos e sob a perspectiva da chegada do desenvolvimento regional, tão comumente alardeado quando destas dinâmicas.

Neste processo tem ocorrido, conseqüentemente, uma supervalorização de espaços agrários e a negação dos direitos das populações tradicionais. As técnicas e práticas tradicionais de trabalho e vivência cotidiana dos grupos sociais locais vem sofrendo alterações socioculturais e econômicas marcantes fruto da expansão econômica do capital.

Contudo, e também em consequência, esta realidade ora existente acabou por culminar e alimentar uma importante mobilização social e política da sociedade civil organizada através de importantes movimentos que ali atuam como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapurus e o Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba.

O primeiro atua no sentido de garantir os direitos relativos ao emprego da mão de obra local nas fazendas de soja via importante convenção coletiva celebrada com os fazendeiros via acordo mediado pelo ministério público do trabalho. O segundo, dentre outras atuações, age no sentido de defender e garantir os direitos humanos das comunidades tradicionais afetadas por este processo. Além disso, o fórum tem atuado no que se refere a ação de reafirmar e revalorar a identidade regional daquele território, atrelando-se a condição de integrantes do Baixo Parnaíba Maranhense, apesar de, sob o ponto de vista dos elementos naturais e do contexto político-administrativo, integrarem a microrregião de Chapadinha.

Considerando que o contexto da dinâmica econômica regional da microrregião de Chapadinha abrange elementos de interesse capitalista, interesses sociais, aspectos ambientais e, sem dúvida, interesse do Estado, defendemos aqui uma política territorial para Anapurus diferentemente das que já existem na região.

O sucesso desta política passa inexoravelmente pela defesa vital do alinhamento de todos os envolvidos, sem preconceitos carregados de

interesses diversos e quase nunca benéficos a totalidade e desprovidos de lugares-comuns acerca dos aspectos econômicos, sociais, políticos e espaciais.

Ora, se Anapurus e a microrregião de Chapadinha integram uma nova fronteira agrícola no estado, produzindo soja tipo exportação, gerando receitas ao país, e, ao mesmo tempo, provocando situações de comprometimento de direitos humanos, como a proibição de moradores de comunidades locais entrarem nas fazendas para catar bacuri com fins de subsistência, além do desgaste da cobertura vegetal e de mananciais, torna-se premente a implantação de uma política pública capaz de alinhar todos esses aspectos.

A academia, representante da sociedade e mantida por ela, tem a obrigação não somente de denunciar e tornar público os processos capitalistas que, por ventura, possam levar comprometimento da qualidade de vida e mesmo de identidades coletivas específicas de cada território, além de apresentar alternativas para um modelo mais justo.

Dessa forma, podemos caminhar para um projeto de desenvolvimento regional e local menos opressor e mais equilibrado do ponto de vista dos interesses envolvidos. O alinhamento entre capital empresarial, sociedade civil e agentes públicos, a nosso ver, é o caminho mais orientado e adequado para o estabelecimento de uma realidade que de fato traga desenvolvimento local a Anapurus e microrregião de Chapadinha.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.

ANDRADE, Maristela de Paula. Produção de Carvão vegetal e o plantio de eucalipto no leste maranhense. In: **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luis: CPT, 1995. p. 15-66

BACELAR, Tânia. **Nordestes e nordestes: oportunidades e desafios**. Publicação – Fundação Perseu Abrasamo, 2008.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRUM, Argemiro Luís; HECK, Cláudia Regina. A evolução da agricultura e o desenvolvimento. In: BRUM, Argemiro Luís; Muller, Patrícia Kettenhuber. (Orgs). **Aspectos do agronegócio brasileiro: a realidade na primeira década do terceiro milênio**. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. p.45-77

_____. **O Brasil na história da economia mundial da soja**. – Ijuí: UNIJUÍ. Departamento de Economia e Contabilidade, 1993.

CARDOSO, Manoel Frazão. **O Maranhão por dentro**. São Luís: LITHOGRAF, 2001.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sérgio; NUNES, Sidemar Presotto; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. SCHLESINGER, Sergio *et alli*. **Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão**: duas faces do cultivo de soja no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2008, p. 77-146.

CARVALHO, Gisélia Lima. **Para uma análise da identidade regional na Geografia**. [200?] – 18.f. Goiânia. Disponível em: <http://www.goiania.ifg.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/artigos/identidade_regional.pdf>. Acesso em 17 de Novembro de 2011.

CASTELLS, M. **A construção da identidade**. In O poder da identidade. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (1):165-180, abr. 2010

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. Revista *Géographies et Cultures*. Tradução/revisão de: Inah Lontra, Márcio Oliveira e Rogério Haesbaert. 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/index>>. Acesso em 15 de Abril de 2012.

CLEPS JUNIOR, João. Questão Agrária, Estado e Territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roselí Alves dos. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.p 35-54.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Identidade regional e representação social na perspectiva do consenso**. Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG. [200-] não paginado. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigosframes/artigo076.html>>. Acesso em 17 de Janeiro de 2012.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. em Caxambu, MG. Texto traduzido por André Villalobos. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS** - VOL. 18 Nº. 53, 2008.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Embrapa indica cultivares de soja para a safra 2011/2012 para o estado do Maranhão**. 2011. Disponível em: < [http://www.embrapa.br/cultivares-de-soja-para-a-safra-2011-2012-para-o-estado-do-maranhao/?searchterm=soja maranhão](http://www.embrapa.br/cultivares-de-soja-para-a-safra-2011-2012-para-o-estado-do-maranhao/?searchterm=soja+maranhao)>, Acesso em 30 de novembro de 2011.

FAO, Organização da Nações Unidas para Agricultura. **Relatório fome no mundo, 2009**. Disponível em: <http://www.fao.org./sofa/index_es.html>, Acesso em 15 de Outubro de 2011.

FAVARETO, Arilson. A expansão produtiva em regiões rurais – há um dilema entre crescimento econômico, coesão social e conservação ambiental? In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA, Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs.). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e Perspectivas**. - Brasília: Ipea, 2010.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas Escolar do Maranhão: Espaço Geo-histórico e Cultural**. – João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2006

FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. e FABRINI, J. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. SP: Expressão Popular, 2008. p. 273-301

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O AVANÇO DA SOJA NO SUL DO MARANHÃO: A construção do “território Balsas” no contexto do agronegócio. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. 2010. Porto Alegre. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Disponível em: < www.agb.org.br/evento/download.php?id=&id=&id= _ Acesso em 04 de Janeiro de 2012.

_____. **Dinâmica da Expansão da Soja e as Novas Formas de Organização do Espaço na Região de Balsas – MA / -- 2008**. 272 f.: il. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2008a.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **Políticas Territoriais e Reorganização do Território Maranhense**. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2008b. Disponível em <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/_/ANTONIO JOSE DE ARAUJO.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/_/ANTONIO_JOSE_DE_ARAUJO.pdf)> Acesso em 05 de Junho de 2011.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓMEZ, Jorge Ramón. Desenvolvimento em (des) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder**. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Presidente Prudente, 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Avercam, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Identidade e migração em áreas transfronteiriças In.: **GEOgraphia: Revista de pós-graduação em Geografia**. Rio de Janeiro, n. 5, ano III, p. 43-60, set. 2001.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Trad. A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. p. 370-392. **4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP**, São Paulo, pp. 370-392, 2008. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/agraria/AnaisBAENGRUP/pdf>>, Acesso em 12 de dezembro de 2011

HOLANDA, Felipe de. **Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos**. – São Luís: IMESC, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal (PAM): 2001/2010**. Disponível em <[http:// www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em 5 de setembro de 2011.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Evolução político-administrativa do Estado do Maranhão**. – São Luís: 2010

KAGEYAMA, A; REHDER, P. (1993). O Bem Estar Rural no Brasil na Década de Oitenta. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília 31(1):23-44 (jan/mar.)

LOCATEL Celso Donizete; HESPANHOL Antonio Nivaldo. **Desenvolvimento da agricultura e espaço rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LIMA, Wilson. **Maranhão colhe o recorde de soja**. Caderno Economia. Jornal O Estado do Maranhão, São Luís, 3 de abril de 2011. p. 2

MALERBA, Julianna. Impactos dos monocultivos de soja sobre o trabalho e a vida das mulheres. In: **Cadernos BOLL. 2009**. p. 36-45

MALUF, Renato S. A contribuição das construções intersetoriais na atualização da agenda e eficácia das políticas de desenvolvimento rural. **II Seminário internacional de pesquisa comparada de processos de desenvolvimento rural no Brasil, China e União Européia**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/eventos/2011/III_Coloquio/apresentacoes/Renato_Maluf.pdf> , Acesso em 12 de Janeiro de 2012.

MARTINS, J. S. **O Tempo da Fronteira. Retorna à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social; USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MILANI, Carlos R. S. **Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local.** REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p. 195 - 224, jan/abr. 2007.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário . **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais.** Documentos Institucionais, 2. Brasília: MDA, 2003.

_____. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília: CONDRAF, NEAD, 2003 (Textos para discussão nº 4).

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. In.: **GEOgraphia: Revista de pós-graduação em Geografia.** Rio de Janeiro, n. 5, ano III, p. 43-60, set. 2001.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do trabalho científico.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NUGEO. Núcleo Geoambiental. **Laboratório de Geoprocessamento.** Mapas impressos. UEMA. São Luís, 2008.

NUNES, Sidemar Presotto. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural.** Departamento de Estudos Sócio-econômicos rurais. Conjuntura Agrícola, nº 157, mar/2007

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta Inez M. (orgs.) **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** – São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

_____. OLIVEIRA, A. U. **A Questão Agrária e a Geografia.** Cadernos de Ensino Upege, São Paulo, n. 2, 2002.

OLIVEN, Ruben George. **A fabricação do gaúcho.** Ciências Sociais hoje - 1984 (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia). São Paulo, Cortez Editora/ANPOCS, 1992.

POLLICE, Fábio. **O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local.** Tradução de: Andrea Galhardi de Oliveira, Renato Crioni e Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira. **Revista Espaço e Cultura,** Uerj, rj, n. 27, p. 7-23, jan./jun. de 2010. [75//]n.t.1

ROCA, Zoran; OLIVEIRA, José Antonio. **A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento**. Colóquio Ibero de Geografia. Disponível em: < <http://www.apgeo.pt/files/docsXColoquioIbericoGeografia.pdf>>. Acesso em 10 de Abril de 2012.

SANTOS, Milton. [et al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.3.ed.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. – São Paulo, SP: editora da universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986

_____. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. 3ª ed. HUCITEC: São Paulo, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em Geografia Agrária. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, José; (Orgs). **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. – 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu; RIBAS, Alexandre. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004.p.121-147.

SCHLESINGER, Sérgio; NUNES, Sidemar Presotto; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil**— Rio de Janeiro: FASE, 2008. 148p.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. In: **Jornadas de Intercambio y Discusión: el desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial**, FLACSO, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr>>, Acesso em 17 de Outubro de 2011.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA. Carlos Alberto Franco. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton. [et al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.3.ed.

SILVA, José Graziano da. Os Desafios das Agriculturas Brasileiras. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA, Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs.). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e Perspectivas**. - Brasília: Ipea, 2010.

_____. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000. 151 p. Série Pesquisas.

_____. **Complexos agroindustriais e outros complexos, Reforma Agrária**. Campinas, ABRA, v. 21, n.3,set./dez. 1991, p.5-34.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981/1997 210 p. (Economia & Planejamento. Série “Teses e Pesquisas”).Publicado em 1997.

SILVA, Jaílson de Souza. A pluralidade de identidades no bairro da Maré: Rio de Janeiro. In.: *GEOgraphia: Revista de pós-graduação em Geografia*. Rio de Janeiro, n. 5, ano III, p. 43-60, set. 2001.

SILVA, S. S.. **O avanço da fronteira agropecuária no Acre em tempos recentes: reestruturação fundiária, migração interregional e conflitos sociais em Brasiléia**. (Dissertação de Mestrado) – UNESP/ Presidente Prudente, São Paulo, 1998.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Crise**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 162 p. p21.

SOUZA, Maria Cecília de (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TEIXEIRA. Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.ceul.ufms.br/revistageo/pdf>>. Acesso em 12 de Dezembro de 2011.

UEMA. **Atlas do Maranhão**. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Laboratório de Geoprocessamento – UEMA. São Luís: GEPLAN, 2002.

WETTSTEIN, G. **Subdesenvolvimento e geografia**. São Paulo: Contexto, 1997.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.